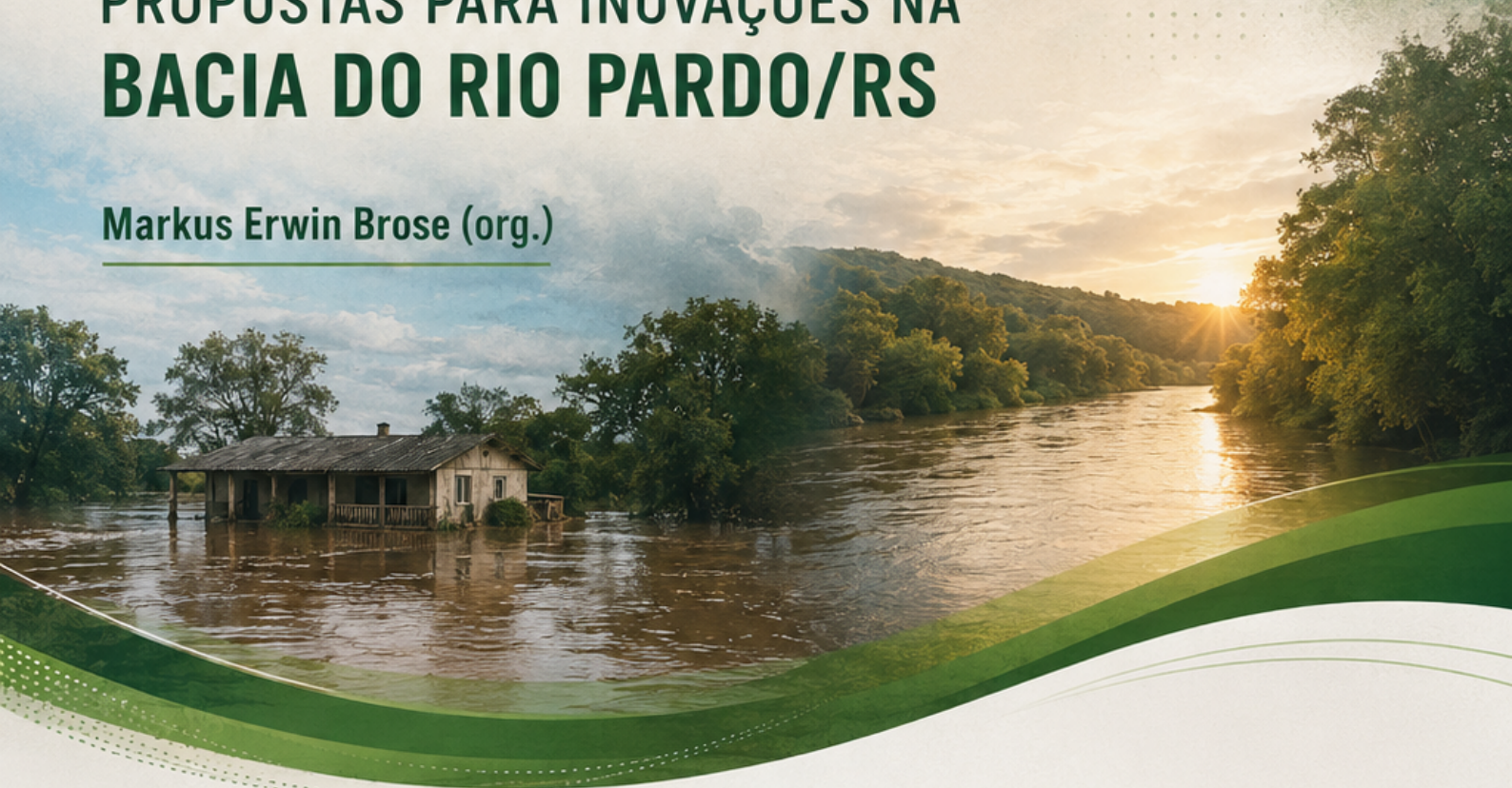


ATENÇÃO À SAÚDE MENTAL NA ERA DOS DESASTRES:



PROPOSTAS PARA INOVAÇÕES NA
BACIA DO RIO PARDO/RS

Markus Erwin Brose (org.)



ATENÇÃO À SAÚDE MENTAL NA ERA DOS DESASTRES:



PROPOSTAS PARA INOVAÇÕES NA
BACIA DO RIO PARDO/RS

Markus Erwin Brose (org.)



1.ª Edição - Copyrights do texto - Autores e Autoras

Direitos de Edição Reservados à Editora Terried

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.



O conteúdo dos capítulos apresentados nesta obra são de inteira responsabilidade d@s autor@s, não representando necessariamente a opinião da Editora.

Permitimos a reprodução parcial ou total desta obra, considerado que seja citada a fonte e a autoria, além de respeitar a Licença Creative Commons indicada.

Conselho Editorial

Adilson Cristiano Habowski - ***Currículo Lattes***

Adilson Tadeu Basquerote Silva - ***Currículo Lattes***

Alexandre Carvalho de Andrade - ***Currículo Lattes***

Anísio Batista Pereira - ***Currículo Lattes***

Celso Gabatz - ***Currículo Lattes***

Cristiano Cunha Costa - ***Currículo Lattes***

Denise Santos Da Cruz - ***Currículo Lattes***

Emily Verônica Rosa da Silva Feijó - ***Currículo Lattes***

Fabiano Custódio de Oliveira - ***Currículo Lattes***

Fernanda Monteiro Barreto Camargo - ***Currículo Lattes***

Fredi dos Santos Bento - ***Currículo Lattes***

Guilherme Mendes Tomaz dos Santos - ***Currículo Lattes***

Humberto Costa - ***Currículo Lattes***

Leandro Antônio dos Santos - ***Currículo Lattes***

Lourenço Resende da Costa - ***Currículo Lattes***

Marcos Pereira dos Santos - ***Currículo Lattes***

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Atenção à Saúde Mental na era dos Desastres: Propostas para Inovações na Bacia do Rio Pardo/RS. Markus Erwin Brose (Organizador) -- Alegrete, RS : Editora Terried, 2026.

PDF
ISBN. 978-65-83367-98-3
1. Ensino

24-225451

CDD-918.17

Índices para catálogo sistemático:

1. Ciências da Natureza 90.14
2. Ensino 90.9

Esta publicação foi apoiada pelo Fundo de Pesquisa e Extensão (FEP) em 2026 através do Departamento de Ciências, Humanidades e Educação da UNISC.

LABORATÓRIO DE EMPREENDEDORISMO E PRÁTICAS COMUNITÁRIAS (LEPC) B

Semestre 2026.1

Turma 5

Curso de Psicologia

**Estudantes que elaboraram projetos de pesquisa no âmbito do debate sobre
mudanças climáticas e gestão de riscos e desastres**

Alessandra Ruppenthal Borges

João Gabriel Machado Gessinger

Bianca Brum Ferrari

Laura Kappel Goetze

Débora Soares Bohn

Luísa Mocelin Vieira

Gabriel Felipe Ellwanger

Matheus Ferreira Meirelles

Jean Streck Plautz

Nicoli Rosa Marques

Jennifer Laste Rieth

Sofia Zen Gomes

Jéssica Luiza Menezes

Thaís de Lima

Bruno Becker Rocha – Educação Física

Figura 1 – Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS)



Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos (*)

13.1 Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países

13.2 Integrar medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos nacionais

13.3 Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce da mudança do clima

13.a Implementar o compromisso assumido pelos países desenvolvidos partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima [UNFCCC] para a meta de mobilizar conjuntamente US\$ 100 bilhões por ano a partir de 2020, de todas as fontes, para atender às necessidades dos países em desenvolvimento, no contexto das ações de mitigação significativas e transparência na implementação; e operacionalizar plenamente o Fundo Verde para o Clima por meio de sua capitalização o mais cedo possível

13.b Promover mecanismos para a criação de capacidades para o planejamento relacionado à mudança do clima e à gestão eficaz, nos países menos desenvolvidos, inclusive com foco em mulheres, jovens, comunidades locais e marginalizadas

Fonte: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/13>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 NOTA METODOLÓGICA.....	28
3 PROPOSTAS, PROJETOS E INOVAÇÕES.....	32
3.1 Saúde mental de voluntários e socorristas em desastres.....	34
3.2 A dissolução da identidade nas águas: memórias que boiam, lares que esquecem.....	52
3.3 Impactos psicológicos dos desastres socioambientais para produtores rurais no Vale do Rio Pardo.....	84
4 LETRAMENTO CLIMÁTICO.....	114

Figura 2: Linha do tempo do desastre abril-maio 2024

UM ANO DA ENCHENTE NO RS

A tragédia climática que assolou o RS completa um ano. As chuvas que começaram esparsas em um final de semana nos últimos dias de abril de 2024 acabaram por se transformar na destruição de cidades inteiras.



1 INTRODUÇÃO

As inundações de abril-maio de 2024 representam um marco na percepção de risco pela opinião pública no Rio Grande do Sul. Os impactos da mudança do clima deixaram de ser uma concepção teórica para se tornarem parte do cotidiano da população. Cada vez mais desastres são interpretados não como um tipo de ‘castigo’ natural, mas uma construção social. Manchetes, seminários e palestras sobre a adaptação climática e a gestão de riscos se tornaram diários, sendo inclusive objeto de debate em campanha eleitoral.

No âmbito da resposta ao desastre, ainda em 2024, foram sendo adotadas inovações, como a criação de novos órgãos públicos: a Secretaria Estadual da Reconstrução Gaúcha, estabelecidas inovações organizacionais: o Comitê Pro-Clima do Consórcio Intermunicipal de Serviços do Vale do Rio Pardo, criadas novas fontes de financiamento: o Fundo do Plano rio Grande, ou adotados novos critérios para a governança pública: a tomada de decisão para aferição de indicadores de resiliência municipal pelo Tribunal de Contas do Estado.

Estas iniciativas são um reconhecimento do argumento de que na reconstrução pós-desastre a inovação pode exercer papel relevante em ampliar a resiliência a desastres futuros, envolvendo tecnologia, planejamento territorial e parcerias. Resiliência territorial refere-se à capacidade dos atores sociais de uma bacia hidrográfica a se prepararem, responderem e se recuperarem de desastres. E as Soluções Baseadas na Natureza são fundamentais para reduzir a vulnerabilidade e melhorar a resiliência, ou seja, a capacidade de resposta a eventos futuros.

A descentralização da autoridade e dos recursos no território são elementos cruciais para uma resposta eficaz a desastres, pois fortalece as capacidades institucionais locais e promove a cooperação entre os diferentes setores da sociedade. Nesse sentido, esta publicação visa complementar recomendações em material didático do governo de São Paulo (Magnoni Jr. et al., 2025, p. 10):

- Papel fundamental na preparação e resposta: Os governos locais lideram a gestão do risco de desastres, implementando planos de preparação, coordenando com as agências e garantindo que as políticas estejam alinhadas com as estruturas estaduais e nacionais;

- **Desafios e inovações:** As restrições financeiras, o compromisso político e o acesso à tecnologia têm impacto na governança municipal. As iniciativas bem-sucedidas incluem transparência do orçamento, acesso a sistemas de alerta precoce e parcerias com ONGs e universidades.
- **Envolvimento comunitário e resiliência:** Fortalecimento de lideranças comunitárias e envolvimento das comunidades por meio de educação, programas de conscientização e iniciativas de voluntariado que melhorem a resposta e a recuperação de desastres;
- **Integração do conhecimento tradicional e científico:** Experiência popular e local em alerta precoce, gestão sustentável de terras, combinada com dados científicos, garantindo estratégias eficazes de adaptação climática;
- **Infraestrutura e planejamento urbano:** Aplicar códigos de construção, infraestrutura verde e regulamentações de zoneamento conscientes do clima, contribuindo para eliminar ou reduzir riscos em áreas vulneráveis.

Para Toni (2025) a compreensão da ameaça que a mudança do clima representa à nossa sociedade não precisa, e nem deve, se dar apenas pelo sofrimento humano. É necessário lançar mão de todas as estratégias disponíveis para comunicá-la e mobilizar a sociedade para seu enfrentamento. A educação e a cultura se apresentam como algumas das mais poderosas estratégias nesse sentido. A autora enfatiza que é a esfera municipal que melhor conhece o território, com lideranças locais e concentração administrativa para gerir parques ou centros culturais, sendo responsável por elaborar um plano diretor que definirá a maneira com que a cidade se adaptará a um mundo em ebulição climática. As soluções precisam ser eficazes, dinâmicas, plurais e, sobretudo, locais, de acordo com a realidade de cada território.

Origens de inovações

Uma interpretação clássica para estudar inovações na economia decorre do conceito de Destruição Criativa cunhado por Joseph Schumpeter, em 1942, segundo o qual as novas invenções tornam obsoletas as inovações antigas, com várias implicações para a sociedade. Em primeiro lugar, o crescimento econômico baseado na inovação é disruptivo, gera atritos sociais recorrentes pois coloca

pressão sobre as empresas, ou mesmo implica em sua falência, com o consequente deslocamento ou demissão de trabalhadores.

Em segundo lugar, os empresários que utilizam as tecnologias existentes, em especial seus inventores, que ainda detém o monopólio da exploração de suas invenções, vão se opor ao surgimento de novas invenções. Pois estas irão corroer seus lucros, os quais muitas vezes foram exatamente o incentivo que levou à nova invenção. Esses empresários tendem a se aliar a seus funcionários e fornecedores para pressionar os políticos a criarem barreiras fiscais ou legais à entrada de invenções.

Estudo pioneiro por Skidmore e Toya (2002) realizou comparação entre 89 países constatando que, dentro de certos limites, a frequência de desastres mantém correlação positiva com a acumulação de capital humano, a produtividade total da economia e o crescimento econômico a longo prazo de um país. Para os autores, uma das principais explicações para este fenômeno residiria na adoção de inovações tecnológicas pós-desastre. As perdas econômicas no território podem estimular a adoção de novas tecnologias visando não apenas recuperar, mas ampliar a produtividade.

Apesar de mais de 206 mil propriedades rurais do Rio Grande do Sul terem sido afetadas em maio de 2024 pelas chuvas extremas, a agropecuária fechou o ano com crescimento de 35%, recuperando-se da estiagem ocorrida em 2023. Na indústria de transformação, a retomada foi, desde junho de 2024, a patamares registrados no período anterior à ocorrência dos eventos. De julho a dezembro de 2024, o setor cresceu 2,3% na comparação com o mesmo período de 2023 e, no acumulado do ano, a alta foi de 0,6% em relação ao ano anterior (RS, 29/04/2025).

Porém, estudos como Noy e Strobl (2022) estabelecem limites para estas conclusões. Os autores analisaram os impactos de furacões nos EUA no período entre 1897 e 2017, constatando um aumento significativo do registro de patentes nos primeiros anos após o desastre, mas destacando ser este um fenômeno de médio prazo, a longo prazo cai o número de registros de inovações para prevenção a furacões e o surto de inovação pode não ser contínuo.

Para Alexander; Nicholson e Kurtz (2016) inovações para ampliar a capacidade de resiliência territorial podem ser agrupadas em três categorias:

- Capacidade para absorção: inovações que reduzem a vulnerabilidade a choques e eventos extremos a curto prazo.
- Capacidade para adaptação: inovações que modificam a infraestrutura e as práticas não-estruturais antecipando a redução de impactos.
- Capacidade para transformação: inovações que contribuem para a transição sociotécnica a uma economia mais sustentável, fomentando investimento privado e mobilizando novas fontes de recursos estatais; esta categoria prioriza a qualificação da governança territorial.

As propostas elencadas nesta publicação se enquadram essencialmente na segunda categoria: inovações não-estruturais para adaptação a médio prazo.

Resumidamente, desastres podem atuar como forças de destruição criativa dependendo da capacidade de resposta e de reconstrução pelo território. Economias com elevado estoque de capital e de tecnologia podem adotar novos equipamentos e estabelecer novas infraestruturas que caracterizam um choque de inovação e de investimento, contribuindo para o crescimento econômico a longo prazo. Importa ressaltar que a concepção por Schumpeter enfatiza a perda de competitividade por tecnologias ao longo do tempo e sua consequente substituição, enquanto no campo do estudo dos desastres o conceito de destruição é utilizado de forma mais literal, com potencial efeito similar de inovação e substituição tecnológica.

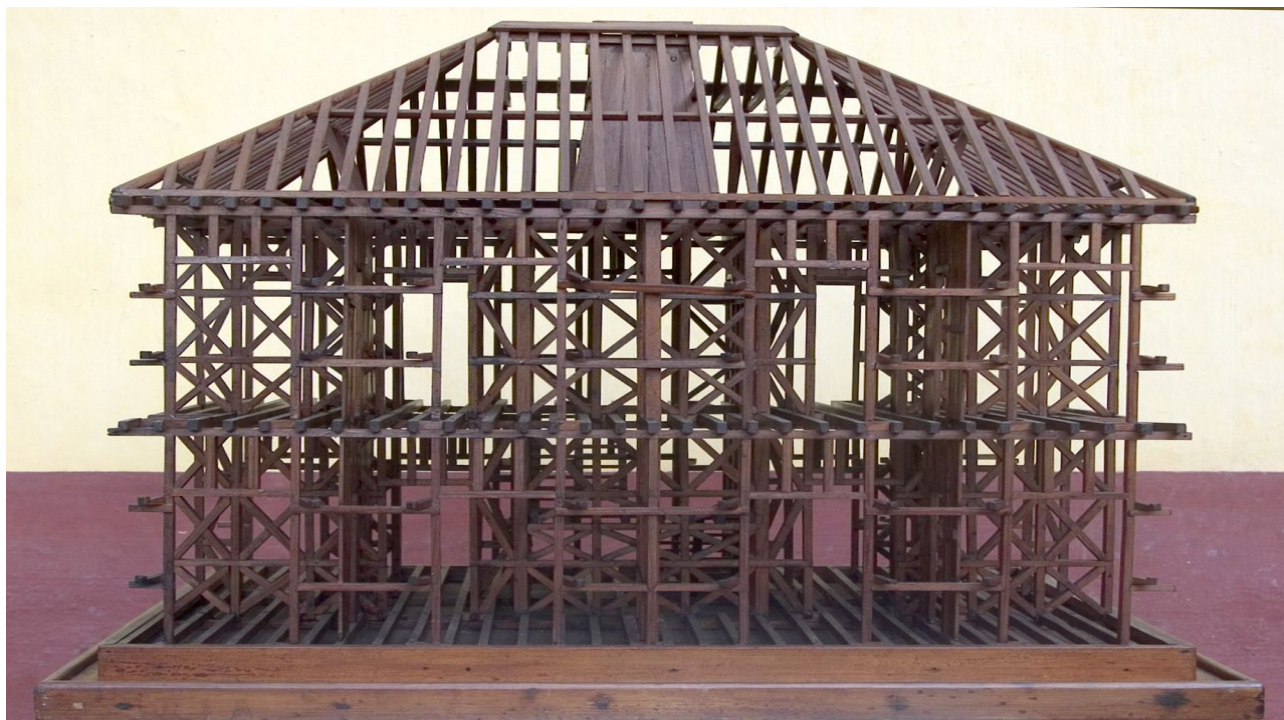
Inovações na reconstrução melhor que antes

Entendemos, assim, que desastres podem estimular a inovação, entendida aqui como o desenvolvimento de novas tecnologias, novos procedimentos, ou qualificação de produtos existentes, que permitem à população lidar melhor com eventos extremos, reconstruir melhor que antes e ampliar a resiliência a choques futuros.

O Terremoto de Lisboa, em 1755, é considerado como o primeiro caso de inovações decorrentes de desastres na era da modernidade. A destruição de Lisboa, na época uma das cidades mais prósperas da Europa, motivou a Coroa a transferir ao Marquês de Pombal a responsabilidade pela reconstrução, que na

área central da cidade ocorreu no prazo recorde de três anos, adotando tecnologias e padrões de planejamento urbano para maior resiliência a futuros choques. O êxito nessa resposta na capital permitiu ao Marquês expandir inovações na gestão pública ao país como um todo.

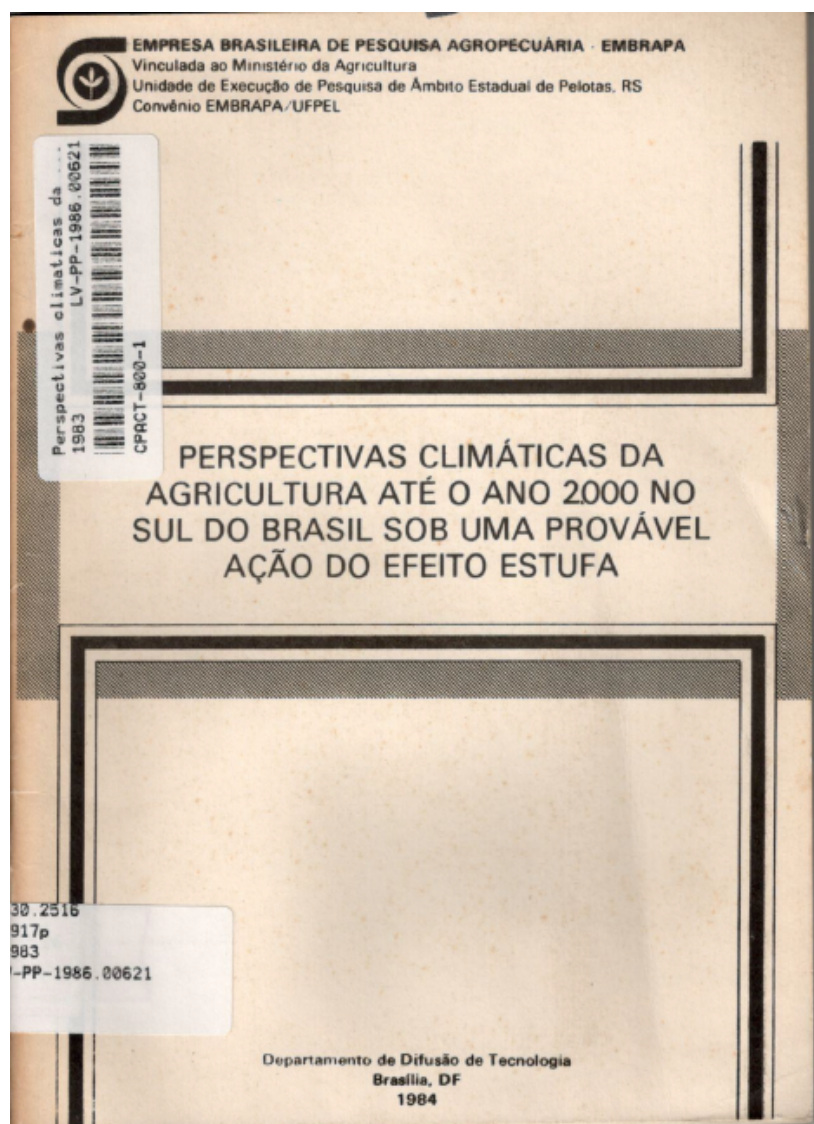
Figura 3 – modelo da Gaiola Pombalina, estrutura flexível a terremotos, obrigatória na reconstrução em Lisboa



Fonte: Rui Carita (2012) <https://www.arquipelagos.pt/imagem>

No Rio Grande do Sul, o professor Fernando Silveira da Mota foi pioneiro no debate sobre inovação na adaptação climática. Seu estudo projetando os impactos do aquecimento global na agropecuária da Região Sul foi produzido com base em pesquisas entre 1981 e 1983, e publicado em 1984. O autor justifica que a mudança climática prolongada e pronunciada vai forçar os agricultores a adaptarem sua tecnologia às estiagens, sendo necessário desenvolver estratégias para conviver com um clima mais quente.

Figura 4 – capa do estudo pioneiro pelo Dr. Mota/UFPEL



Fonte: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/737516?locale=es>

Mais recentemente, estudo conduzido por Miao e Popp (2014) comparou dados para 28 países analisando ao longo do período de 1974 a 2009 patentes registradas nas áreas de: tecnologias para controle de inundações, variedades de plantas resistentes a secas e tecnologias para prédios resistentes a terremotos. Os autores contam que os três tipos de desastres tiveram impacto significativo no volume de patentes registradas. O estudo conclui que o setor privado contribui para a adaptação através da inovação, porém, de maneira reativa, cabendo ao setor público o fomento a inovações que antecipem os impactos de desastres.

Resumidamente, a vivência de um desastre expande a percepção de risco pela população e amplia a demanda por produtos e serviços inovadores para a prevenção de choques futuros. A constatação dessa crescente demanda por par-

te do setor privado motiva o desenvolvimento de novos produtos e serviços a preços mais competitivos, visando a mitigação dos riscos e a satisfação do novo padrão de consumo, por exemplo para sistemas automáticos de alerta, modelos e previsões meteorológicas, plataformas online, barcos de resgate, sinal de celular independente de torres, etc. A ocorrência do mesmo desastre em regiões diferentes resulta em impactos diferentes, na medida em que a inovação na resposta depende do contexto social e econômico de cada território.

Soluções baseadas na natureza

As recentes inundações no Rio Grande do Sul evidenciaram limites das medidas estruturais de engenharia para proteção contra inundações, como diques e canais de drenagem. Apesar de sua importância, esses sistemas não garantem a segurança absoluta e podem falhar. O paradoxo do desenvolvimento seguro, também conhecido como “efeito dique” ou “efeito barragem” (Fusinato et al., 2024; Kobiyama et al., 2025) descreve uma situação em que medidas de proteção estrutural, como muros e diques concretados, podem gerar aumento do risco. Pessoas e empresas sentindo-se mais seguras tendem a autorizar loteamentos ou investir em áreas supostamente protegidas por tecnologia de cimento e concreto, aumentando a perda potencial em caso de falha da proteção.

A partir da compreensão do “efeito dique” é preciso repensar mecanismos de redução de risco associado a inundações. É crucial reconhecer que diques, embora importantes, não são soluções absolutas. Soluções estruturais podem diminuir riscos, porém demandam contínuos investimentos e manutenção e, em caso de falha, podem trazer consequências ainda mais devastadoras. Medidas não-estruturais, como revegetação de bacias, renaturalização de arroios, educação para a redução de risco e preparação da população, são tanto ou mais essenciais para construir resiliência.

O conceito de Soluções Baseadas na Natureza (SbN) é conhecido desde muito tempo, mas o termo vem sendo mais difundido desde os anos 2000. Um exemplo antigo tem origem no crescimento urbano do Rio de Janeiro entre 1830/1850, então a capital do reino, que sofreu repetidas crises hídricas na cidade que contava cerca de 20 mil habitantes. A Coroa decidiu desapropriar terras nas

bacias hidrográficas das encostas da Serra da Tijuca para seu reflorestamento. O fazendeiro Major Archer foi nomeado por D. Pedro II como administrador da Floresta da Tijuca e sua equipe plantou mais de 80 mil mudas de espécies nativas, voltando a produzir água potável. Archer foi então nomeado para reflorestar os morros e garantir água potável em Petrópolis, cidade que estava sendo planejada como residência de verão da família imperial nos altos da serra.

Figura 5 – quadro de Taunay (1848) retrata desmatamento de mata atlântica nos arredores do Rio de Janeiro



Fonte: <https://picturingtheamericas.org/painting/>

Dada a gravidade da contínua expansão de danos ambientais no globo, nos anos 1980/90, um grupo de pesquisadores e ativistas engajados em subseções da ONU, como a Convenção sobre a Diversidade Biológica ou a Convenção para o Combate à Desertificação, expressaram a necessidade de um diagnóstico mais detalhado sobre a situação ambiental no planeta. Ecossistemas terrestres e aquáticos geram benefícios diretos e indiretos para a economia que não são remunerados financeiramente, como, por exemplo, reciclagem de nutrientes no solo, purificação do ar, produção de água potável ou beleza cênica. Um consórcio integrado por mais de 40 cientistas publicou, em 1998, essa proposta sob o título

“Protegendo nosso planeta, assegurando nosso futuro” integrada por pesquisadores do Programa da ONU para o Meio Ambiente, da Agência Espacial NASA e do Banco Mundial.

Coordenado pela organização World Resources Institute o diagnóstico dos danos aos ecossistemas foi iniciando como um programa de pesquisa com mais de 1.300 cientistas em 95 países, cujo trabalho se estendeu entre 2001 e 2004. O relatório final foi publicado em março de 2005, sob o título “Avaliação Ecossistêmica do Milênio”. A contribuição brasileira foi decorrente de dados coletados na Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Região Metropolitana de São Paulo. Entre suas conclusões, a avaliação registra que cerca de 60% dos serviços ecossistêmicos que sustentam a economia global e garantem o bem-estar humano estão degradados e sob pressão contínua.

Avançando esse debate, Constanza et al. (2014) publicaram estudo que atualizou a estimativa do valor dos serviços ecossistêmicos, partindo da hipótese teórica de incluir seus benefícios nos preços praticados pela economia global. Foram estimados em USD 125 a 145 trilhões/ano os serviços produzidos pelos ecossistemas do planeta, um subsídio à economia global à medida que efetivamente não são pagos. O estudo estimou que no mesmo período a economia global produziu um produto bruto estimado em USD 75,6 trilhões/ano.

Resumidamente, as estimativas indicam que o capitalismo industrial produz anualmente algo como metade do valor gerado pelos ecossistemas naturais. Assim, o conceito de SbN passou a ser utilizado, desde os anos 2010, para caracterizar inovações em produtos e serviços não-estruturais, espelhados em forças da natureza que contribuem para a mitigação e adaptação à mudança climática de forma complementar às práticas estruturais da engenharia.

Reconstrução em bacias hidrográficas

A ideia de Reconstrução Melhor Que Antes (*Build Back Better*, em inglês) está no cerne da promoção da resiliência a desastres futuros, mas o conceito vem ganhando maior divulgação após o Tsunami que atingiu o Oceano Índico em 2004.

O pioneirismo de reconstrução melhor que antes em uma bacia hidrográfica cabe ao plano de recuperação após a Grande Inundação de Dayton. A Grande Inundação ocorreu em março de 1913, depois que grandes rios no centro e leste dos Estados Unidos inundaram devido a vários dias de fortes chuvas. Mais de um quarto de milhão de pessoas ficaram desabrigadas e continua sendo até hoje o maior desastre climático do estado de Ohio. Na cidade de Dayton a comunidade coletou doações para contratar o engenheiro Arthur Morgan, que após extenso diagnóstico propôs como inovação um conjunto de obras de engenharia e de SbN para tornar a bacia hidrográfica mais resiliente. A proposta foi aceita em consulta popular, com a inovação organizacional do Consórcio Intermunicipal do Rio Great Miami, modelo até hoje replicado em dezenas de outras bacias hidrográficas no país.

As obras de recuperação e reconstrução na bacia do rio Great Miami se estenderam de 1918 a 1922, consideradas na época uma das maiores obras públicas do país. Além de intervenções conhecidas, como o desassoreamento dos rios ou a desocupação das margens para recuperação da mata ciliar, a inovação relevante foi a construção de cinco barragens secas, que coletam chuvas excessivas e liberam o fluxo sob taxa controlada, evitando a inundação a jusante. O sistema vem funcionando a um século sem novas inundações.

Figura 6 – barragem seca de Taylorsville na bacia do rio Great Miami/Ohio



Fonte: <https://www.mcdwater.org/flood-protection/taylorsville-dam>

O sucesso dessa concepção foi motivo para que o engenheiro Arthur Morgan fosse nomeado, em 1933, diretor de uma nova autarquia federal criada para recuperação da bacia do rio Tennessee, denominada *Tennessee Valley Authority* (TVA). A TVA recebeu o mandato de erradicar as inundações na bacia e os impactos daí decorrentes em duas décadas. Foram construídas 49 barragens, tanto para controle do fluxo de água como para geração de energia elétrica, possibilitando a eletrificação rural na bacia, o que exigiu o reassentamento de mais de 125 mil pessoas. A autarquia passou a funcionar como uma empresa geradora e distribuidora de energia, seus recursos foram utilizados para a modernização da rede de ensino público e erradicação do analfabetismo, bem como a extensão rural para erradicar a erosão do solo.

Figura 7 – barragem Wheeler da TVA, iniciada em 1933 e concluída em 1936

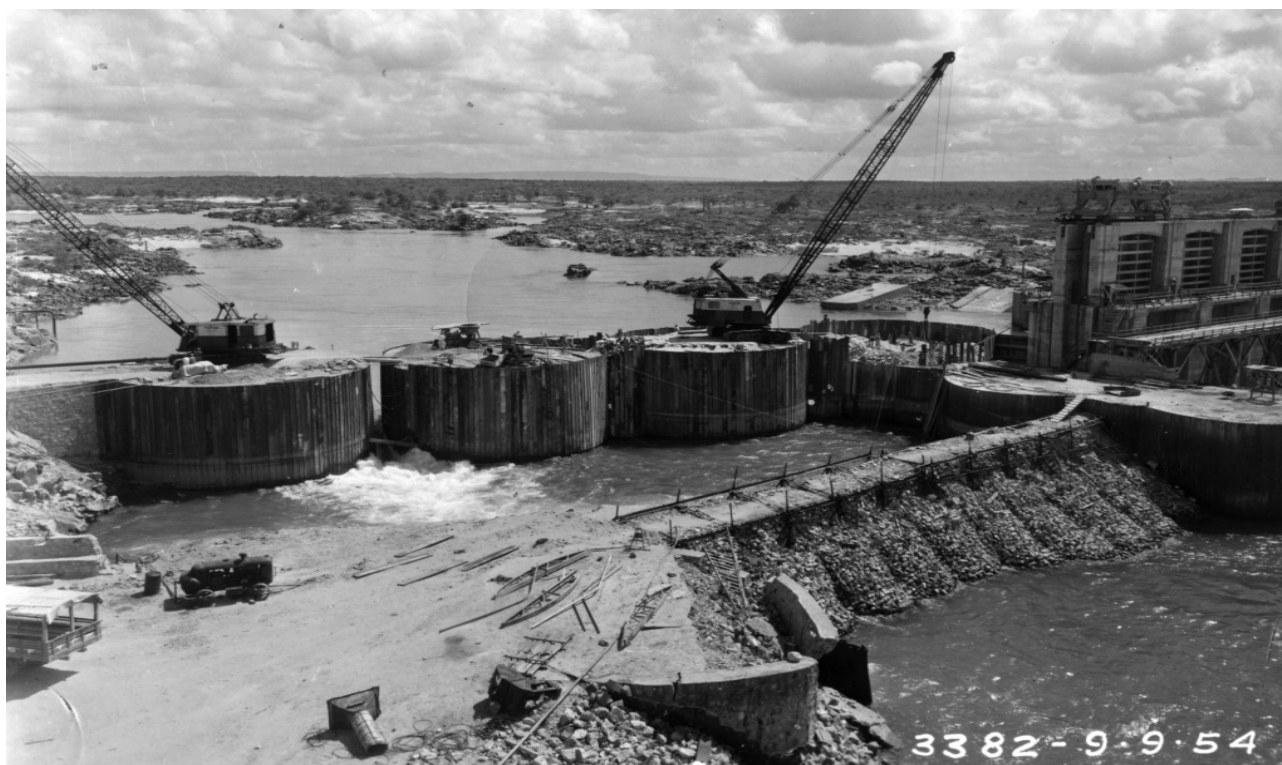


Fonte: <https://www.facebook.com/TVA/posts>

O sucesso no controle das inundações na bacia do rio Tennessee, bem como a promoção do desenvolvimento regional, tornaram a TVA um modelo divulgado em escala global. A Itália adotou o modelo, em 1950, para promo-

ver a reconstrução do sul do país após a catástrofe da II Guerra Mundial. Esse modelo foi divulgado no Brasil durante o Governo Vargas, através da missão de cooperação EUA-Brasil liderada pelo engenheiro Morris Cooke, em 1942. O relatório da Missão propôs a replicação do Modelo TVA no Nordeste, dando origem à Comissão de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, em 1946.

Figura 8 – construção da hidrelétrica Paulo Afonso (1954)



Fonte: <https://memoriadaeletricidade.com.br/acervo/416/>

Essa inovação foi também internalizada pelo Rio Grande do Sul através da participação, conjuntamente com os governos de Santa Catarina, Paraná e São Paulo, da Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai (CIBPU), em 1951, que permaneceu ativa até 1972. Entre os estudos realizados pela CIBPU em convênio com o estado de Rio Grande do Sul, a transposição das águas das bacias dos rios Ibicuí e Jacuí, além da ligação da cidade de Porto Alegre ao mar através da abertura de um canal. A CIBPU contemplou em seus estudos: condições sociais, conservação de solos, reflorestamento, agricultura, industrialização, aspectos geoeconômicos e recursos minerais, energia e navegação. Em geral, tais estudos não se traduziram em ações efetivas pelo órgão, mas orientou as políticas estaduais que os sucederam.

O custo das inovações

Inovações para a mitigação e adaptação à mudança climática frequentemente tem sido rejeitadas mediante argumento de seu custo. Nesse sentido, os gestores públicos e privados podem estar interpretando estas intervenções como um gasto e não como um investimento, dilema que pode ser superado mediante análise de custo-benefício. A relação custo-benefício na inovação avalia se os ganhos de uma nova iniciativa superam seus custos, tanto financeiros quanto não financeiros.

No governo federal brasileiro, as decisões relativas ao ciclo de investimento em infraestrutura são fragmentadas. Os ministérios possuem autonomia para a inclusão de projetos de investimento nos instrumentos orçamentários sem que haja necessidade de demonstração da vinculação desses projetos ao planejamento setorial de longo prazo, ou ainda que tenham sido submetidos a um procedimento padronizado de avaliação de custo social de oportunidade. As análises econômico-financeiras, via de regra, ocorrem apesar de serem heterogêneas quanto a sua abrangência e às metodologias empregadas. Além disso, esses instrumentos orçamentários não evidenciam as despesas futuras de caráter continuado geradas pela necessidade de operação e manutenção desses ativos (Brasil, 2021, p. 3).

Levantamento da Confederação Nacional de Municípios estimou, em agosto de 2024, que as inundações no Rio Grande do Sul tiveram um impacto econômico de R\$ 13,3 bilhões. O setor privado foi o mais atingido, com perdas de R\$ 6 bilhões, sendo R\$ 4,9 bilhões na agricultura, R\$ 514,8 milhões na pecuária, R\$ 293 milhões na indústria e R\$ 143,4 milhões no comércio local. No setor habitacional, os prejuízos chegaram a R\$ 4,7 bilhões, afetando 113,6 mil residências. O setor público contabilizou R\$ 2,6 bilhões em danos, considerando infraestrutura, transportes e energia (ANA, 2025).

Por sua vez, avaliação dos impactos das inundações no RS sobre produção, PIB e emprego por Montoya et al. (2024) estimou os impactos econômicos em R\$ 35,6 bilhões na produção (redução de 2,6%), R\$ 15,7 bilhões no PIB (queda de 2,4%) e a eliminação de 152 mil postos de trabalho (queda de 2,3%). Segundo os autores, os setores mais afetados foram serviços (66,5% das perdas no PIB) e comércio (28,1% no PIB e 43,9% no emprego), seguidos pela indústria e agropecuária, esta última com perdas relativamente maiores na produção (4,2%). O

efeito multiplicador amplificou os prejuízos, indicando que cada R\$ 1 milhão perdido reduziu a renda estadual em R\$ 2,25 milhões, enquanto cada emprego perdido gerou 2,1 desempregados.

Estudo de Rodrigues e Marques (2025) quantificou o aspecto dos custos ao governo federal das inundações de abril-maio de 2024, permitindo assim estabelecer um padrão máximo de qual o valor a ser disponibilizado em investimentos públicos para a reconstrução melhor que antes e a prevenção dos futuros desastres na Região Hidrográfica do Guaíba. Segundo aos autores, os recursos podem ser agrupados em quatro grandes grupos: gastos extraordinários (R\$ 29 bilhões), antecipação de benefícios (R\$ 10,1 bilhões), prorrogação de pagamentos (R\$ 5 bilhões) e mobilização do Fundo Social do BNDES (R\$ 20 bilhões).

Na esfera estadual, a alocação mais significativa de recursos se dá mediante a criação do Fundo do Plano Rio Grande (Funrigs), destinado a proporcionar os recursos financeiros necessários para as ações de reconstrução e adaptação climática. O Funrigs foi criado no contexto da Lei Federal Complementar nº 206, em maio de 2024, quando ficou autorizada a postergação do pagamento de dívidas dos entes federativos afetados por calamidades públicas. Os valores decorrentes da postergação da dívida gaúcha para o Funrigs, entre 2024 e 2027, tem montante estimado em R\$ 14,5 bilhões.

A principal forma de atuação do governo federal foi pela abertura de linhas de crédito emergenciais. Essas ações buscaram estimular a oferta de financiamento através de desembolsos diretos ou garantias para novos empréstimos. Os recursos novos, excluindo aditamentos e prorrogações, se mostraram equivalentes a 4,1% do PIB do Rio Grande do Sul e a 50% do orçamento do estado em 2024. Do ponto de vista do governo federal, responsável pelo custo e execução, os novos recursos enviados ao estado equivalem a 0,5% do seu orçamento em 2024. Os resultados econômicos singulares das ações realizadas pelo governo federal são expressos no crescimento de 4,9% do PIB gaúcho em 2024, acima da média nacional.

Resumidamente, essa mobilização extraordinária no total de R\$ 64,1 bilhões no prazo de apenas um ano pelo governo federal, adicionado aos R\$ 14,5 bilhões pelo governo estadual em quatro anos, totalizando R\$ 78,6 bilhões simplesmente por que ‘choveu muito’, pode ser considerado como sendo o limite

máximo pelo lado do custo para uma análise de custo-benefício de inovações propostas para tornar a Região Hidrográfica do Guaíba mais resiliente a desastres futuros. Para Mueller e Lutzer (2025), porém, esta abordagem se restringe a estimar custos financeiros e econômicos da inundação. Os autores enfatizam a necessidade de considerar, igualmente, danos não econômicos à saúde mental como: perda da memória familiar por destruição de imagens e objetos, perda de tranquilidade e paz de espírito pelo trauma vivido, perda de confiança na capacidade do Estado em prover segurança pública e similares.

Planejamento para as próximas décadas

O governo do Rio Grande do Sul, representado pelo Secretário de Reconstrução, reconhece os riscos de futuras inundações:

A perspectiva de que eventos como os de 2024 têm grande probabilidade de recorrência exige uma capacidade de preparação e avaliação constante por parte de toda a sociedade [necessitamos] esforço coletivo fazendo com que o Estado como um todo possa aprimorar seus instrumentos de prevenção, mitigação e enfrentamento dos fenômenos naturais (RS, 29/04/25).

Com base nas inundações de 2015 na Região Metropolitana de Porto Alegre, o Banco Mundial financiou estudo conjunto com a Prefeitura visando preparar a cidade para inundações futuras, recomendando como ações preventivas (Banco Mundial, 2019) que nunca foram adotadas:

- Implementar uma legislação municipal específica para a gestão de riscos de desastres, com enfoque na prevenção.
- Operacionalizar essa legislação por meio de um plano municipal multisetorial de gestão de riscos de desastres.
- Reforçar a atuação da Defesa Civil.
- Adequar a capacidade de drenagem e aprimorar o funcionamento das bombas em Humaitá-Navegantes de acordo com a projeção de população.
- Elaborar e implementar um plano integrado de gestão de resíduos sólidos com participação da comunidade.
- Desenvolver um programa de fiscalização da ocupação das áreas de risco com opção de reassentamento voluntário para as áreas mais críticas, envolvendo moradores das comunidades.

- Aperfeiçoar o sistema de previsão, monitoramento e alerta.
- Aprimorar a localização e a gestão de abrigos.
- Apoiar os moradores na recuperação pós-desastre.

Entre as lições aprendidas em Porto Alegre com o desastre de maio de 2024 está o reconhecimento de que estas recomendações de 2019 não foram suficientes para preparar a cidade para o evento extremo, há necessidade de ir além da resposta imediata e recuperação a curto prazo.

A partir de uma revisão da bibliografia internacional, Liao (2012) argumenta que cidades ribeirinhas demandam uma estratégia baseada na resiliência a inundações, contrariando o paradigma histórico de combater e tentar controlar inundações com infraestrutura de concreto e cimento. Resistir a inundações com intervenções usuais de engenharia, como muros cada vez mais altos, diques concretados ou retificação de córregos e rios, negligencia no longo prazo as incertezas crescentes decorrentes dos eventos climáticos extremos no futuro. Combater e tentar controlar inundações não constitui uma estratégia confiável para a segurança da população. Nesse sentido, a autora propõe definir a resiliência como a capacidade de conviver com inundações, minimizando os danos, mas mantendo a identidade econômica e social do território, ampliando ao longo do tempo as áreas inundáveis nas cidades e várzeas rurais.

Resumidamente, seguindo Merlo; Verói e Rezende (2023), os rios são força motriz do crescimento urbano, contudo, as bacias hidrográficas acumulam transformações de ações humanas com degradação que modificam a qualidade dos ambientes. Os impactos causados pela urbanização sobre a paisagem são intensificados em áreas onde o crescimento econômico não é acompanhado de infraestrutura de saneamento e onde há um déficit dos serviços públicos. Na opinião pública, as inundações são consideradas eventos passíveis de manejo por ações de tecnologia e engenharia e, por isso, seria viável gerenciar os riscos das cheias com muros e diques cada vez mais altos. Porém, a cidade resiliente deve ser considerada um sistema integrado capaz de conviver e se recuperar das consequências negativas de uma inundação.

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, S.; NICHOLSON, D.; KURTZ, J. **Urban Resilience Measurement: Guide and Training Curriculum**. Portland: Mercy Corps, 2016.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO (ANA). **As enchentes no Rio Grande do Sul: lições, desafios e caminhos para um futuro resiliente**. Brasília, 2025.

BANCO MUNDIAL. **Convivendo com as inundações: um estudo para construir resiliência com as comunidades de Porto Alegre**. Washington; Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 2019.

BRASIL. Ministério da Economia. **Guia geral de análise socioeconômica de custo-benefício de projetos** de investimento em infraestrutura. Brasília, 2021.

BROWN, T. **Design Thinking: uma metodologia poderosa para decretar o fim das velhas ideias**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2017.

CLIMATE VENTURES. **Inovações em justiça climática: Oportunidades para o desenvolvimento de negócios com impacto positivo**. Ebook. São Paulo, 2025.

CHIQUITO, E. A criação da Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí: referencial norte-americano no planejamento regional brasileiro dos anos 1940-50. **Revista FAAC**, Bauru, v. 2, n. 1, p. 69-78, 2012.

CONSTANZAR, ET AL. Changes in the global value of ecosystem services. **Global Environmental Change**, v. 26, p. 152-158, 2014. <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2014.04.002>

FUSINATO, E.; HAN, S.; KOBIYAMA, M.; BRITO, M. Safe development paradox: evidence from a systematic review. **Natural Hazards**, v. 120, p. 13693–13714, 2024. <https://doi.org/10.1007/s11069-024-06774-z>

HARTIGAN, P.; ELKINGTON, J. **Empreendedores sociais: o exemplo incomum das pessoas que estão transformando o mundo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

KOBIYAMA, M. ET AL. Sugestões às comunidades locais sobre a gestão de risco de desastres *in situ* durante a tragédia de 2024 no RS. In: MAGNONI JUNIOR, L. ET AL. **Mudanças climáticas e gestão de risco de desastres**. Ebook. São Paulo: Centro Paula Souza, 2025, p. 23-50.

LIAO, K. 2012. A theory on urban resilience to floods: a basis for alternative planning practices. **Ecology and Society**, v. 17. n. 4, p. 48, 2012. <http://dx.doi.org/10.5751/ES-05231-170448>

MAGNONI JUNIOR, L. ET AL. **Mudanças climáticas e gestão de risco de desastres**. Ebook. São Paulo: Centro Paula Souza, 2025.

MERLO, M.; VERÓI, A.; REZENDE, O. Cidades resilientes a inundações: Um processo analítico da paisagem no caso de Guaratiba/RJ. Sessão Temática 04: Convergências Entre Urbanização e Natureza. Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 19., 2023...**ANAIS**, Belém, 22-26 mai. 2023.

MIAO, Q.; POPP, D. Necessity as the mother of invention: Innovative responses to natural disasters. **Journal of Environmental Economics and Management**, v. 68, p. 280-295, 2014. <https://dx.doi.org/10.1016/j.jeem.2014.06.003>

MONTOYA, M. ET AL. **Enchentes e inundações no Rio Grande do Sul**: Avaliação dos impactos sobre a produção, PIB e emprego. Data Research & Insights (DRI) UPF, Passo Fundo, n. 1, p. 1-31, 2024.

MOTA, Fernando; AGENDES, Marisa. **Clima e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Editora Sagra, 1986.

MOTA, F.; BERNY, Z.; AGENDES, M. **Perspectivas climáticas da agricultura até o ano 2000** no sul do Brasil sob uma provável ação do efeito estufa. Convênio EMBRAPA/UFPEL. Documentos n. 11. Pelotas: EMBRAPA, 1984.

MUELLER, A.; LUTZER, A. Enchentes no Rio Grande do Sul: uma análise de perdas e danos (COP27) baseada em capacidades. **Revista REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 30, e19674, 2025. DOI: 10.17058/redes.v29i1.19674

NETLAB. **Enchentes no Rio Grande do Sul**: Uma análise da desinformação multiplataforma sobre o desastre climático. Ebook. Rio de Janeiro: UFRJ, 2024.

NOY, I.; STROBL, E. Creatively destructive hurricanes: Do disasters spark innovation? **Environmental and Resource Economics**, v. 84, p. 1–17, 2023. <https://doi.org/10.1007/s10640-022-00706-w>

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Reconstrução Gaúcha. **Plano Rio Grande**: Conheça as entregas e os projetos para a reconstrução do Estado. Porto Alegre: Secom, 2025.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Comunicação. Estudo do governo destaca impactos socioeconômicos dos eventos extremos de 2024. **Plano Rio Grande**, 29 abr. 2025. Disponível em: <https://planoriogramde.rs.gov.br>

RODRIGUES, L.; MARQUES, P. **Orçamentos emergenciais e de adaptação climática**: um panorama dos gastos federais após as inundações do Rio Grande do Sul em 2024. Nota Técnica 68. São Paulo: Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades/USP, 2025.

SKIDMORE, M.; TOYA, H. Do natural disasters promote long-run growth?' **Economic Inquiry**, v. 40, p. 664–87, 2002.

TONI, A. A cultura como plataforma de ação climática. In: RESEGUE, M.; CARVALHO, E. (orgs.) **Cultura e clima**. Ebook. São Paulo:CdeCultura, 2025.

WRI BRASIL. **Uma nova economia para uma nova era**: elementos para a construção de uma economia mais resiliente para o Brasil. São Paulo: Rio de Janeiro: PUC RJ, 2020.

2 NOTA METODOLÓGICA

Esta publicação representa um esforço coletivo para transformar a tragédia das inundações de 2024 em uma oportunidade de aprendizado e mudança, com o objetivo de contribuir para um futuro mais seguro e resiliente para a Região Funcional 02 - Região dos Vales, congregando o Vale do Rio Pardo e o Vale do Rio Taquari-Antas, onde residem e trabalham os autores desta obra.

Buscamos aqui contribuir para a divulgação científica e a alfabetização climática, combatendo a desinformação que marcou o desastre de 2024:

Diante da tragédia de 2024 no RS, influenciadores, sites e políticos têm utilizado a comoção gerada para se autopromover e espalhar desinformação, com o intuito de atacar e desacreditar o governo. As narrativas difundidas buscam: (1) afirmar que a resposta governamental tem sido insuficiente; (2) negar a relação entre os eventos e as mudanças climáticas; (3) inserir a tragédia nas pautas morais e em teorias da conspiração; (4) inflar o papel de seus aliados na resposta à crise; e (5) se beneficiar da tragédia através de autopromoção, pedidos de doação e fraudes (NetLab, 2024, p. 5).

Nesse sentido, seguimos o trabalho pioneiro do relatório “Inovações em justiça climática” (Climate Ventures, 2025) que investigou dados públicos de 374 organizações e identificou 103 como potenciais financiadoras de empreendimentos de adaptação climática.

A presente publicação resulta das pesquisas por estudantes de Psicologia no âmbito do Laboratório de Empreendedorismo e Práticas Comunitárias B (LEPC B), Turma 5, entre março e julho de 2026, da Universidade de Santa Cruz do Sul. A ementa desta disciplina prevê como objetivos:

- Revisar o empreendedorismo clássico e social na contemporaneidade.
- Articular conhecimentos teóricos, habilidades de trabalho em equipe e originalidade na solução de problemas reais.
- Desenvolver competências relacionadas à intervenção na região.
- Aplicar conhecimentos teóricos na prática da construção de inovações.
- Produzir ações orientadas para resultados inovadores emergentes no mundo contemporâneo.

A metodologia didática consistiu da utilização do método *Design Thinking*, ou pensamento de design (pensar como um projetista, em inglês), uma ferramenta para o planejamento e desenvolvimento de modelos de inovação para solução de *Wicked Problems* (problemas mais que complexos, em inglês). Sua principal premissa é que, ao entender os métodos e processos que designers usam ao criar soluções a problemas mais que complexos, indivíduos e organizações seriam mais capazes de se conectar e revigorar seus processos de criação a fim de elevar o nível de inovação.

Em resumo, o *Design Thinking* é uma abordagem que evoluiu ao longo dos anos 1970/80 nos Estados Unidos, com contribuições de diversos pesquisadores e profissionais para se tornar uma metodologia para a inovação e resolução de problemas centrada no ser humano. Ao utilizar métodos e processos utilizados por *designers* (projetistas), o *Design Thinking* busca diversos ângulos e perspectivas para solução de problemas, priorizando o trabalho colaborativo em equipes multidisciplinares em busca de soluções inovadoras nas etapas:

- Empatia: Entender o usuário, suas necessidades, desejos e contexto.
- Definir: Analisar as informações coletadas na etapa de empatia para definir o problema central.
- Ideação: Gerar o máximo de ideias possíveis para resolver o problema.
- Prototipagem: Criar protótipos das soluções para testar e validar as ideias.
- Teste: Testar os protótipos com os usuários e coletar feedback para aprimoramento

O *Design Thinking* é uma metodologia que utiliza ferramentas e técnicas criativas para resolver problemas mais que complexos. Ela se diferencia de outras abordagens por colocar o ser humano no centro do processo, buscando entender suas necessidades e desejos para criar soluções relevantes e inovadoras. O *Design Thinking* trabalha com três critérios de avaliação de restrições identificadas num projeto:

- Desejabilidade: o que está sendo proposto faz sentido às pessoas, às necessidades humanas?
- Praticidade: é funcional num futuro próximo?
- Viabilidade: se tornará parte de um modelo de negócio sustentável? Ou seja, é viável financeiramente?

As etapas do método percorridas pelos estudantes em grupos de pesquisa ao longo de cinco meses desta disciplina foram: *Check-in*; Ancoragem; Desafios; Diagnóstico; Ideação; Protótipo e *Check-out*.

O *Check-in* consistiu na primeira aula de apresentação pessoal pelo professor e pelos estudantes, seguida de introdução à disciplina e à bibliografia recomendada. Ao longo de três aulas para Ancoragem foram apresentadas aos estudantes ferramentas de trabalho em grupo, métodos de planejamento de projetos, bem como elementos essenciais do empreendedorismo social, da inovação e de práticas comunitárias.

Na quinta aula, dedicada à seleção de Desafios, o professor apresentou proposta para direcionar a disciplina na busca por soluções a problemas registrados durante o desastre de abril-maio de 2024. Os estudantes formaram de modo espontâneo nove grupos de pesquisa, contando quatro a no máximo cinco integrantes em cada um. O professor apresentou em sala de aula os problemas gerados pelos desastres, e apenas três grupos presentes nesta publicação selecionaram temas relacionados à saúde mental face a desastres, os demais grupos selecionaram outros assuntos.

Ao longo das próximas quatro aulas dedicadas ao Diagnóstico, os grupos de pesquisa efetuaram uma revisão bibliográfica, pesquisa temática online, bem como entrevistas com pessoas residentes na Região dos Vales, os informantes qualificados, para que a equipe pudesse compreender o problema e identificar ideias para possíveis intervenções. No quarto encontro desta etapa, cada grupo apresentou em sala de aula seu diagnóstico e descrição do problema, colocando sua síntese do objeto de pesquisa em debate com professor e colegas.

As próximas quatro aulas foram dedicadas à Ideação, na qual cada grupo procedeu a uma chuva de ideias quanto a possíveis soluções. Este exercício foi complementado por um esforço de *Benchmarking*, buscando através da internet as melhores práticas reconhecidas no país, com o objetivo de identificar áreas de melhoria e elaborar uma proposta realista de inovação quanto ao problema selecionado. Alguns grupos avançaram na pesquisa e fizeram contato com empresas ou órgãos públicos daquele setor, buscando informações mais detalhadas. No último encontro desta etapa, cada grupo apresentou em sala de aula seu diagnóstico

e descrição da solução, colocando sua síntese do objeto de pesquisa em debate com professor e colegas.

Para a elaboração de um Protótipo os grupos tiveram tempo em mais duas aulas, na maioria dos casos esta apresentação em sala de aula foi realizada mediante apresentação de curto vídeo disponível na internet sobre iniciativa similar, um dos grupos produziu um vídeo próprio, outro grupo apresentou o protótipo de aplicativo desenvolvido para o celular.

Os dois últimos encontros desta disciplina foram dedicados ao Check-out, combinando uma apresentação verbal de cada proposta pelos grupos, com a entrega do relatório final do processo de pesquisa para avaliação pelo professor. A presente publicação foi composta utilizando extratos destes relatórios, as propostas foram agrupadas segundo categorias de ações não-estruturais em Alexander; Nicholson e Kurtz (2016).

3 PROPOSTAS, PROJETOS E INOVAÇÕES

Pesquisa especial realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre setembro de 2025 e fevereiro de 2026, junto à população do Rio Grande do Sul, registrou que 67,5%, ou seja, quase sete em cada dez pessoas apresentaram sofrimento mental relacionado às inundações de 2024.

A resposta “saúde mental abalada” foi a mais frequente entre os impactos pessoais registrados pelos cidadãos entrevistados. Quase dois anos após as cheias, 25% dos entrevistados relataram morar em domicílios com piores condições do que em maio de 2024. E somente 27% dos entrevistados relatou melhoria da qualidade de vida.

A Secretaria Estadual de Planejamento, Governança e Gestão publicou ainda em setembro de 2024 o “Guia Saúde Mental e Desastres”, direcionado aos servidores públicos envolvidos com a resposta às inundações. O guia lista alerta quanto a possíveis reações e sintomas dos trabalhadores envolvidos em resgate e salvamento de vidas, bem como de moradores afetados pelo desastre:

- Agitação desordenada
- Taquicardia
- Sudorese
- Incapacidade de reagir (paralisia)
- Angústia
- Sensação de estar em um filme
- Aumento do uso de álcool ou outras substâncias
- Tristeza
- Alteração no sono e no apetite
- Raiva
- Preocupação quanto ao futuro
- Dificuldade de concentração
- Isolar-se de outras pessoas
- Alterações gastrointestinais

O guia informa que no processo de elaboração e recuperação frente ao ocorrido, um processo de luto é vivenciado no qual se busca a adaptação a uma perda significativa. O tempo de duração do luto é individual de cada pessoas. Alguns indivíduos podem vivenciar este processo por meses, outros, por anos.

REFERÊNCIAS

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Especial sobre as Enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul**. Ebook. Rio de Janeiro, 2026.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. **Guia saúde mental e desastres**. Ebook. Porto Alegre, set. 2024.

3.1 SAÚDE MENTAL DE VOLUNTÁRIOS E SOCORRISTAS EM DESASTRES

Alessandra Ruppenthal Borges
Bianca Brum Ferrari
Bruno Becker Rocha
Gabriel Felipe Ellwanger
Jean Streck Plautz
Nicoli Rosa Marques

1 INTRODUÇÃO

A ocorrência cada vez mais frequente de emergências e desastres de origem socioambiental e tecnológica têm evidenciado, no contexto brasileiro, a complexidade dos impactos produzidos por esses eventos, especialmente no campo da saúde mental.

Nesse cenário, a psicologia das emergências e desastres vem se consolidando como uma área de crescente relevância, na medida em que propõe uma compreensão ampliada do cuidado, que ultrapassa intervenções pontuais e imediatas para abarcar os efeitos subjetivos, sociais e territoriais do desastre.

Trata-se, portanto, de um campo de atuação e reflexão que articula saúde mental, políticas públicas e direitos humanos, reconhecendo que o sofrimento psíquico decorrente desses contextos não pode ser analisado de forma isolada das condições concretas de vida das populações atingidas.

Os desastres, longe de atingirem todos de maneira uniforme, tendem a aprofundar desigualdades já existentes, incidindo com maior intensidade sobre grupos socialmente vulnerabilizados. A precariedade das condições de moradia, a limitação de acesso a serviços básicos, os processos de desterritorialização e as dificuldades de reparação material e simbólica constituem elementos que potencializam o sofrimento e dificultam a reconstrução da vida cotidiana.

Além disso, os efeitos desses eventos não se restringem às populações diretamente atingidas, alcançando também profissionais, voluntários e socorristas que atuam em contextos marcados por perdas, instabilidade, sobrecarga emocional e exposição prolongada ao sofrimento alheio.

Diante desse panorama, surge como questão central a necessidade de compreender de que forma a psicologia pode contribuir para a análise e o enfrentamento dos fatores que atravessam a saúde mental em situações de emergência e desastre.

Assim, este trabalho tem por objetivo analisar a atuação da psicologia nesses contextos, com ênfase nos principais fatores de risco para o sofrimento psíquico, nos impactos psicológicos mais recorrentes nas populações afetadas, nos elementos de proteção e resiliência e, ainda, nas experiências vivenciadas por voluntários e socorristas inseridos na linha de frente das ações de resposta.

A relevância do estudo reside, em primeiro lugar, na necessidade de ampliar a discussão acadêmica sobre a interface entre saúde mental e desastres, campo que vem ganhando visibilidade à medida que eventos extremos se tornam mais frequentes e socialmente devastadores.

Além disso, a pesquisa mostra-se pertinente por contribuir para a compreensão de que os efeitos psicológicos dos desastres não decorrem apenas do evento crítico em si, mas também das condições históricas e estruturais que tornam determinados grupos mais expostos ao risco, ao desamparo e à dificuldade de recuperação.

Desse modo, refletir sobre esse tema significa também reconhecer a importância de práticas psicológicas comprometidas com o cuidado integral, com a escuta qualificada e com a promoção de estratégias de apoio psicossocial sensíveis às desigualdades e às singularidades de cada território. Para tanto, adota-se uma abordagem qualitativa, desenvolvida por meio de levantamento e análise bibliográfica de artigos científicos, dissertações, trabalhos acadêmicos e demais produções voltadas à psicologia das emergências e desastres.

A partir desse referencial, busca-se reunir e discutir contribuições teóricas que permitam compreender os impactos dos desastres sobre a saúde mental, bem como os desafios e possibilidades de intervenção psicológica diante de contextos marcados por ruptura, perda, vulnerabilidade e sofrimento.

A partir dessas considerações, o trabalho desenvolve uma análise dos principais fatores de risco para a saúde mental em contextos de desastre, dos impactos psicológicos mais recorrentes nas populações afetadas, dos elementos

de proteção e resiliência mobilizados nesses cenários e, por fim, das experiências vivenciadas por voluntários e socorristas na linha de frente das ações de resposta

2 LEVANTAMENTO DE ANÁLISE DE INFORMAÇÕES

O campo da psicologia frente às emergências e desastres no contexto brasileiro se desenvolve como resposta aos crescentes eventos críticos e desastres de origem ambiental e socioambiental. A atuação neste âmbito evoluiu de intervenções pontuais para uma compreensão de gestão total de riscos, fundamentada na articulação entre saúde mental, políticas públicas e direitos humanos (Ricardo, 2022; Andrade; Cabral, 2024).

A prática psicológica nesse contexto não pode ser reduzida apenas a um socorro clínico imediato, mas como um compromisso ético e político, visando amparar o sujeito em sua subjetividade, contexto social e território (Franco, 2013; Bezerra et al., 2024).

2.1 Fatores de risco para a saúde mental em contextos de desastre

A literatura científica aponta que a vulnerabilidade ao sofrimento psíquico não é distribuída de forma equilibrada e padronizada, sendo potencializada por desigualdades socioeconômicas estruturais. Desastres naturais frequentemente agem como catalisadores de fragilidades humanas preexistentes, atingindo com maior impacto populações que já enfrentam dificuldades históricas de acesso a serviços básicos (Franco, 2013).

Nesses cenários, a vulnerabilidade socioeconômica configura-se como um fator de risco primário, dificultando na reconstrução material e simbólica das vítimas (Andrade; Cabral, 2024).

Podemos levar em conta os eventos tecnológicos e ambientais, como o rompimento de barragens e represas. Observa-se que grandes empreendimentos, de alto risco, costumam ser instalados em territórios habitados majoritariamente por populações em situação de vulnerabilidade social e econômica. Estas, por sua vez, sofrem danos desproporcionais e enfrentam maiores barreiras na luta por reparação (Bezerra et al., 2024).

Outro fator crítico é a desterritorialização, na qual a perda da moradia e o deslocamento forçado rompem os vínculos de referência do sujeito, lançando-o em um estado de desamparo social que fragiliza sua rede de suporte (Franco, 2013; Duarte et al., 2025).

As questões de gênero também exercem influência direta nos riscos à saúde mental. Após desastres, as mulheres frequentemente enfrentam uma sobrecarga de trabalho doméstico e de cuidado, muitas vezes em ambientes tornados insalubres, resultados do próprio desastre, o que eleva os níveis de estresse crônico (Bezerra et al., 2024).

Ademais, a exposição prolongada a contaminantes e a insegurança quanto à situação em que se encontram geram uma angústia contínua que favorece o surgimento de quadros depressivos e ansiosos (Bezerra et al., 2024; Duarte et al., 2025).

2.2 Impactos psicológicos nas populações afetadas e a dinâmica da resiliência

Os impactos psicológicos decorrentes de desastres variam conforme a temporalidade, intensidade e particularidade do evento. No período agudo, as reações esperadas incluem estados de choque, desorientação, medo paralisante ou agitação desordenada (Franco, 2013; Ricardo, 2022).

Devemos compreender que tais manifestações são reações consideradas “normais”, uma vez que a população está frente a acontecimentos anormais, e a patologização imediata desses sintomas pode gerar um novo desamparo ao ignorar a dimensão trágica da perda (Franco, 2013; Crociari et al., 2024). Com o passar do tempo, uma parcela dos afetados pode desenvolver transtornos mentais mais persistentes.

O Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) é um dos impactos mais relatados, caracterizado por flashbacks, hipervigilância e isolamento social (Bezerra et al., 2024; Crociari et al., 2024). Além disso, de acordo com Bezerra, observa-se alta prevalência de depressão maior, ansiedade generalizada e ideação suicida, frequentemente acompanhadas pelo abuso de substâncias psicoativas

como tentativa de alívio para o sofrimento. As manifestações psicossomáticas também são recorrentes, evidenciando como o trauma se inscreve no corpo através de insônia severa, fadiga crônica, hipertensão e crises alérgicas (Bezerra et al., 2024; Duarte et al., 2025).

As crianças constituem um grupo de extrema vulnerabilidade, apresentando riscos de danos ao desenvolvimento cognitivo e emocional que podem comprometer sua funcionalidade a longo prazo se não houver uma intervenção adequada que considere suas necessidades específicas (Franco, 2013; Crociari et al., 2024).

Diante desse cenário de profunda vulnerabilidade, torna-se imprescindível a identificação e o fortalecimento de fatores capazes de mitigar o sofrimento a longo prazo. Longe de ser interpretada como uma característica individual inata do sujeito, a resiliência em contextos de desastre deve ser compreendida como um processo dinâmico de interação entre o indivíduo e seu meio social.

O principal recurso protetivo identificado nesse ecossistema é o apoio social, articulado por meio do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, que oferecem a base segura necessária para o enfrentamento e a elaboração do trauma (Franco, 2013; Ricardo, 2022).

Complementarmente, o incentivo à autonomia e ao protagonismo das vítimas revela-se essencial para a reconstrução psíquica, permitindo que elas deixem a posição de receptores passivos de auxílio e tornem-se agentes ativos em sua própria recuperação (Bezerra et al., 2024).

2.3 Experiências e percepções dos voluntários e socorristas

Segundo Franco (2013), os profissionais e voluntários que atuam na linha de frente enfrentam desafios psicológicos singulares, operando muitas vezes em cenários descritos como de “guerra” ou “caos organizado”. O volume massivo de sofrimento e a pressão por respostas rápidas geram sentimento como de impotência e angústia severa. Muitos desses trabalhadores são também residentes das áreas atingidas, vivenciando um duplo impacto: o luto como cidadão afetado e a responsabilidade profissional como cuidador (Costa; Maciazeki-Gomes; Schmidt, 2025).

O risco de adoecimento secundário é uma preocupação constante nas diretrizes de saúde do trabalhador. A exposição direta ao trauma alheio pode levar ao desenvolvimento de Burnout (estado de esgotamento físico e mental, ocasionado por estresse crônico) e TEPT (Costa; Maciazeki-Gomes; Schmidt, 2025; Duarte et al., 2025).

Figura 9 – síntese da origem do problema



Fonte: elaboração própria

A narrativa de “heroísmo” frequentemente imposta pela mídia e pela sociedade pode ser prejudicial, pois desconsidera as limitações humanas e as necessidades emocionais do socorrista (Franco, 2013).

Nesse sentido, as práticas institucionais devem enfatizar o “cuidado aos cuidadores”, que inclui supervisão técnica constante, momentos obrigatórios de pausa, oferta de suporte psicológico especializado e a criação de grupos de escuta mútua (Franco, 2013; Costa; Maciazeki-Gomes; Schmidt, 2025).

3 ORIGEM DO PROBLEMA

A origem dos desastres e das situações de emergência não pode ser compreendida apenas a partir do evento extremo em si, como enchentes, deslizamentos, secas, rompimentos de barragens ou acidentes tecnológicos.

Na literatura especializada, o desastre é entendido como resultado da interação entre a ameaça, a exposição da população e suas condições de vulnerabilidade e capacidade de resposta, o que afasta uma leitura puramente naturalizante ou acidental do problema.

A própria terminologia internacional da UNDRR define desastre como uma grave interrupção do funcionamento de uma comunidade ou sociedade causada por eventos perigosos em interação com condições de exposição, vulnerabilidade e capacidade, e define risco de desastre como função desses mesmos elementos.

Nessa perspectiva, os danos humanos, materiais e psicossociais produzidos por um desastre tendem a ser agravados por desigualdades sociais preexistentes. Franco (2013) sustenta que os chamados desastres naturais frequentemente atuam como catalisadores de problemas humanos já instalados, atingindo de forma mais severa populações historicamente vulnerabilizadas, com menor acesso a recursos materiais, proteção institucional e redes de apoio.

No mesmo sentido, Andrade e Cabral (2024), ao revisarem a literatura brasileira sobre psicologia em desastres socioambientais, destacam que a resposta a esses eventos, no Brasil, precisa ser compreendida à luz das profundas desigualdades sociais e da necessidade de articulação entre diferentes políticas e serviços. Desse modo, a origem do mal-estar também se relaciona à forma como o território é socialmente produzido e ocupado.

A instalação de populações em áreas de risco, a precariedade habitacional, a insuficiência de infraestrutura urbana, a degradação ambiental e a presença de empreendimentos de alto potencial danoso em regiões marcadas por vulnerabilidade socioeconômica ampliam a exposição ao risco e reduzem a capacidade de prevenção, enfrentamento e reconstrução.

As diretrizes do IASC, referência internacional em saúde mental e apoio psicossocial em emergências, partem justamente do entendimento de que os impactos das crises humanitárias não decorrem apenas do evento crítico, mas da ruptura de sistemas sociais, proteções comunitárias e condições mínimas de segurança, razão pela qual o apoio social e comunitário é considerado elemento essencial da resposta.

Além disso, em contextos de desastre, a origem do sofrimento não se limita às perdas materiais imediatas, alcançando também processos de dester-

ritorialização, ruptura de vínculos e enfraquecimento das referências simbólicas e comunitárias. A literatura internacional sobre saúde mental em contextos humanitários ressalta que emergências tendem a ampliar problemas sociais preexistentes e a produzir novos fatores de sofrimento, exigindo abordagens que conectem prática e pesquisa e que considerem tanto a dimensão individual quanto a coletiva do trauma.

Nessa linha, Tol et al. (2011) defendem a articulação entre saúde mental e apoio psicossocial em cenários humanitários justamente porque os efeitos desses eventos se enraízam em fatores estruturais, comunitários e institucionais, e não apenas em reações individuais ao trauma. No campo da saúde mental, isso significa reconhecer que o problema não surge exclusivamente após o desastre, mas é produzido e intensificado por condições anteriores de exclusão, insegurança e fragilidade social.

A Organização Mundial de Saúde destaca que emergências afetam profundamente a saúde mental e que praticamente todas as pessoas expostas vivenciam sofrimento psicológico, embora a gravidade e a persistência desses impactos variem conforme o contexto, os recursos disponíveis e o grau de vulnerabilidade dos grupos atingidos.

Assim, compreender a origem do mal estar exige superar uma leitura imediatista dos desastres e reconhecê-los como fenômenos que expressam, aprofundam e tornam visíveis desigualdades estruturais já presentes na realidade social.

4 OBJETIVO

O presente trabalho tem como objetivo analisar, à luz da psicologia das emergências e desastres, os fatores que influenciam a saúde mental em contextos de crise, considerando a interação entre vulnerabilidades sociais, impactos psicológicos e condições estruturais que potencializam o sofrimento psíquico.

Busca-se compreender de que maneira esses elementos se articulam na produção e agravamento dos danos psicossociais, bem como identificar os principais fatores de risco e de proteção envolvidos nesses cenários.

Além disso, o estudo visa examinar os impactos psicológicos mais recorrentes nas populações afetadas por desastres, incluindo manifestações agudas e

crônicas, assim como refletir sobre os processos de resiliência e reconstrução subjetiva e coletiva.

Pretende-se, ainda, analisar as experiências e desafios enfrentados por voluntários e socorristas que atuam na linha de frente, destacando os riscos de adoecimento e a importância de estratégias institucionais de cuidado.

Por fim, o trabalho busca contribuir para a ampliação do debate sobre a atuação da psicologia nesses contextos, enfatizando a necessidade de práticas comprometidas com o cuidado integral, a escuta qualificada e a promoção de ações psicossociais articuladas às políticas públicas e aos direitos humanos.

5 REGISTRO DE IDEIAS

Durante a etapa de ideação, o grupo realizou discussões sobre possíveis formas de intervenção relacionadas à saúde mental em contextos de emergências. A partir da análise da literatura e das reflexões desenvolvidas ao longo do trabalho, surgiram diferentes possibilidades de atuação psicológica.

Entre as ideias levantadas, destacaram-se: a criação de grupos de apoio para pessoas afetadas por desastres; a realização de ações de psicoeducação voltadas às comunidades atingidas; o desenvolvimento de materiais informativos sobre saúde mental e estratégias de enfrentamento; a oferta de capacitações para profissionais envolvidos em situações de emergência; e a implementação de espaços de acolhimento emocional para voluntários e socorristas.

Após a análise das alternativas, o grupo identificou que os voluntários e socorristas frequentemente recebem pouca atenção em relação ao cuidado de sua própria saúde mental, apesar de estarem constantemente expostos ao sofrimento, à pressão emocional e às situações traumáticas.

Dessa forma, surgiu a proposta de desenvolver um programa voltado especificamente ao cuidado psicológico desses profissionais, buscando promover prevenção, acolhimento e suporte emocional antes, durante e após sua atuação em desastres.

6 DEFINIÇÃO DA IDEIA E DESENVOLVIMENTO DA PROPOSTA

A partir das ideias discutidas pelo grupo, foi definida a proposta denominada “Cuidar de Quem Cuida”, um programa de apoio psicológico direcionado a voluntários e socorristas que atuam em situações de emergência e desastres no estado do Rio Grande do Sul, especialmente em eventos como inundações, deslizamentos, acidentes tecnológicos e outras ocorrências críticas.

Figura 10 – síntese dos impactos no público-alvo



Fonte: elaboração própria

O público-alvo do projeto é composto por voluntários, bombeiros, integrantes da Defesa Civil, brigadistas, voluntários populares e profissionais da saúde envolvidos em ações de resposta a desastres.

Esses grupos estão frequentemente expostos a situações de elevada pressão emocional, sofrimento humano e jornadas exaustivas, tornando-se mais vulneráveis ao adoecimento psicológico.

A proposta foi desenvolvida considerando a realidade vivenciada pelo estado nos últimos anos, principalmente durante as inundações de 2024, que mobilizaram milhares de voluntários em ações de resgate, acolhimento e assistência às populações atingidas. Diante da intensidade dessas situações, muitos profissionais e voluntários permanecem expostos a cenários de sofrimento humano,

perdas materiais e emocionais, jornadas exaustivas e elevados níveis de pressão psicológica.

Tais fatores podem favorecer o desenvolvimento de ansiedade, estresse, esgotamento emocional, Burnout e Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT), comprometendo tanto sua qualidade de vida quanto sua capacidade de atuação.

O programa prevê ações estruturadas em três momentos distintos. Inicialmente, são disponibilizadas intervenções breves de estabilização emocional por meio da plataforma, utilizando técnicas simples como respiração guiada, acolhimento psicológico e orientações de enfrentamento ao estresse.

Periodicamente, são promovidos espaços virtuais ou agendados de escuta e descompressão emocional, permitindo que os participantes compartilhem experiências e sentimentos vivenciados durante as atividades de apoio. Já no período pós-desastre, é oferecido acompanhamento psicológico breve e encaminhamentos, quando necessários, visando prevenir agravamentos e favorecer a recuperação emocional.

Por se tratar de uma proposta voltada à realidade regional, o projeto pode ser desenvolvido em parceria com universidades do Rio Grande do Sul, especialmente cursos da área da Psicologia.

Nesse sentido, estudantes, supervisionados por professores e profissionais habilitados, participam da produção de conteúdos psicoeducativos, do acolhimento inicial dos usuários, da moderação dos grupos de escuta online e da atualização das ferramentas disponibilizadas na plataforma.

Além de ampliar o suporte oferecido aos voluntários, a iniciativa também contribui para a formação acadêmica dos estudantes por meio de atividades de extensão universitária e práticas comunitárias. Durante o processo de desenvolvimento da proposta, o grupo estabeleceu a utilização da tecnologia como a principal ferramenta de apoio ao projeto.

Nesse contexto, estruturou-se o aplicativo denominado “Cuidar de Quem Cuida”, destinado a centralizar as ações de suporte psicológico oferecidas aos voluntários e socorristas. O aplicativo funciona como um espaço gratuito de acolhimento e orientação, permitindo que os usuários registrem seu estado emocional, tenham acesso a conteúdos de psicoeducação sobre saúde mental, utilizem exer-

cícios de respiração guiada e técnicas de manejo da ansiedade, além de receberem orientações voltadas ao autocuidado durante e após as operações de emergência.

A plataforma também disponibiliza materiais produzidos pelos próprios estudantes participantes do projeto, ampliando o acesso à informação de forma simples e acessível.

Funcionalidades do aplicativo:

- Check-in emocional diário;
- Exercícios de respiração guiada;
- Diário emocional;
- Biblioteca de conteúdos psicoeducativos;
- Grupos virtuais de apoio;
- Encaminhamento para serviços de saúde mental;
- Botão de ajuda rápida para situações de crise emocional.

A ferramenta ainda poderia oferecer canais de encaminhamento para serviços públicos de saúde mental, contatos de emergência e espaços de apoio psicossocial, ampliando o alcance do projeto e possibilitando acompanhamento contínuo mesmo após o encerramento das atividades presenciais.

Dessa forma, o uso da tecnologia contribuiria para tornar o cuidado psicológico mais acessível, ágil e adaptado às necessidades dos profissionais e voluntários envolvidos em situações de desastre.

A proposta apresenta baixo custo de implementação, uma vez que se baseia principalmente em parcerias institucionais, ações de extensão universitária e produção colaborativa de conteúdo, reduzindo a necessidade de grandes investimentos financeiros.

Assim, o projeto busca unir saúde mental, prevenção, tecnologia e responsabilidade social em benefício daqueles que dedicam seu trabalho ao cuidado da população gaúcha em momentos de crise.

6.1 Divulgação e sensibilização

Além da plataforma digital, o projeto prevê ações contínuas de divulgação e sensibilização junto às instituições envolvidas em situações de emergência e desastre. A proposta inclui a realização de palestras, rodas de conversa e ativi-

dades educativas em universidades, hospitais, prefeituras, Corpo de Bombeiros, Defesa Civil e demais organizações parceiras.

Essas ações têm como objetivo informar sobre a importância do cuidado com a saúde mental dos voluntários e socorristas, além de promover a conscientização sobre os sinais de sofrimento emocional e as formas de busca por apoio. Busca-se, ainda, sensibilizar e motivar os participantes para o autocuidado e para o fortalecimento das redes de apoio existentes.

Com o fortalecimento das parcerias institucionais, espera-se que professores universitários e profissionais capacitados possam atuar como multiplicadores da proposta, incorporando a temática da saúde mental em emergências e desastres em atividades acadêmicas, projetos de extensão e ações comunitárias, ampliando gradualmente o alcance do projeto.

6.2 Rede de profissionais e parcerias institucionais

A viabilidade do projeto está fundamentada na construção de uma rede colaborativa composta por instituições de ensino superior, entidades profissionais e profissionais voluntários da área da Psicologia. Para isso, seriam estabelecidas parcerias com universidades que possuem cursos de Psicologia, como a Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), entre outras instituições.

Também se prevê articulação com o Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul (CRP-RS), possibilitando o cadastramento voluntário de profissionais interessados em colaborar com o projeto. Os estudantes de Psicologia poderiam participar de ações psicoeducativas, acolhimento inicial e produção de conteúdos, sempre sob supervisão de psicólogos habilitados, respeitando as normas éticas e técnicas da profissão.

Embora não tenha sido realizado levantamento numérico específico, o Vale do Rio Pardo e o Vale do Taquari concentram diversos cursos de Psicologia e centenas de profissionais registrados, demonstrando a existência de capital humano suficiente para a construção de uma rede de apoio em situações

de emergência. Em uma futura implementação do projeto, pretende-se realizar levantamento formal junto ao CRP-RS para identificar a quantidade de profissionais disponíveis na região.

7 PROPOSTA FINAL

A proposta final desenvolvida pelo grupo consiste na criação do projeto “Cuidar de Quem Cuida”, voltado à promoção da saúde mental de voluntários e socorristas que atuam em situações de emergências e desastres.

Figura 11 - síntese da proposta



Fonte: elaboração própria

O projeto tem como objetivo oferecer suporte emocional e psicológico a esses profissionais, reconhecendo os impactos que a exposição constante a cenários de sofrimento, perdas e alta pressão pode gerar em sua saúde mental.

Como forma de ampliar o alcance e a acessibilidade da proposta, foi idealizada a criação de um aplicativo de apoio psicológico, que funcionaria como uma ferramenta complementar de cuidado.

Diferentemente de serviços já existentes, como o Centro de Valorização da Vida (CVV) e outros dispositivos de apoio psicossocial vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS), a proposta apresenta como diferencial o foco es-

pecífico em voluntários e socorristas que atuam em situações de emergência e desastre.

Embora existam iniciativas de acolhimento emocional e suporte psicológico à população em geral, não foi identificada uma ferramenta regional direcionada exclusivamente a esse público no estado do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, o aplicativo não tem como objetivo substituir atendimentos psicológicos ou oferecer psicoterapia, mas atuar como uma plataforma de triagem, acolhimento emocional, psicoeducação e encaminhamento.

Por meio do check-in emocional, da identificação de sinais de sofrimento psíquico e da oferta de conteúdos educativos, a ferramenta poderá auxiliar os usuários na busca por suporte adequado, direcionando-os para serviços especializados e parceiros quando necessário.

O funcionamento da proposta prioriza recursos digitais, como videochamadas, grupos de apoio virtuais, materiais educativos e encaminhamentos para a rede de atenção psicossocial. Essa estratégia reduz custos operacionais e amplia o alcance do projeto, tornando o suporte mais acessível aos profissionais e voluntários distribuídos em diferentes regiões do estado.

Os atendimentos presenciais seriam reservados para situações específicas e realizados por meio de parcerias institucionais previamente estabelecidas.

A divulgação do projeto ocorreria por meio de campanhas em redes sociais, palestras educativas e parcerias com a Defesa Civil, Corpo de Bombeiros, hospitais, universidades, prefeituras e grupos de voluntários já existentes. Dessa forma, busca-se ampliar o conhecimento sobre a importância da saúde mental dos socorristas e fortalecer a adesão ao programa.

Por meio da plataforma, os usuários poderiam acessar conteúdos de psicoeducação, realizar registros emocionais, utilizar técnicas de respiração e relaxamento, receber orientações sobre autocuidado e obter informações sobre serviços de apoio psicológico disponíveis. A proposta busca oferecer intervenções em diferentes momentos da atuação dos socorristas e voluntários, contemplando ações preventivas, suporte durante as atividades e acompanhamento após os eventos críticos.

Dessa forma, pretende-se contribuir para a redução do adoecimento emocional, fortalecer estratégias de enfrentamento e promover maior

bem-estar entre aqueles que desempenham papel fundamental no atendimento às populações afetadas por desastres.

Além do impacto na qualidade de vida dos profissionais envolvidos, espera-se que a iniciativa contribua para a melhoria dos serviços prestados à comunidade, fortalecendo uma cultura de cuidado que inclua não apenas as vítimas dos desastres, mas também aqueles que atuam diretamente em sua assistência.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste trabalho possibilitou compreender a complexidade dos impactos psicológicos associados às situações de emergência e desastre, evidenciando que seus efeitos ultrapassam os danos materiais e atingem profundamente a saúde mental das populações envolvidas.

A análise da literatura demonstrou a importância da atuação da psicologia na prevenção, acolhimento e enfrentamento do sofrimento psíquico decorrente desses eventos. Também foi possível refletir sobre a realidade vivenciada por voluntários e socorristas, que frequentemente atuam sob intensa pressão emocional e, muitas vezes, não recebem o suporte necessário para lidar com as consequências psicológicas de seu trabalho.

Nesse contexto, destacou-se a relevância do cuidado aos cuidadores como estratégia fundamental para a promoção da saúde mental e para a qualificação das ações de resposta aos desastres.

Por meio das etapas de pesquisa, discussão e ideação, o grupo desenvolveu a proposta “Cuidar de Quem Cuida”, buscando integrar conhecimentos da psicologia, inovação e empreendedorismo na construção de uma solução socialmente relevante. Embora se trate de uma proposta inicial, acredita-se que a iniciativa apresenta potencial para contribuir com a prevenção do adoecimento emocional e para o fortalecimento das redes de apoio destinadas aos profissionais e voluntários que atuam em situações de crise.

Por fim, o trabalho reforça a necessidade de ampliar as discussões sobre saúde mental em contextos de desastre, incentivando o desenvolvimento de estratégias acessíveis, humanizadas e sustentáveis que promovam o cuidado integral das pessoas envolvidas nesses cenários.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, R. E.; CABRAL, K. V. Resposta da psicologia em desastres socioambientais: uma revisão da literatura. **PSI UNISC**, v. 8, n. 3, p. 80-99, 2024.
- BEZERRA, O. R. et al. Atendimento psicossocial e saúde mental: a psicologia das emergências e desastres no caso Brumadinho. **Pretextos – Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**, v. 9, n. 18, p. 190-210, 2024.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Desastres naturais e saúde no Brasil**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogos(os) em situações de emergências e desastres**. Brasília: CFP, 2021.
- COSTA, L. I. L.; MACIAZEKI-GOMES, R. C.; SCHMIDT, B. Saúde mental de trabalhadores da saúde em eventos extremos: pistas sobre o processo de cuidado. **Revista Saúde (Santa Maria)**, v. 51, e91203, 2025.
- CROCIARI et al. Intervenções de saúde mental e apoio psicossocial em resposta a desastres: revisão sistemática. **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas**, v. 20, e20240460, 2024.
- DUARTE, M. L. C. et al. Reflexões acerca da saúde mental a partir da enchente de 2024 no Sul do Brasil. **Revista de Enfermagem da UFSM**, v. 15, e8, p. 1-15, 2025.
- EVERLY JUNIOR, G. S.; MITCHELL, J. T. **Critical Incident Stress Management (CISM): a new era and standard of care in crisis intervention**. Ellicott City: Chevron Publishing, 1999.
- FRANCO, Marina Haase da Costa. **Saúde mental em emergências e desastres: contribuições à prática do psicólogo**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- INTER-AGENCY STANDING COMMITTEE. **Guidelines on Mental Health and Psychosocial Support in Emergency Settings**. Geneva: IASC, 2007.
- MASLACH, C.; LEITER, M. P. **Burnout: the cost of caring**. Cambridge: Malor Books, 2016.
- NAKANO, T. C. Crises, desastres naturais e pandemias: contribuições da Psicologia Positiva. **Ciências Psicológicas**, v. 14, n. 2, e-2161, 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Primeiros cuidados psicológicos:** guia para trabalhadores de campo. Genebra: OMS, 2015.

RICARDO, H. N. **Saúde mental e atenção psicossocial em desastres:** comportamentos profissionais do psicólogo intervindo na resposta. 2022. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2022.

TOL, W. A. et al. Mental health and psychosocial support in humanitarian settings: linking practice and research. **The Lancet**, v. 378, n. 9802, p. 1581-1591, 2011.

UNITED NATIONS OFFICE FOR DISASTER RISK REDUCTION. **Disaster Risk Reduction Terminology**. Geneva: UNDRR, 2017.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Mental Health in Emergencies**. Geneva: WHO, 2019.

3.2 A DISSOLUÇÃO DA IDENTIDADE NAS ÁGUAS: MEMÓRIAS QUE BOIAM, LARES QUE ESQUECEM

Jennifer Laste Rieth
Jéssica Luiza Menezes
Matheus Ferreira Meirelles
Thaís de Lima

1. INTRODUÇÃO

A água que invade territórios não destrói apenas estruturas físicas, mas também desestabiliza memórias, rompe vínculos e fragiliza identidades. As inundações que atingiram o Rio Grande do Sul (RS) em 2024 configuraram-se como o maior desastre climático da história do estado, afetando cerca de 2,4 milhões de pessoas e produzindo impactos sociais, econômicos e culturais de grande magnitude (Agência Nacional de Águas, 2025). Nesse contexto, compreender os efeitos das inundações exige ultrapassar a dimensão material, alcançando os processos subjetivos e simbólicos envolvidos na construção da identidade.

A casa, enquanto espaço de pertencimento, constitui um dos principais pilares da identidade individual e coletiva. Quando invadida ou destruída pelas águas, deixa de ser apenas um espaço físico e passa a representar uma ruptura na continuidade da vida cotidiana. Dessa forma, compreende-se que, diante das inundações, a produção de registros e narrativas se torna fundamental para a preservação de memórias e a reconstrução de sentidos coletivos, evidenciando o papel da memória na recomposição identitária. A perda de objetos, fotografias e espaços vividos implica também a perda de referências simbólicas que sustentam a história de vida dos sujeitos.

Além disso, a experiência do desastre produz efeitos que ultrapassam o momento da tragédia, instaurando marcas psicológicas e emocionais duradouras. Relatos de moradores das regiões afetadas indicam que o trauma permanece mesmo após o recuo das águas, sendo reativado por elementos associados à chuva e ao risco de novas inundações, o que demonstra como a memória do desastre se inscreve na subjetividade (Instituto Humanitas Unisinos, 2025).

Essa vivência evidencia que a identidade, longe de ser fixa, é continuamente reconstruída em meio às experiências de perda, deslocamento e adaptação.

Outro aspecto relevante refere-se à noção de identidade civil e social, que também pode ser comprometida em situações extremas. Durante as inundações, milhares de pessoas perderam documentos e registros oficiais, sendo necessário um esforço institucional para restabelecer esses elementos básicos de reconhecimento social, fundamentais para o exercício da cidadania (RS, 2025a). Assim, a dissolução da identidade nas águas manifesta-se tanto no plano simbólico quanto no plano concreto, evidenciando a complexidade dos impactos gerados por desastres socioambientais.

Dessa forma, pensar nas inundações no Rio Grande do Sul implica compreender não apenas a destruição visível, mas também os processos invisíveis de apagamento, reconstrução e ressignificação das identidades. Entre memórias que resistem e lares que se perdem, emerge a necessidade de refletir sobre como sujeitos e comunidades reelaboram suas histórias diante da catástrofe, reconstruindo, ainda que de forma fragmentada, os sentidos de pertencimento e existência.

Nesse contexto, torna-se fundamental não apenas compreender os impactos das inundações, mas também desenvolver estratégias que possibilitem a escuta e o registro das experiências vividas pelas populações afetadas. A dificuldade em compartilhar relatos, frequentemente atravessada pelo trauma, pela dor e pela ausência de espaços de acolhimento, evidencia a necessidade de iniciativas que incentivem a narrativa como forma de expressão e reconstrução. Além disso, ao reunir diferentes narrativas, tais iniciativas contribuem para a reconstrução de identidades, o fortalecimento do sentimento de pertencimento e a ampliação da visibilidade social e política das populações atingidas. Assim, este projeto propõe intervir diretamente na ausência de escuta qualificada, criando condições para que experiências traumáticas sejam narradas, reconhecidas e ressignificadas. Porque uma carteira de identidade que se dissolve nas águas só pode ser refeita se houver quem escute, quem registre, quem devolva à vítima o direito de dizer: “eu estive aqui, eu perdi, mas eu ainda sou”. Sem escuta, não há reconstrução; sem memória, não há futuro.

2. LEVANTAMENTO E ANÁLISE DE INFORMAÇÕES

2.1 Análise Quantitativa dos Impactos das Inundações de 2024 no Rio Grande do Sul e em Santa Cruz do Sul

As fortes chuvas que atingiram o Rio Grande do Sul entre abril e maio de 2024 provocaram a maior tragédia climática já registrada na história do estado, deixando marcas profundas na memória e na identidade da população gaúcha. Para compreender a gravidade da situação, os números oficiais auxiliam a dimensionar a destruição e o sofrimento das comunidades atingidas.

Conforme os dados finais divulgados pelo governo estadual em 24 de abril de 2025, a inundação alcançou 478 dos 497 municípios gaúchos – 96,1% do total (RS, 2025b). Ao todo, 2.398.255 pessoas tiveram suas vidas diretamente impactadas, o que equivale a cerca de 22% da população do estado. As águas – concebidas neste estudo como elemento disruptor dos vínculos identitários – também causaram 184 mortes confirmadas, 806 feridos e 25 desaparecidos nas semanas seguintes ao momento mais crítico da crise (RS, 2025b).

Figura 12 – dados do desastre em 2024



Fonte: elaboração própria

A saída forçada das pessoas de suas casas constitui um dos sinais mais evidentes da perda de vínculo com o lugar e da quebra dos laços de pertencimento. No pico da crise, em 19 de maio de 2024, o número de desalojados e desabrigados alcançou 581.638 (RS, 2024b). Apesar da redução nas semanas seguintes, o relatório situacional de 24 de junho de 2024 ainda registrava 388.781 pessoas fora de suas residências, vivendo em abrigos ou na casa de parentes e amigos, sem previsão de retorno (RS, 2024a). Cada pessoa deslocada representa não apenas um endereço vazio, mas uma biografia interrompida.

A destruição das moradias – espaços primários de construção da história familiar e guarda de memórias – também alcançou números expressivos. Levantamento da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), com base em informações das prefeituras, indicou que, já no dia 7 de maio de 2024, cerca de 99,8 mil casas haviam sido destruídas ou danificadas em todo o estado (Velo; Martins, 2024). Esse dado reforça a tese central deste trabalho: a inundação não destruiu apenas paredes e telhados, mas os pontos de referência que ancoram o reconhecimento comunitário.

Ao examinar o município de Santa Cruz do Sul – um dos mais castigados no Vale do Rio Pardo –, os efeitos da tragédia em nível local tornam-se mais nítidos. Relatório da Defesa Civil municipal, publicado em 22 de maio de 2024, calculou os prejuízos totais em R\$ 306 milhões, abrangendo danos a prédios públicos, serviços e residências familiares (Gazeta do Sul, 2024).

Quanto às moradias, o município contabilizou 322 casas completamente destruídas e outras 3,6 mil com algum tipo de dano (Gazeta do Sul, 2024). Cada imóvel danificado ou demolido corresponde a um acervo de recordações, afetos e referências submerso. O número de pessoas afetadas em Santa Cruz do Sul foi de 284 desabrigados (perda total da casa) e 11,3 mil desalojados (saída temporária), além de duas mortes confirmadas (Gazeta do Sul, 2024). Os bairros mais atingidos foram Margarida, Belvedere, Linha João Alves, Monte Verde, Pedreira e Várzea – neste, a subárea Navegantes foi completamente arrasada (Gazeta do Sul, 2024).

A comparação entre os dados estaduais e municipais revela que a inundação de 2024 afetou a vida das pessoas em múltiplas escalas: desde a organização

geral da sociedade até as histórias pessoais de cada família. Os números não devem ser interpretados como mera redução do sofrimento a cifras; ao contrário, eles atestam a gravidade da catástrofe e a urgência de políticas públicas que contemplem não apenas a reconstrução material (casas, ruas, infraestrutura), mas também o cuidado com a memória e a saúde emocional da população. Em Santa Cruz do Sul, as 3,6 mil casas danificadas e as 322 destruídas representam outros tantos lares onde as memórias familiares foram abaladas ou apagadas. Cada uma dessas casas carrega narrativas que merecem ser ouvidas e valorizadas.

Os dados oficiais (RS, 2024a, 2024b, 2025b; Gazeta do Sul, 2024) confirmam a premissa deste estudo: a inundação de 2024 não foi apenas um evento hidrometeorológico extremo, mas um fenômeno que desfez, em larga escala, os laços entre as pessoas e seus lugares de pertencimento. Tais efeitos perduram mesmo após o recuo das águas. É precisamente nesse espaço, entre os dados objetivos e a experiência vivida, que se torna essencial criar mecanismos de escuta e registro das histórias, permitindo que as vítimas transformem a dor em narrativa e recuperem o direito de contar sua própria trajetória.

2.2 Diferentes tipos de perdas identitárias

As inundações que atingiram o Rio Grande do Sul em 2024 evidenciam que os impactos vivenciados pelas populações afetadas ultrapassam a dimensão material, configurando-se como profundas rupturas nos processos de construção da identidade. Nesse contexto, a identidade deve ser compreendida como algo dinâmico, constituído a partir de memórias, vínculos, espaços e experiências cotidianas. Quando esses elementos são desestruturados, o sujeito passa a enfrentar diferentes formas de perda identitária, atingindo diretamente a forma como se reconhece no mundo.

A primeira delas refere-se à perda do lugar (identidade territorial). A perda do lugar, no contexto das inundações, pode ser compreendida a partir da ruptura do vínculo simbólico entre sujeito e espaço vivido, afetando diretamente o sentimento de pertencimento. Nesse sentido, Marc Augé (1994), contribui ao afirmar que existem espaços que, ao perderem sua dimensão relacional, histórica e identitária, transformam-se em não-lugares, ou seja, ambientes esvaziados

de significado para aqueles que os habitam. Assim, bairros, casas e comunidades atingidas deixam de ser reconhecidos como espaços de vida, gerando desorientação e estranhamento.

Os abrigos provisórios funcionam, inicialmente, como não lugares por diversas características. Uma delas é a efemeridade e a condição de passagem: os abrigos marcam um hiato na vida dos moradores, um espaço entre a casa perdida e a nova moradia. A permanência ali é marcada pela incerteza, e não pela construção de uma memória estável. Outra característica é o anonimato e a padronização; no auge da crise, a individualidade de cada história foi, em parte, suprimida pela necessidade de uma gestão coletiva e anônima.

A perda das memórias materiais constitui outra dimensão significativa. Objetos cotidianos, fotografias, móveis e utensílios domésticos funcionam como suportes da memória, organizando a narrativa de vida dos sujeitos. Quando esses elementos são destruídos, ocorre não apenas a perda material, mas também um apagamento simbólico de partes da história pessoal e familiar. Nesse sentido, Gomes e Cavalcante (2012, p. 726) destacam que “ao serem questionados sobre as perdas que sofreram, percebe-se que os entrevistados se referem, em um primeiro momento, exclusivamente aos bens materiais que possuíam, como móveis, eletrodomésticos e roupas”.

Em um segundo momento, as autoras ampliam essa compreensão:

Porém, apesar da intensa referência às perdas materiais, no decorrer das entrevistas outras perdas, geralmente atreladas à moradia, fluíram nos discursos dos sujeitos. As seguintes falas revelam as perdas simbólicas decorrentes das perdas materiais. As famílias perderam não apenas a sua casa, mas também necessidades psicológicas por ela supridas, como segurança, intimidade, dignidade (Gomes; Cavalcante, 2012, p. 726).

A perda da rotina (identidade cotidiana) evidencia como o cotidiano sustenta a percepção de si. A partir do estudo de Pereira et al. (2023), é possível compreender a necessidade de reorganizar rotinas dentro dos abrigos, isso evidencia como a perda do cotidiano impacta diretamente a identidade das pessoas. A atuação da Psicologia em abrigos nos mostra que muitos indivíduos chegam em situação de grande vulnerabilidade emocional, exigindo acolhimento e reorganização do cotidiano. Nesse sentido, os autores destacam a importância da

organização de uma rotina diária, mostrando que reconstruir pequenas estruturas do dia a dia é essencial para o equilíbrio psicológico. Isso se relaciona diretamente com a perda identitária, já que a ruptura da rotina faz com que a pessoa perca referências básicas de quem ela é e de como vivia antes. O estudo mostra que foi necessária a criação de estratégias para lidar com a complexidade do contexto, como a criação de métodos para registrar e comunicar informações cruciais, o que evidencia a necessidade de organização não apenas emocional, mas também prática dentro dos abrigos.

Além disso, os desafios enfrentados, como a falta de treinamento prévio em gerenciamento de desastres, reforçam o quanto essas situações ainda exigem maior preparo profissional. Dessa forma, percebe-se que a atuação psicológica não se limita ao acolhimento individual, mas também contribui para a reconstrução de vínculos, rotinas e sentidos, auxiliando as pessoas no processo de reorganização de sua identidade diante das perdas vivenciadas.

A perda de papéis sociais também se apresenta como uma dimensão relevante. A impossibilidade de exercer funções anteriormente desempenhadas — como trabalhar, estudar ou cuidar da família — interfere diretamente na forma como o sujeito se reconhece socialmente. Esses papéis, que estruturam a identidade, tornam-se instáveis ou são interrompidos, exigindo processos de adaptação e ressignificação. Nesse sentido, Ciampa (1987) compreende a identidade como um processo em constante construção, constituído nas relações sociais e nos papéis desempenhados ao longo da trajetória do sujeito. Assim, a ruptura dessas funções não representa apenas uma alteração nas condições de vida, mas uma desorganização na própria forma de ser e de se reconhecer no mundo, evidenciando o caráter dinâmico e relacional da identidade diante de contextos de crise.

A perda de vínculos comunitários evidencia o impacto coletivo das inundações. A dispersão de moradores, o afastamento de vizinhos e a destruição de espaços de convivência fragilizam as redes de apoio e o sentimento de pertencimento. Conforme evidenciado por Presa et al. (2025), o desastre rompe vínculos previamente estabelecidos e exige ações voltadas à reconstrução dessas relações, destacando o vínculo como elemento central no processo de cuidado e recuperação.

Nesse contexto, a perda desses vínculos pode ser compreendida também como uma forma de perda de identidade, uma vez que o sujeito se constitui nas relações que estabelece com o outro e com o território em que vive. Como apontam Presa et al. (2025), a necessidade de reconstruir espaços de convivência e fortalecer novamente os laços sociais revela que a recuperação não se limita à dimensão material, mas envolve, sobretudo, a recomposição das relações que dão sentido à existência coletiva. Assim, a fragilização dos vínculos comunitários não apenas compromete o apoio social, mas também incide diretamente na forma como os indivíduos se reconhecem e se situam no mundo.

A perda de continuidade da história refere-se à sensação de ruptura entre o antes e o depois do desastre. A trajetória de vida passa a ser marcada por uma descontinuidade, dificultando a construção de uma narrativa coerente sobre si. Nesse sentido, a identidade precisa ser reconstruída a partir de fragmentos, memórias e experiências ressignificadas. Conforme apontam Vieira e Henriques (2014), o sujeito organiza sua experiência por meio de uma articulação entre acontecimentos vividos e os significados que lhes são atribuídos, construindo uma narrativa que confere unidade à própria trajetória. Quando essa continuidade é interrompida por eventos traumáticos, como os desastres, essa narrativa tende a se fragmentar, dificultando a integração das experiências e a manutenção de um sentido de si mais estável. Assim, a reconstrução da identidade passa a exigir um processo de reorganização simbólica, no qual o sujeito busca ressignificar suas vivências e reestabelecer uma nova continuidade para sua história.

A perda simbólica de segurança também se destaca como um impacto profundo. O lar, antes associado à proteção e estabilidade, deixa de ser percebido como um espaço seguro. Essa ruptura afeta diretamente a forma como o sujeito se relaciona com o mundo, gerando sentimentos de medo, insegurança e vulnerabilidade constante, especialmente diante da possibilidade de novas inundações. Nesse sentido, Mattedi (2008) aponta que, em contextos de desastre, a sensação de segurança é profundamente abalada, uma vez que os referenciais que sustentavam a proteção do sujeito são rompidos, produzindo uma experiência contínua de vulnerabilidade. Assim, o ambiente deixa de ser percebido como um espaço de abrigo e passa a ser associado ao risco, a perda

da segurança revela uma ruptura na confiança básica do sujeito em relação ao mundo, intensificando a sensação de instabilidade e desamparo.

A perda de entes queridos constitui uma das formas mais intensas de ruptura identitária. A morte de familiares, amigos ou pessoas próximas em decorrência das inundações não representa apenas a ausência física, mas implica uma desorganização emocional e simbólica significativa. Os vínculos afetivos fazem parte da construção da identidade, de modo que sua perda pode gerar sentimentos profundos de vazio, desorientação e sofrimento. Em contextos de desastre, o luto tende a ser atravessado por múltiplas perdas simultâneas, o que dificulta sua elaboração. Como apontam Gomes e Cavalcante (2012), o luto em situações de inundação envolve não apenas a perda de pessoas, mas também de referências, espaços e modos de vida, ampliando o impacto psicológico sobre os sujeitos.

Nesse sentido, Franco (2015) destaca que, em situações de desastre, o luto assume um caráter complexo, pois ocorre em meio à sobreposição de perdas materiais, simbólicas e relacionais, dificultando os processos de elaboração e adaptação. A simultaneidade dessas perdas compromete a possibilidade de vivenciar o luto de forma gradual, uma vez que o sujeito precisa lidar, ao mesmo tempo, com a ausência do outro e com a desestruturação do seu cotidiano e de seu lugar no mundo. Assim, o luto deixa de ser uma experiência exclusivamente individual e passa a se configurar também como um fenômeno coletivo, atravessado pela desorganização social e pela fragilização dos vínculos comunitários, intensificando a sensação de ruptura identitária.

Além dessas dimensões, pode-se acrescentar ainda a perda da identidade civil e documental, frequentemente invisibilizada, mas de grande impacto. A destruição de documentos pessoais compromete o reconhecimento social do sujeito, dificultando o acesso a direitos básicos e reforçando a sensação de apagamento existencial. Assim, a ausência de documentos ultrapassa a esfera administrativa, pois compromete a possibilidade de o sujeito ser reconhecido institucionalmente, evidenciando uma forma de exclusão que intensifica a vulnerabilidade já vivenciada no contexto do desastre.

Por fim, destaca-se a solastalgia, conceito que descreve a dor de permanecer em um lugar que já não é mais o mesmo. Mesmo quando não há deslocamento físico, o sujeito experimenta uma sensação de estranhamento diante da

transformação do ambiente. O espaço, antes carregado de significado, torna-se irreconhecível, produzindo um sofrimento silencioso e contínuo.

Essa experiência pode ser aprofundada a partir das reflexões de Gaston Bachelard em *A Poética do Espaço* (1993), ao compreender o espaço habitado como um território de intimidade, memória e imaginação, no qual se estruturam as experiências fundamentais do sujeito. Para o autor, a casa não apenas abriga o corpo, mas organiza a vida psíquica, funcionando como um espaço de enraizamento onde se depositam lembranças, afetos e formas de habitar o mundo. Nesse sentido, o espaço vivido constitui uma continuidade entre passado e presente, permitindo ao sujeito reconhecer-se em sua própria história.

Sendo assim, quando o ambiente é profundamente transformado, como ocorre em contextos de desastre, rompe-se essa continuidade simbólica. A so-lastalgia pode então ser compreendida como a experiência de um sujeito que permanece fisicamente no mesmo lugar, mas que já não consegue habitá-lo simbolicamente, uma vez que os referenciais afetivos e imaginários que sustentavam sua relação com o espaço foram desestabilizados. Assim, o sofrimento não decorre apenas da mudança material do ambiente, mas da perda do espaço enquanto suporte da memória, da identidade e da própria experiência de pertencimento, revelando uma ruptura entre o sujeito e aquilo que, antes, lhe permitia sentir-se “em casa” no mundo.

Dessa forma, as diferentes formas de perda identitária demonstram que as inundações produzem efeitos complexos, que atravessam o material, o simbólico e o subjetivo. Compreender essas múltiplas dimensões torna-se fundamental para o desenvolvimento de estratégias de cuidado que não se limitem à reconstrução física dos espaços, mas que também considerem a reconstrução das identidades, dos vínculos e dos sentidos de existência.

2.3 Impactos psicológicos da perda nas inundações

Embora a presente análise esteja circunscrita ao município de Santa Cruz do Sul, delimitação necessária para preservar a coerência e a viabilidade do projeto, compreender os impactos psicológicos das inundações exige o recurso à literatura científica produzida a partir de outros contextos de desastre. Tal escolha

metodológica se justifica pelo fato de que os fenômenos psicológicos desencadeados por inundações apresentam padrões recorrentes, documentados em diferentes regiões e culturas. Dessa forma, as evidências reunidas sobre vítimas de inundações em outras localidades do Brasil e do mundo permitem iluminar, com rigor acadêmico, o que os moradores de Santa Cruz do Sul, especialmente os 11.584 desalojados e desabrigados registrados em 2024, também vivenciaram e seguem vivenciando.

As perdas e suas dimensões psicológicas

A experiência da perda constitui o ponto de partida para a compreensão dos impactos subjetivos das inundações. Tais perdas não se restringem ao patrimônio material: atingem memórias, vínculos, identidade e senso de pertencimento. Segundo o documento *Impactos para a saúde mental e atenção psicossocial das inundações*, produzido pelo Centro de Referência em Saúde Psicossocial da Federação Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho (IFRC, 2024), as inundações encharcam residências e tudo que está dentro delas, varrendo propriedades, infraestruturas e, por vezes, também pessoas, deixando para trás lodo, lama e água fétida que pode estar misturada com esgoto. Essa destruição abrangente é vivida não apenas como dano material, mas como uma ruptura profunda no eixo simbólico da vida cotidiana.

Em Santa Cruz do Sul, onde 322 residências foram completamente destruídas e outras 3.600 sofreram algum tipo de dano (Gazeta do Sul, 2024), tal dimensão torna-se concreta. Cada casa perdida representa, para além de um imóvel, o espaço onde histórias foram construídas, onde objetos acumulavam afeto e sentido, onde a identidade encontrava seu lugar no mundo.

Nesse sentido, Gomes e Cavalcante (2012, p. 726), em pesquisa realizada com vítimas de inundação em Teresina-PI, constataram que “além de bens materiais, [as vítimas] perderam a identidade do eu quando as águas carregaram as suas casas, a intimidade do lar, a paz e a segurança”. Embora esse estudo tenha sido desenvolvido em outro município brasileiro, suas conclusões são pertinentes ao contexto santacruzense, uma vez que os mecanismos psicológicos do luto e da perda identitária transcendem fronteiras geográficas. Reforça essa perspectiva

o fato de que, conforme apontado pelas mesmas autoras, “o conceito de perda também significa partes da identidade e da maneira de ser-no-mundo” (Gomes; Cavalcante, 2012, p. 722), o que evidencia o quanto a destruição do lar implica uma desestruturação do próprio sujeito.

O luto pelo lugar e a desorientação subjetiva

Um dos impactos mais significativos e, ao mesmo tempo, menos visíveis das inundações é a perda do *senso de lugar*, a experiência subjetiva de pertencimento ao território habitado. O documento da IFRC (2024, p. 3) define tal fenômeno com precisão:

Senso de lugar é a experiência subjetiva que indivíduos, famílias, redes sociais e comunidades têm em relação ao local que habitam, incluindo sentido, crenças, símbolos, memórias, valores e sentimentos. A perda de lugar implica uma perda de confiança nas normas, redes e confiança mútua na sociedade civil, que deveria proteger e facilitar ações colaborativas entre os cidadãos e instituições. (Federação Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, 2024, p. 3).

Esse luto pelo lugar, segundo o mesmo documento, é “similar ao luto por uma morte; é uma perda profunda” (IFRC, 2024, p. 3). Para os moradores dos bairros Margarida, Belvedere, Monte Verde, Pedreira e Várzea, áreas mais afetadas em Santa Cruz do Sul, sendo a comunidade Navegantes completamente arrasada pelas águas, essa dimensão do sofrimento é particularmente intensa. A destruição dos espaços comuns, como locais de culto, centros comunitários e o comércio do bairro, desfaz as redes socioafetivas que sustentam o cotidiano e a identidade coletiva.

Na fase inicial pós-desastre, os sobreviventes vivenciam, conforme a IFRC (2024, p. 1), “deslocamento forçado [...], desorientação [...], alienação do ambiente familiar, de outras pessoas que foram obrigadas a se deslocar e dos serviços que atuam na resposta” e “múltiplas perdas: por exemplo, casa, memórias, fotografias, senso de lugar, entes queridos, meios de subsistência”. Esses estados afetivos, ao se prolongarem, podem transformar-se em quadros clínicos estruturados, especialmente quando não encontram suporte adequado.

Reações psicológicas esperadas e o risco do Transtorno de Estresse Pós-Traumático

A vivência de um desastre como o que atingiu Santa Cruz do Sul em 2024 produz reações psicológicas que se organizam em fases distintas. Conforme orientações do *National Center for Post-Traumatic Stress Disorder*, citadas no material publicado pelo HU Brasil (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, 2024), o processo se divide em três momentos: a *fase do impacto*, marcada por respostas imediatas que podem incluir distorções cognitivas e dissociação; a *fase imediata do pós-desastre*, caracterizada por negação, apatia, ansiedade e medo; e a *fase de recuperação*, mais prolongada, em que emergem sentimentos de raiva, solidão e frustração, muitas vezes de forma inesperada.

Segundo a reportagem da CNN Brasil (2024), Miriam Alves, presidente do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul (CRPRS), sublinha que as perdas decorrentes das inundações “podem impactar a curto, médio e longo prazo o bem-estar mental”, e que “dentre as reações emocionais e comportamentais esperadas dessas vítimas, temos a própria tristeza, a angústia, a raiva, o choro, a preocupação com o futuro, a falta de apetite ou o excesso dele, e a insônia” (CNN Brasil, 2024). Além disso, a especialista alerta para:

A possibilidade de ampliação de sintomas psicológicos de pessoas que já necessitavam de um cuidado de saúde mental prévio, assim como o aumento do uso de substâncias e as ocorrências de diferentes fatores de violência. (CNN Brasil, 2024).

Embora tais dados não tenham sido coletados diretamente em Santa Cruz do Sul, é razoável inferir que a população local esteve exposta a dinâmicas similares, dado que as características sociodemográficas das áreas atingidas — especialmente a vulnerabilidade econômica dos bairros mais afetados — são comparáveis às descritas nos estudos de referência.

No que diz respeito ao Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT), a psicóloga Elisangela Edicarla Mendes Barbosa, do Hospital Universitário Dr. Miguel Riet Corrêa Jr. (HU-Furg), esclarece que a maioria das pessoas que vivenciam eventos traumáticos não irá desenvolver o transtorno, e que as reações, ao longo do tempo, tendem a se apresentar com menor frequência e intensidade

(Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, 2024). Contudo, estima-se que cerca de 30% das pessoas expostas ao evento traumático venham a desenvolvê-lo, percentual que inclui também profissionais que atuaram na linha de frente.

Os estressores secundários e a cronificação do sofrimento

Um aspecto frequentemente negligenciado no debate sobre saúde mental pós-inundação é a persistência dos chamados *estressores secundários*. Diferentemente do impacto imediato do desastre, esses fatores atuam de forma prolongada e insidiosa sobre o bem-estar psicológico das vítimas. Conforme o documento da IFRC (2024, p. 2):

Inundações são um grave fator de estresse, mas muitas vezes os estressores secundários são ainda mais difíceis de lidar. Estressores secundários incluem o fardo financeiro da reconstrução das moradias, realocação, sentimento de insegurança em relação ao futuro, temor de novas inundações, lidar com equipes de construção, companhias de seguro e autoridades, não receber o suporte prometido ou necessário e o impacto negativo do evento em casamentos, relacionamentos familiares e de amizade e a habilidade de se manter produtivo no trabalho ou escola. (Federação Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, 2024, p. 2).

Esse quadro é especialmente relevante para Santa Cruz do Sul, cuja reconstrução pós-inundação envolveu prejuízos estimados em R\$306 milhões (Gazeta do Sul, 2024). Para as famílias com menor capacidade econômica, o processo de reconstrução do lar torna-se um fardo prolongado que alimenta a angústia e a sensação de desproteção. Gomes e Cavalcante (2012, p. 726), ao analisarem vítimas em contexto similar de vulnerabilidade socioeconômica, observaram que:

Por ser uma experiência repetida, as vítimas de enchente tendem a embotar suas emoções, criando mecanismos de defesa que as distanciam do sofrimento inevitável diante das perdas. (Gomes; Cavalcante, 2012, p. 726).

Tal embotamento emocional, longe de indicar resiliência, pode sinalizar um processo de negação que dificulta a elaboração do luto e a retomada da vida. Ainda sobre a temporalidade do sofrimento, a IFRC (2024, p. 2) é enfática ao afirmar que “o maior impacto emocional nos indivíduos, famílias, redes sociais e comunidades é sentido após as águas baixarem e com frequência contínua por

meses e anos. As pessoas frequentemente experienciam maior sofrimento e problemas de saúde justamente quando parecem ter se adaptado”. Essa constatação aponta para a necessidade de ações continuadas de suporte psicossocial em Santa Cruz do Sul, que não se limitem à resposta emergencial imediata.

A escuta como condição de elaboração e recuperação psicossocial

Diante do exposto, torna-se evidente que o registro de narrativas e a criação de espaços de escuta sensível constituem, ao mesmo tempo, instrumentos de preservação da memória coletiva e ferramentas de saúde mental. O silêncio frequentemente adotado pelas vítimas como mecanismo de proteção pode paradoxalmente aprofundar o sofrimento. Gomes e Cavalcante (2012, p. 725) observam que “o não falar ou falar pouco do que foi vivenciado também é um dado a ser observado, considerando que a fala nos remete ao momento do fato, que causa uma angústia que essas pessoas não querem sentir ou demonstrar”.

Para as autoras, deve-se:

Permitir a expressão dos sentimentos vivenciados pela pessoa enlutada, pois ver a perda como uma fatalidade, ocultar sentimentos ou eliminar a dor podem ser formas de negar os sentimentos para evitar o sofrimento. (Gomes; Cavalcante, 2012, p. 725).

A recuperação psicossocial, por sua vez, está diretamente vinculada à qualidade das redes de apoio disponíveis. Segundo a IFRC (2024, p. 3), “o preditor mais importante para saber se uma pessoa irá se recuperar de uma crise é ter uma rede familiar, de amigos e comunitária próxima e estável”. Nesse sentido, iniciativas que promovam o registro coletivo de experiências, como o incentivo ao uso de plataformas de história oral, não são apenas ações culturais ou documentais: são intervenções psicossociais com potencial terapêutico, especialmente quando articuladas à realidade dos moradores de Santa Cruz do Sul que, em meio às perdas, buscam reconstituir o fio condutor de suas histórias de vida.

Conforme ressaltam especialistas da Ebserh (Empresa Brasileira de Serviços Hospital, 2024), é fundamental “colocar esses sentimentos em palavras

[...] para que seja possível, inclusive, construir estratégias para minimizar esses impactos futuramente”. Essa perspectiva dialoga diretamente com a proposta deste projeto: ao incentivar a narrativa das experiências vividas pelas pessoas atingidas pelas inundações em Santa Cruz do Sul, contribui-se tanto para a preservação da memória coletiva quanto para a elaboração psicológica do trauma, reconhecendo que a voz dos sujeitos é, em si mesma, um ato de reconstrução identitária.

2.4 A importância da preservação da memória e impactos na subjetividade humana diante de desastres

A reconstrução da subjetividade humana diante de perdas significativas, decorrentes das inundações que assolaram o Vale do Rio Pardo, constitui um aspecto de grande relevância e se articula diretamente com o campo da memória. Nesse contexto, a memória não se reduz a um simples exercício de lembrança, mas configura-se como um elemento fundamental para a preservação da dignidade e para o desenvolvimento humano, tanto no plano subjetivo quanto no social, envolvendo toda a comunidade atingida.

Embora este trabalho tenha como foco o município de Santa Cruz do Sul, considera-se relevante trazer como referência uma experiência ocorrida em outra região do estado, por sua potência exemplar no que diz respeito à preservação da memória. Tal escolha justifica-se pelo fato de que iniciativas desenvolvidas em contextos distintos, mas atravessados por situações semelhantes de perda e ruptura, oferecem subsídios importantes para a compreensão dos processos de reconstrução subjetiva e coletiva.

Nesse sentido, experiências realizadas em territórios igualmente impactados por eventos extremos, como inundações que resultaram na perda de bens materiais, espaços de convivência e marcos simbólicos, evidenciam a importância de práticas voltadas à preservação e ressignificação da memória. Essas ações, frequentemente mediadas por escutas sensíveis, registros narrativos e reconstruções coletivas, possibilitam não apenas a elaboração do trauma, mas também o fortalecimento dos vínculos comunitários e da identidade local. Ao trazer essa experiência como referência, busca-se ampliar o campo de análise, reconhecendo que

o resgate da memória não se limita a um território específico, mas constitui um movimento transversal, que articula história, afetividade e pertencimento. Dessa forma, a interlocução entre diferentes contextos contribui para enriquecer a reflexão teórica e prática acerca das estratégias de enfrentamento e reconstrução em cenários pós-desastre. A experiência refere-se a um projeto construído por uma professora e sete estudantes que perderam sua escola, numa cidade do interior do Rio Grande do Sul, Mariante, que é distrito de Venâncio Aires.

Diante disso, o projeto “*A vida da escola são os alunos: histórias e memórias da Escola Estadual Mariante – RS*”¹, idealizado pela historiadora Rafaela Limberger e desenvolvido em conjunto com seus(suas) colaboradores(as) e estudantes, desempenha um papel essencial no resgate das vivências subjetivas do espaço escolar destruído pelo desastre. Por meio de relatos de alunos(as), funcionários(as) e professores(as), o projeto possibilita a reconstrução de narrativas atravessadas pela experiência do desastre, promovendo espaços de escuta, reconhecimento e elaboração das perdas vividas.

Assim, ao valorizar as memórias individuais e coletivas, a iniciativa contribui não apenas para a preservação da história da escola, mas também para a reconstrução simbólica dos sujeitos envolvidos, fortalecendo vínculos comunitários e reafirmando identidades que foram, em alguma medida, fragilizadas pela experiência das inundações.

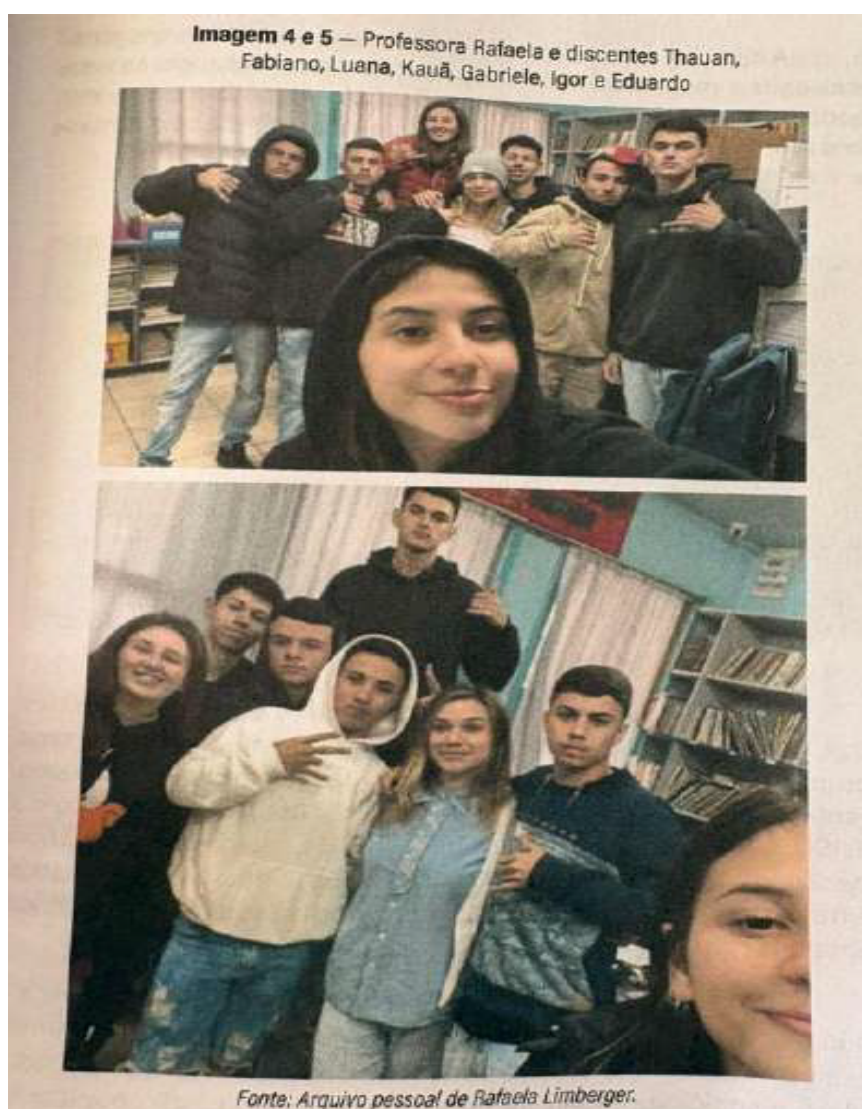
Para este estudo, apresentam-se alguns relatos de estudantes afetados pela inundação na localidade de Mariante, os(as) alunos(as) Eduardo Brandão da Rosa, Fabiano Júnior da Conceição, Gabriela Milena Junges, Igor Ivan Pacheco de Araújo, Kauã Lucas Drunn, Luana Eduarda Schmitt da Silva e Thauan de Paula Fonseca, compartilham com a professora, entrevistadora, experiências singulares atravessadas pela vivência da inundação, evidenciando não apenas as perdas materiais, mas também os impactos emocionais, sociais e subjetivos enfrentados pelos(as) estudantes.

Ao serem registrados e compartilhados, esses testemunhos assumem um papel fundamental na preservação da memória coletiva da comunidade escolar, contribuindo para a elaboração das experiências traumáticas e para a reconstrução de sentidos diante do vivido. A seguir, o registro fotográfico, da professora com os alunos entrevistados, e a apresentação do capítulo com alguns trechos da experiência vivida.

No presente capítulo, *O que as águas não levaram: Memórias escolares entre o luto, a travessia e a reinvenção do cotidiano*, a autora e psicóloga Maria Luiza Adoryan escreve a partir da entrevista da historiadora Rafaela com seus sete estudantes, que trabalharam nas demais entrevistas da obra, mas que também foram entrevistados. Os relatos a seguir evidenciam o protagonismo dos(as) estudantes, que se responsabilizaram por tecer as entrevistas com coragem e generosidade, abordando os impactos da perda de sua escola.

Suas falas não se restringem às experiências individuais: nelas ecoam as vozes de todos aqueles que cuidaram, ensinaram, acolheram e caminharam ao seu lado, revelando a dimensão coletiva da memória e do vínculo construído no espaço escolar.

Figura 13 - Rafaela Limberger e seus estudantes



Fonte: Machado (2025).

A seguir, os alunos Fabiano e Thauan retratam suas experiências diante da perda não apenas do espaço físico, como a escola, mas também de aspectos fundamentais de sua subjetividade. Esse espaço, que constituía o núcleo da comunidade, representava muito mais do que um ambiente de ensino: era um lugar de pertencimento, convivência, afeto e construção de vínculos. Sua ausência, portanto, reverbera para além da dimensão material, impactando diretamente as formas de ser, sentir e se relacionar dos sujeitos envolvidos.

Nesse contexto, emergem falas que expressam, de maneira sensível e direta, os efeitos subjetivos da perda. Como relatam os alunos, há um sofrimento imediato e intenso, “da vontade de chorar, tamo quase chorando aqui” (Machado, 2025, p. 24), que evidencia o impacto emocional da ruptura com o espaço vivido. A destruição das casas também aparece como um marco dessa experiência: “a minha casa, ela foi, quebrou, não deu pra voltar” (Thauan), indicando não apenas a perda material, mas a impossibilidade de retorno a um lugar que sustentava memórias e identidades.

Além disso, a descontinuidade da vida cotidiana é expressa na fala “tudo mudou [...]. Todo roteiro de vida” (Fabiano), revelando como o desastre reconfigura trajetórias e expectativas. A escola, enquanto símbolo de pertencimento, também é evocada com saudade e desejo de reconstrução: “vontade de ter a escola Mariante de novo” (Thauan), apontando para a importância desse espaço na constituição dos vínculos sociais e afetivos.

Por fim, a transformação subjetiva aparece de forma marcante quando Fabiano afirma: “fiquei mais frio... as pessoas mudaram”. Esse “frio” pode ser compreendido como um mecanismo de proteção psíquica, no qual o corpo e a mente entram em estado de alerta diante da experiência traumática, reorganizando modos de sentir e se relacionar com o mundo. A partir disso, Machado (2025) psicóloga e coautora da obra afirma que:

A Psicologia explica que, após traumas, emoções como tristeza, confusão, insônia e ansiedade são esperadas. E tudo isso é só o corpo buscando sobreviver. Lidar com isso começa pelo reconhecimento: sentir, falar, ser escutado. Nomear a dor é o primeiro passo para curá-la. E curar-se exige companhia. O trauma se espalha por dentro e ao redor — nas relações, nos espaços, na comunidade. Por isso, o cuidado precisa ser compartilhado. Escutar também é reconstruir. (Machado, 2025, p.29).

Essas experiências configuram-se como uma importante fonte de inspiração e referência para a reflexão acerca da realidade de Santa Cruz do Sul, ao evidenciar a relevância de iniciativas que priorizem a escuta sensível e o registro de memórias. Tais práticas mostram-se fundamentais no enfrentamento dos impactos subjetivos decorrentes de desastres, uma vez que possibilitam a elaboração das perdas, a reconstrução de sentidos e o fortalecimento dos vínculos individuais e coletivos.

3. ORIGEM DO PROBLEMA (CAUSAS)

A dificuldade na coleta de dados e narrativas sobre as inundações possui múltiplas origens:

- Impacto psicológico do trauma: O desastre pode gerar bloqueios emocionais, dificultando que os indivíduos organizem e expressem suas experiências. A evitação é uma resposta comum, funcionando como mecanismo de proteção psíquica.
- Perda de referências identitárias: A destruição de objetos e espaços compromete os marcos que sustentam a identidade.
- Falta de confiança e medo de exposição: Muitas pessoas temem que seus relatos sejam utilizados de forma inadequada ou não gerem mudanças concretas, o que reduz o engajamento.
- Limitações de acesso e inclusão: Desigualdades sociais impactam diretamente a participação: acesso limitado à internet, baixa escolaridade e dificuldade de uso de plataformas digitais dificultam o registro de relatos.
- Falta de metodologias adequadas: Muitos projetos não consideram o tempo emocional das pessoas, nem oferecem espaços acolhedores de escuta, o que dificulta a participação.

4. OBJETIVOS

4.1 Objetivo geral

Superar os desafios na coleta de dados e relatos sobre perda de identidade nas inundações do RS, destacando a importância da escuta das experiências subjetivas.

4.1.1 Objetivos específicos

- Identificar fatores que dificultam o compartilhamento de histórias pelas pessoas afetadas nas inundações;
- Refletir sobre estratégias que incentivem a participação e o registro de narrativas;
- Valorizar a importância do relato como forma de elaboração psicológica e construção de memória coletiva.

5. REGISTRO DE IDEIAS

Ao longo do desenvolvimento do projeto, o grupo percorreu um processo de ideação marcado por diferentes propostas antes de chegar à solução final. As ideias surgiram a partir das discussões em aula, das reuniões com as interlocutoras e da reflexão coletiva sobre as necessidades identificadas no levantamento e análise de informações.

A primeira ideia considerada foi a realização de rodas de conversa em instituições, com o objetivo de divulgar o projeto MIVA e sensibilizar a população sobre os impactos psicológicos e identitários das inundações. Embora promissora em termos de alcance comunitário, essa proposta apresentava limitações quanto à escala e à continuidade das ações. Nesse sentido, experiências como a do City Living Lab da Universidade de Caxias do Sul (UCS, 2024) demonstram que iniciativas voltadas à resiliência comunitária precisam ir além da sensibilização pontual, estruturando-se em ações continuadas e com metodologias adequadas ao contexto local.

O grupo também cogitou a criação de um memorial próprio, independente de iniciativas já existentes, dedicado ao registro das memórias das inundações de 2024 no Rio Grande do Sul. No entanto, reconheceu-se que tal iniciativa demandaria recursos e tempo além do disponível, além de haver sobreposição com o trabalho já desenvolvido pelo MIVA — Memorial das Inundações nos

Vales, plataforma que já cumpre esse papel de forma consolidada (MIVA, 2025).

Outra ideia debatida foi a criação de um blog, no qual pessoas afetadas pelas inundações pudessem registrar livremente suas vivências e experiências.

Essa proposta valorizava a narrativa pessoal como forma de elaboração do trauma, mas apresentava desafios éticos relacionados à moderação do conteúdo e ao suporte emocional necessário para quem compartilhasse relatos dolorosos, conforme já discutido na seção 6.4 deste trabalho (Gomes; Cavalcante, 2012).

Por fim, o grupo considerou a elaboração de painéis expositivos para serem instalados em espaços públicos, apresentando a história das inundações de 2024 em formato de linha do tempo. Essa ideia tinha potencial educativo e de conscientização, porém seu alcance seria restrito ao espaço físico de instalação e não contemplaria diretamente o suporte às pessoas ainda em sofrimento.

A partir da avaliação coletiva dessas propostas, o grupo identificou que nenhuma delas respondia de forma suficiente à necessidade mais urgente identificada ao longo da pesquisa: a ausência de um espaço acessível de apoio psicológico para pessoas afetadas pelas inundações que se disponham a buscar ajuda. Essa reflexão conduziu o grupo à proposta final, apresentada na seção seguinte.

6. DEFINIÇÃO DA IDEIA E DESENVOLVIMENTO DA PROPOSTA

A partir das observações realizadas, dos diálogos estabelecidos com os serviços e da análise da realidade identificada no território, buscou-se construir uma proposta de intervenção coerente com as necessidades observadas e viável dentro das possibilidades institucionais existentes. Considerando os impactos emocionais e psicossociais decorrentes das inundações, bem como as dificuldades enfrentadas pela população no acesso a suporte psicológico após situações de desastre, refletiu-se sobre estratégias capazes de ampliar o acolhimento em saúde mental às pessoas atingidas.

Nesse processo, compreendeu-se que uma atuação articulada com instituições e serviços já existentes seria mais efetiva do que a criação de um serviço independente, uma vez que possibilitaria maior alcance, continuidade dos atendimentos e aproveitamento das estruturas já disponíveis na comunidade. Assim, após contatos, verificações e levantamento das demandas identificadas, definiu-se a construção da proposta denominada SOS Escuta, vinculada ao MIVA, com o objetivo de funcionar como um canal facilitador de acolhimento, escuta inicial e encaminhamento para atendimento psicológico de pessoas impactadas pelas inundações.

A escolha pela vinculação ao MIVA ocorreu em razão de sua inserção junto à população atingida e de seu potencial enquanto espaço de aproximação com a comunidade, favorecendo a divulgação da iniciativa e o acesso dos usuários ao serviço. A ideia central da proposta surgiu da necessidade de criar uma estratégia acessível que permitisse aos indivíduos manifestarem suas demandas emocionais de forma simples, segura e organizada, minimizando barreiras frequentemente encontradas no acesso ao cuidado em saúde mental.

Considerando a parceria estabelecida com a Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), refletiu-se sobre a possibilidade de articulação com o SIS — Serviço Integrado de Saúde da universidade, reconhecido como espaço de referência para estágios do curso de Psicologia e atendimento à comunidade (UNISC, 2026). A partir disso, delineou-se a possibilidade de uma parceria institucional na qual o SIS atuaria como serviço de referência para o encaminhamento dos usuários interessados em acompanhamento psicológico.

Essa articulação fundamenta-se na compreensão de que processos de recuperação após situações de desastre exigem o fortalecimento das redes de apoio e cuidado disponíveis à população, especialmente no âmbito da saúde mental (IFRC, 2024). Estudos e iniciativas desenvolvidas por universidades e centros especializados em gestão de riscos e desastres também ressaltam a importância de estratégias interinstitucionais e comunitárias voltadas ao fortalecimento da resiliência, reconstrução dos vínculos sociais e ampliação do suporte às populações atingidas por eventos extremos (Universidade de Caxias do Sul, 2024; CENACID, 2020; Universidade do Estado de Santa Catarina, [s.d.]).

Nesse sentido, pensou-se em um fluxo de funcionamento capaz de organizar o acesso ao atendimento psicológico. Inicialmente, considerou-se a criação de um sistema de cadastro e acolhimento, no qual o interessado poderia preencher um formulário eletrônico contendo informações básicas e uma breve descrição de sua demanda. Após o preenchimento do formulário e a leitura das informações, uma pessoa da comissão entrará em contato com o interessado para a realização da triagem e os devidos encaminhamentos.

A partir dessa triagem, seriam elaboradas fichas contendo informações essenciais para a continuidade do processo, as quais poderiam ser encaminha-

das ao SIS para avaliação dos casos pelos estagiários e profissionais vinculados ao serviço, de acordo com critérios técnicos e disponibilidade institucional. Ressalta-se que não se prevê integração técnica entre a plataforma e o SIS, uma vez que a participação do serviço ocorreria por meio de parceria institucional, cabendo ao projeto o acolhimento inicial, organização das demandas e encaminhamento dos usuários.

Além da possibilidade de ampliar o acesso da população atingida às redes de cuidado em saúde mental, compreende-se que a articulação com o SIS também poderá contribuir para a formação prática dos acadêmicos do curso de Psicologia, fortalecendo a integração entre universidade e comunidade, bem como a articulação entre ensino, extensão e responsabilidade social.

Dessa forma, o desenvolvimento da proposta buscou considerar tanto as necessidades da população atingida pelas enchentes quanto os recursos institucionais disponíveis, priorizando uma intervenção viável, acessível e potencialmente capaz de fortalecer os processos de acolhimento, reconstrução e suporte psicossocial após situações de desastre (Gomes; Cavalcante, 2012; IFRC, 2024).

7. PROPOSTA FINAL

A proposta final consiste na criação de uma página integrada ao Memorial das Inundações nos Vales (MIVA), destinado ao acolhimento e encaminhamento de pessoas afetadas pelas inundações que desejem receber apoio psicológico.

A iniciativa busca fortalecer as redes de apoio existentes, ampliar o acesso à saúde mental e contribuir para os processos de recuperação individual e coletiva das comunidades atingidas pelas inundações. Com base nisso, ocorrerá a integração com o Serviço Integrado de Saúde (SIS) da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), sistema que abrange outras áreas da saúde além da Psicologia, sem custo financeiro para sua implementação. Para a efetivação junto ao serviço, o projeto deverá ser submetido aos coordenadores do SIS para aprovação.

O MIVA atuará como portal de acesso ao serviço. Por meio dela, os interessados poderão acessar a plataforma e preencher um formulário eletrônico contendo informações básicas e uma breve descrição de sua demanda. Após o preenchimento do formulário e a leitura das informações, uma pessoa da comissão entrará em contato com o interessado para a realização da triagem e os devidos encami-

nhamentos. A página também disponibilizará informações sobre as modalidades de atendimento oferecidas, permitindo que o interessado indique sua preferência por acolhimento psicológico individual ou por participação em grupos terapêuticos. A possibilidade de inserção na modalidade escolhida será avaliada de acordo com a disponibilidade e a adequação da demanda apresentada.

Após a aprovação, uma das estratégias para a integração ao serviço seria a constituição de uma comissão responsável pela coordenação e execução das atividades. Essa comissão poderia ser composta por estagiários do SIS, professores que atuam como supervisores de estágio e pela coordenadora do serviço.

Caberá a essa comissão o acolhimento inicial aos interessados, a organização das informações coletadas pelo formulário e a realização da triagem dos casos. Com base nessa avaliação, os interessados serão encaminhados para atendimentos psicológicos individuais ou para grupos terapêuticos, de acordo com suas necessidades e características específicas.

Em um primeiro momento, o interessado será acolhido por um dos membros da comissão, com o objetivo de possibilitar uma compreensão mais aprofundada de sua demanda. Após essa etapa, o caso será encaminhado para acompanhamento psicológico, que poderá ser realizado por um estagiário do curso de Psicologia vinculado ao SIS, sob a supervisão de um professor responsável. Dessa forma, busca-se assegurar um atendimento qualificado, ético e alinhado às necessidades específicas das pessoas afetadas pelas inundações.

7.1 Por que atuar junto ao MIVA?

- O MIVA já tem a mesma missão de documentar memórias das inundações, o que alinha perfeitamente com nosso objetivo de acolher relatos.
- Atuar junto ao MIVA evita duplicar esforços, somando forças a uma iniciativa já existente, reconhecida e estruturada na região.
- O MIVA já está inserido na comunidade afetada, com acesso direto às pessoas que viveram as inundações.
- A parceria permite que o SOS Escuta foque no acolhimento psicológico, enquanto o MIVA já cuida da plataforma e da memória coletiva.
- O MIVA conta com o apoio do INOVA RS e da FAPERGS, o que garante credibilidade e alcance à nossa proposta.

7.1.1 página integrada ao Memorial das Inundações nos Vales (MIVA)

Figura 14 – proposta de página no MIVA



7.1.2 SOS Escuta

Figura 15 – proposta de logomarca do aplicativo



Fonte: Klein (2026b)

7.1.3 Orçamento

Os valores referentes às ações de divulgação e marketing foram fornecidos por Mireila Behling, Gestora de Inovação e Tecnologia do INOVA RS Região dos Vales e integrante do MIVA, por meio de contato via WhatsApp (Behling, 2026b). Os custos de desenvolvimento da plataforma foram baseados na proposta comercial e escopo do projeto elaborados pelo desenvolvedor responsável, contemplando quatro fases de entrega com prazo estimado de 17 a 22 dias úteis (Klein, 2026a).

Etapa do Projeto	Valor (R\$)
Fase 1	R\$ 1.500,00
Fase 2	R\$ 2.000,00
Fase 3 & 4	R\$ 3.500,00
Total do Investimento	R\$ 7.000,00

Fase	O que será desenvolvido	Prazo estimado
1	Planejamento e Banco de dados: criação da estrutura do banco de dados, definição das informações dos pacientes, configuração inicial do sistema e preparação do ambiente de hospedagem.	3 dias
2	Portal Público de Acolhimento: desenvolvimento da página inicial, formulário de pedido de ajuda, validação dos campos, proteção contra spam, mensagens de confirmação e adaptação para celulares e computadores.	5 dias
3	Painel Administrativo da Coordenação: criação do login seguro, visualização dos pedidos recebidos, filtros de busca, organização dos casos, controle de atendimentos realizados e registro das ações da equipe.	4 dias
4	Integrações, Testes e Publicação: botão de contato rápido pelo WhatsApp, testes de segurança	5 dias

	e usabilidade, correção de erros, ajustes finais e publicação da plataforma online.	
--	---	--

Orçamento de Divulgação – SOS Escuta

- Criação de identidade visual para campanha: R\$ 300,00
 - Produção de artes para Instagram e Facebook (10 posts): R\$ 250,00
 - Produção de vídeos curtos para redes sociais (3 vídeos): R\$ 450,00
 - Impulsioneamento em redes sociais (30 dias): R\$ 500,00
 - Divulgação em Google Ads: R\$ 400,00
 - Material gráfico (cartazes e panfletos): R\$ 350,00
 - Distribuição de material em escolas, UBS e parceiros: R\$200,00
 - Assessoria de comunicação e imprensa local: R\$ 300,00
- Total da divulgação e marketing: R\$ 2.750,00
- Desenvolvimento do site: R\$ 7.000,00
 - Psicólogos (Parceria com o SIS/UNISC): R\$ 00,00

TOTAL: R\$ 9.750,00

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As inundações que atingiram o Rio Grande do Sul em 2024 produziram impactos que ultrapassam as perdas materiais, alcançando dimensões subjetivas relacionadas à identidade, à memória e ao sentimento de pertencimento das pessoas afetadas. Ao longo deste trabalho, buscou-se compreender como a perda de objetos, documentos, fotografias e outros registros pessoais pode representar também a perda de referências importantes na construção da história individual e coletiva, evidenciando a necessidade de espaços que favoreçam a escuta, o acolhimento e a preservação dessas narrativas.

O processo de desenvolvimento do projeto permitiu ao grupo aprofundar conhecimentos acerca dos impactos psicossociais dos desastres, bem como refletir sobre os desafios éticos envolvidos na abordagem de populações em situação de vulnerabilidade. As interlocuções realizadas com profissionais e pesquisadoras que atuam na área contribuíram significativamente para a compreensão da

complexidade do tema e para a construção de uma proposta alinhada às necessidades identificadas ao longo da pesquisa.

Nesse contexto, a proposta da página SOS Escuta surgiu como uma alternativa viável para ampliar o acesso ao acolhimento psicológico e fortalecer as redes de apoio já existentes, articulando-se ao Memorial das Inundações nos Vales (MIVA) e à possibilidade de encaminhamento para serviços especializados. Mais do que oferecer um canal de acesso ao cuidado em saúde mental, a proposta busca reconhecer a importância da escuta como instrumento de elaboração das experiências vividas, valorização da memória e reconstrução dos vínculos fragilizados pelas situações de desastre.

Por fim, compreende-se que iniciativas voltadas à reconstrução pós-desastre devem considerar não apenas os aspectos estruturais e econômicos da recuperação, mas também as dimensões emocionais, sociais e identitárias envolvidas nesse processo. Espera-se que este trabalho possa contribuir para o debate sobre a importância do acolhimento psicológico em contextos de calamidade e incentivar o desenvolvimento de estratégias que promovam cuidado, memória e fortalecimento comunitário junto às populações atingidas.

REFERÊNCIAS

AUGÉ, M. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus Editora, 1994.

BACHELARD, G. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BRASIL - AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. **Atlas de risco a inundações do Rio Grande do Sul**. Brasília, DF: ANA, 2025. 46 p. Disponível em: <https://www.gov.br/ana/pt-br/centrais-de-conteudos/publicacoes>. Acesso em: 20 abr. 2026.

BEHLING, M. **Entrevista concedida ao grupo de pesquisa**. Santa Cruz do Sul, 12 maio 2026a. Entrevista realizada via Google Meet. Mireila Behling é Gestora de Inovação e Tecnologia do INOVA RS Região dos Vales e integrante do projeto Memorial das Inundações nos Vales (MIVA).

BEHLING, M. **Valores referentes à divulgação e marketing do SOS Escuta**. Santa Cruz do Sul, 2026b. Informações fornecidas via WhatsApp ao grupo de pesquisa.

CIAMPA, A.C. **Identidade**: a construção do sujeito na sociedade. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CNN BRASIL. Enchentes no RS trazem risco à saúde mental da população; veja como obter ajuda. **CNN Brasil**, 10 maio 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/enchentes-no-rs-trazem-risco-a-saudemental-da-populacao-veja-como-obter-ajuda/>. Acesso em: 20 abr. 2026.

CENACID - CENTRO DE APOIO CIENTÍFICO EM DESASTRES. Centro de Apoio Científico em Desastres da UFPR completa 20 anos; conheça algumas missões. Curitiba: **Universidade Federal do Paraná**, 16 dez. 2020. Disponível em: <https://ufpr.br/centro-de-apoio-cientifico-em-desastres-da-ufpr-completa-20-anos-conheca-algumas-missoes/>. Acesso em: 26 maio 2026.

EBSERH - EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES. Saúde mental: cuidados possíveis em meio às enchentes no Rio Grande do Sul. **HU Brasil**, 20 maio 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/hubrasil/pt-br/comunicacao/noticias/saude-mental-cuidados-possiveis-em-meio-asenchentes-no-rio-grande-do-sul>. Acesso em: 20 abr. 2026.

IFRC - FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA E DO CRESCENTE VERMELHO. Impactos para a saúde mental e atenção psicossocial das inundações. **Centro de Referência em Saúde Psicossocial**, 2024. Disponível em: https://mhpsshub.org/wpcontent/uploads/2024/07/MHPSS-impacts-of-flooding_IFRC-PS-Centre_-PTBR.pdf. Acesso em: 20 abr. 2026.

FRANCO, M. H. P. **Luto em situações de desastre**. Campinas: Livro Pleno, 2015.

GAZETA DO SUL. Prejuízos em Santa Cruz chegam a R\$ 306 milhões. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 23 maio 2024. Disponível em: https://www.gazeta.com.br/uploads/2024/05/GAZETA-23_05.pdf. Acesso em: 20 abr. 2026.

GOMES, E. R. B.; CAVALCANTE, A. C. S. Desastres naturais: perdas e reações psicológicas de vítimas de enchente em Teresina-PI. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, n. 3, p. 720-728, 2012.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. Um ano após enchentes, RS se reergue temendo novos desastres. **IHU On-line**, São Leopoldo, 2 maio 2025. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/sobre-o-ihu/78-noticias/651431-um-ano-aposenchentes-rs-se-reergue-temendo-novos-desastres>. Acesso em: 20 abr. 2026.

KLEIN, V. H. **Proposta comercial e escopo do projeto SOS Escuta**. Santa Cruz do Sul, 10 jun. 2026a. Documento interno. Desenvolvedor de Software responsável pelo desenvolvimento da plataforma SOS Escuta.

KLEIN, V. H. **SOS Escuta**: desenvolvimento do site. Santa Cruz do Sul, 2026b. Disponível em: <https://sos-escuta.vercel.app/>.

LIMBERGER, Rafaela. **Entrevista concedida ao grupo de pesquisa**. Santa Cruz do Sul, 2026. Entrevista realizada via Google Meet com Rafaela Limberger, historiadora, doutoranda e organizadora da obra *A vida da escola são os alunos: histórias e memórias da Escola Estadual Mariante – RS*.

LIMBERGER, Rafaela (org.). **A vida da escola são os alunos**: histórias e memórias da Escola Estadual Mariante – RS. São Paulo: Pimenta Cultural, 2025. DOI: <https://doi.org/10.31560/pimentacultural/978-85-7221-424-7>

MACHADO, M. L. A. O que as águas não levaram: Memórias escolares entre o luto, a travessia e a reinvenção do cotidiano. In: LIMBERGER, Rafaela (org.). **A vida da escola são os alunos**: histórias e memórias da Escola Estadual Mariante – RS. São Paulo: Pimenta Cultural, 2025. DOI: [10.31560/pimentacultural/978-85-7221-424-7](https://doi.org/10.31560/pimentacultural/978-85-7221-424-7).

MATTEDI, M. A. A abordagem psicológica da problemática dos desastres: um desafio cognitivo e profissional para a Psicologia. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 1–8, 2008.

MIVA - MEMORIAL DAS INUNDAÇÕES NOS VALES. **Plataforma de memória das inundações de 2024 no Rio Grande do Sul**. [S.l.]: INOVA RS Região dos Vales; FAPERGS, 2025. Disponível em: início - mivamemorial.com.br <https://share.google/DUHv4ZK3XV80a91gP>.

PEREIRA, V. T. et al. Atuação da psicologia em desastre socioclimático: experiência em abrigo no RS. **Psi UNISC**, Santa Cruz do Sul, v. 7, n. 2, p. 1–12, 2023.

PRESA, I. M.; COMASSETTO, M. E.; CAMPOS, M. R. A.; TEDESCO, R. R.; CAMPOS, C. B. Intervenção psicossocial para a recuperação comunitária: relato de experiência sobre as enchentes de 2023 no Litoral Norte do Rio Grande do Sul. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 36, e240101, 2025. Disponível em: <https://revistas.usp.br/psicousp/article/view/240752>. Acesso em: 23 abr. 2026.

RIO GRANDE DO SUL. Defesa Civil atualiza balanço das enchentes no RS – 24/6. Porto Alegre: **Governo do Estado do Rio Grande do Sul**, 2024a. Disponível em: https://www.defesacivil.rs.gov.br/defesa-civil-atualiza-balanco-das_enchentes-no-rs-10-7-66b67813ba21f-66c4eed627af9-680aa31f76e02. Acesso em: 20 abr. 2026.

RIO GRANDE DO SUL. Página inicial do SOS Enchentes: pico de pessoas desalojadas – 19 de maio de 2024. Porto Alegre: **Governo do Estado do Rio Grande do Sul**, 2024b. Disponível em: <https://sosenchentes.rs.gov.br>. Acesso em: 18 abr. 2026.

RIO GRANDE DO SUL. Instituto-Geral de Perícias do Rio Grande do Sul. Atuação do Instituto-Geral de Perícias foi decisiva durante a enchente histórica de 2024 no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: **IGP-RS**, 30 abr. 2025a. Disponível em: <https://igp.rs.gov.br/atuacao-do-instituto-geral-de-pericias-foi-decisiva-durante-aenchente-historica-de-2024-no-rio-grande-do-sul>. Acesso em: 18 abr. 2026.

RIO GRANDE DO SUL. Defesa Civil atualiza balanço das enchentes no RS –24/4/25. Porto Alegre: **Governo do Estado do Rio Grande do Sul**, 2025b. Disponível em: <https://www.defesacivil.rs.gov.br/defesa-civil-atualiza-balan-codas-enchentes-no-rs-10-7-66b67813ba21f-66c4eed627af9-680aa31f76e02>. Acesso em: 20 abr. 2026.

UCS - UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL. Grupo de pesquisa da UCS elabora plano para fomentar a cultura de resiliência. Caxias do Sul: **Assessoria de Comunicação da UCS**, 23 maio 2024. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/noticias/grupo-de-pesquisa-da-ucs-elabora-plano-quefomenta-cultura-de-prevencao-de-desastres-climaticos/>. Acesso em: 26 maio 2026.

UNISC - UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL. Serviço Integrado de Saúde (SIS). Santa Cruz do Sul: **UNISC**, 2026. Disponível em: <https://share.google/RRd5CQOv749RHScDt>.

UDESC - UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Grupo Coordenado em Gestão de Riscos e Desastres — CEPED. Florianópolis: **UDESC**, [s.d.]. Disponível em: <https://www.udesc.br/ceped>. Acesso em: 26 maio 2026.

VELOSO, T.; MARTINS, C. Tragédia no RS: municípios calculam 100 mil casas destruídas ou danificadas pela chuva. **G1**, Rio de Janeiro, 8 maio 2024.

Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/05/08/tragedia-no-rs-municipios-calculam-100-mil-casasdestruidas-ou-danificadas-pela-chuva.ghtml>. Acesso em: 20 abr. 2026.

VIEIRA, A. G.; HENRIQUES, M. R. A construção narrativa da identidade. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 27, n. 1, p. 163–170, 2014.

3.3 IMPACTOS PSICOLÓGICOS DOS DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS PARA PRODUTORES RURAIS NO VALE DO RIO PARDO

Débora Soares Bohn
João Gabriel Machado Gessinger
Laura Kappel Goetze
Luísa Mocelin Vieira
Sofia Zen Gomes

1. INTRODUÇÃO

As consequências do aquecimento global provocado pelas alterações climáticas estão sendo vivenciadas diariamente pela população mundial, e os desdobramentos são cada vez mais severos (Martins, 2025, p.434). No estado do Rio Grande do Sul (RS), eventos como inundações e períodos de estiagem vêm impactando diretamente o meio rural, afetando não apenas a produção agrícola, mas também as condições de vida dos produtores rurais, pois segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nos mais recentes cinco anos, uma série de problemas climáticos têm afetado a produção agrícola gaúcha, limitando o potencial produtivo das lavouras e, conseqüentemente, acumulando prejuízos para os produtores. Nesse contexto, torna-se fundamental compreender que as consequências desses eventos vão além dos prejuízos materiais, alcançando dimensões sociais, econômicas e, sobretudo, psicológicas (Organização Mundial da Saúde-OMS, 2017, p. 12).

As populações rurais encontram-se entre as mais vulneráveis aos impactos de eventos climáticos extremos, especialmente devido à dependência direta dos recursos naturais para sua subsistência” (Organização pan-americana da saúde-OPAS, 2018, p. 41). No Rio Grande do Sul, os efeitos do desequilíbrio hídrico têm se intensificado. Na última década, o Estado enfrentou sucessivas estiagens que afetaram tanto o abastecimento urbano quanto a produção agrícola (Sousa, 2026). Nesse sentido, podemos considerar que estes tipos de eventos comprometem os serviços de saneamento ambiental, a quantidade e a qualidade da água, o solo e a oferta de alimentos, bem como alterações nos ciclos de vetores, hospedeiros e reservatórios de doenças (Freitas et al, 2014, p. 3647). Além disso, o es-

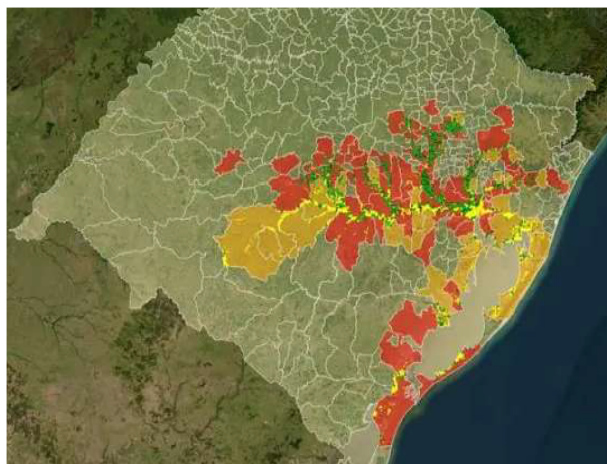
tigma persiste em diferentes culturas e contextos, gera sofrimento e cria barreiras relevantes para o tratamento (Marina, 2023), contribuindo para a invisibilização dessas demandas, dificultando a busca por apoio e tratamento adequado.

Figura 16 – delimitação do desastre de 2024

Agricultores atingidos pela enchente de 2024

Analizando um mapa criado pela EMBRAPA, as enchentes do Rio Grande do Sul afetaram 21,5 mil propriedades das quais 84,5% pertencem a pequenos agricultores.

- propriedades dentro da “mancha de inundação”
- pequenos agricultores mais afetados (cerca de 84,5%)
- regiões isoladas sem acesso a suporte imediato



(Mapa criado pela EMBRAPA utilizando geotecnologia)

Fonte: elaboração própria

Dentre os diversos impactos causados pelos desastres ambientais, destacam-se aqueles relacionados à saúde mental, como ansiedade, depressão, sentimento de impotência e medo do futuro. Estudos como Duarte et al. (2025) apontam que situações de perda, deslocamento e instabilidade podem desencadear intenso sofrimento psicológico, especialmente entre indivíduos que dependem diretamente da terra para sua subsistência. Além disso, vítimas de eventos climáticos extremos apresentam risco quase três vezes maior de adoecer psicologicamente (Almeida, 2025).

O artigo de Boff (2024) aponta que o cenário vivenciado no Rio Grande do Sul representa apenas o início de um processo que, mantido o atual modelo de exploração da natureza, tende a se intensificar. Além disso, pesquisa recente indica que 9 em cada 10 moradores do estado relataram sofrimento psicológico em decorrência das chuvas intensas (Boff, 2024).

Diante desse cenário, o presente projeto tem como objetivo analisar os impactos psicológicos dos desastres ambientais sobre produtores rurais, considerando não apenas os efeitos individuais, mas também os fatores sociais, culturais e econômicos que contribuem para o agravamento desse quadro. Para isso, busca-se compreender como experiências de perda, insegurança e instabilidade influenciam o bem-estar psicológico desses sujeitos, bem como discutir a importância de estratégias de cuidado e apoio voltadas à saúde mental no meio rural.

2. LEVANTAMENTO E ANÁLISE DE INFORMAÇÕES

2.1 Impactos ambientais no meio rural

Os desastres ambientais têm provocado transformações significativas no meio rural, afetando diretamente a produção agrícola, os recursos naturais e as condições de vida dos produtores (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-EMBRAPA, 2020, p. 18). Entre os eventos mais recorrentes estão enchentes, estiagens prolongadas e degradação do solo, fenômenos intensificados pelas mudanças climáticas e pela vulnerabilidade socioambiental. No contexto brasileiro, esses processos têm comprometido não apenas a produtividade, mas a própria permanência de famílias no campo.

Sobre os efeitos desses eventos extremos, a EMBRAPA (2020a) destaca:

As mudanças ambientais e climáticas têm produzido impactos diretos sobre os sistemas produtivos rurais, afetando a disponibilidade hídrica, a fertilidade do solo e a sustentabilidade das atividades agrícolas, especialmente entre pequenos produtores mais vulneráveis.

No Rio Grande do Sul, as enchentes recentes evidenciaram impactos profundos sobre o meio rural, com destruição de lavouras, perda de rebanhos e danos à infraestrutura das propriedades. Conforme Lisboa (2025), agricultores gaúchos têm relatado prejuízos sucessivos e dificuldades de recuperação diante da recorrência dos eventos climáticos extremos.

Além disso, os períodos de estiagem intensificam a vulnerabilidade das comunidades rurais. Segundo Faveiro et al. (2014, p. 8):

A exposição contínua a eventos climáticos extremos compromete estratégias de adaptação dos agricultores e amplia condições de fragilidade econômica, social e ambiental, sobretudo em pequenas propriedades familiares.

Outro impacto relevante refere-se à degradação do solo e à perda da biodiversidade, que comprometem as bases ecológicas que sustentam a atividade agrícola. Nesse sentido, os impactos ambientais não se restringem a perdas pontuais, mas configuram transformações estruturais no território rural (EMBRAPA, 2020b, p. 22).

2.2 Consequências econômicas para agricultores

Os desastres ambientais têm se intensificado nas últimas décadas, configurando-se como um dos principais fatores de risco para a sustentabilidade da produção agrícola. No contexto brasileiro, caracterizado por forte dependência do setor agropecuário, esses eventos impactam diretamente a economia rural, comprometendo a produção, a renda e a permanência dos produtores no campo. As consequências econômicas associadas aos desastres ambientais não são pontuais, mas estruturais, afetando tanto o curto quanto o longo prazo e ampliando desigualdades já existentes no meio rural (Marengo et al., 2020, p. 15-18; EMBRAPA, 2018, p. 22).

A perda de safra representa o impacto mais imediato dos desastres ambientais. Eventos como secas severas, enchentes, geadas e incêndios florestais interferem no desenvolvimento das culturas agrícolas, prejudicando desde o plantio até a colheita. Em muitos casos, a produção é totalmente inviabilizada, resultando em perdas financeiras significativas para os produtores (EMBRAPA, 2018, p. 35; CONAB, 2021, p. 12).

Entretanto, os impactos não se limitam à perda imediata. A recorrência de eventos extremos compromete a qualidade do solo, provocando erosão, compactação e perda de nutrientes, o que reduz a capacidade produtiva ao longo do tempo. Além disso, alterações no regime hídrico afetam a disponibilidade de água para irrigação, intensificando os efeitos negativos sobre a produção (EMBRAPA, 2018, p. 40-42; Ana, 2019, p. 27).

Segundo estudos da EMBRAPA (2018, p. 50), as mudanças climáticas tendem a alterar as zonas de cultivo, exigindo adaptações técnicas que nem sempre estão ao alcance de todos os produtores. Dessa forma, a perda de safra deve ser compreendida não apenas como um evento isolado, mas como parte de um processo contínuo de deterioração das condições produtivas (Marengo et al., 2020, p. 30).

A redução ou perda da produção impacta diretamente a capacidade de geração de renda, dificultando o cumprimento de obrigações financeiras. Muitos produtores rurais dependem de crédito para custear a produção, incluindo aquisição de insumos, maquinário e pagamento de mão de obra. Quando ocorre uma quebra de safra, esses compromissos permanecem, mesmo na ausência de receita (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, 2021, p. 18; CONAB, 2021, p. 20).

Esse cenário leva ao aumento do endividamento, criando um ciclo de vulnerabilidade econômica. O produtor, ao não conseguir quitar suas dívidas, precisa recorrer a novos financiamentos para reiniciar a produção, acumulando encargos financeiros. Além disso, o risco associado à atividade agrícola em contextos de instabilidade climática pode resultar em restrições de crédito ou aumento das taxas de juros (MAPA, 2021, p. 22; Banco Central, 2020, p. 45).

De acordo com dados do MAPA, a inadimplência no setor rural tende a aumentar em períodos de eventos climáticos extremos. Pequenos produtores são os mais afetados, pois possuem menor acesso a mecanismos de proteção, como seguros agrícolas e programas de renegociação de dívidas (MAPA, 2021, p. 25; IBGE, 2017, p. 60).

A intensificação dos desastres ambientais transforma a agricultura em uma atividade marcada pela incerteza. A variabilidade climática dificulta a previsão de safras, tornando o planejamento produtivo e financeiro mais complexo. Decisões relacionadas ao calendário agrícola, escolha de culturas e investimentos passam a ser tomadas em um cenário de alto risco (Marengo et al., 2020, p. 33; EMBRAPA, 2018, p. 58).

Essa instabilidade compromete a sustentabilidade econômica das propriedades rurais. A impossibilidade de prever receitas futuras limita investimentos em

inovação tecnológica, infraestrutura e diversificação produtiva. Como resultado, muitos produtores permanecem em sistemas de produção menos eficientes e mais vulneráveis às adversidades climáticas (EMBRAPA, 2018, p. 62; CONAB, 2021, p. 28).

Além disso, os impactos econômicos se estendem às cadeias produtivas. A redução da oferta de produtos agrícolas pode gerar aumento de preços, desorganização dos mercados e prejuízos para setores dependentes, como transporte e comércio. Em nível local, comunidades rurais sofrem com a diminuição da circulação de renda, o que pode intensificar processos de empobrecimento (IBGE, 2017, p. 75; MAPA, 2021, p. 30).

A agricultura é uma atividade fortemente dependente de fatores climáticos, o que a torna especialmente sensível às mudanças ambientais. O aumento da frequência e intensidade de eventos extremos amplia essa dependência, tornando o produtor mais exposto a riscos que não podem ser controlados (Ana, 2019, p. 15; Marengo et al., 2020, p. 40).

Embora existam tecnologias que possam mitigar esses efeitos, como sistemas de irrigação, manejo sustentável do solo e monitoramento climático, o acesso a esses recursos é desigual. Pequenos produtores, em particular, enfrentam dificuldades para implementar tais soluções devido a limitações financeiras e estruturais (EMBRAPA, 2018, p. 70; IBGE, 2017, p. 82).

Essa dependência do clima, associada à falta de suporte adequado, contribui para a manutenção de um cenário de vulnerabilidade estrutural no meio rural. Em regiões já fragilizadas ambientalmente, como áreas suscetíveis à seca, os desastres ambientais podem inviabilizar a continuidade da atividade agrícola (Ana, 2019, p. 33; Marengo et al., 2020, p. 44).

Os efeitos econômicos dos desastres ambientais não são distribuídos de maneira uniforme. Produtores com maior capacidade financeira e acesso a tecnologia tendem a apresentar maior resiliência, enquanto pequenos agricultores enfrentam maiores dificuldades de adaptação (IBGE, 2017, p. 90; EMBRAPA, 2018, p. 75).

Essa desigualdade contribui para processos de exclusão social no campo. Em muitos casos, produtores endividados são obrigados a vender suas terras ou

abandonar a atividade agrícola, migrando para áreas urbanas. Esse fenômeno reforça a concentração fundiária e a precarização das condições de vida das populações rurais (IBGE, 2017, p. 95; MAPA, 2021, p. 35).

Além disso, a ausência ou insuficiência de políticas públicas eficazes agrava o problema. Programas de seguro rural, assistência técnica e apoio financeiro ainda são limitados, dificultando a recuperação dos produtores após eventos extremos. Segundo o IBGE, a agricultura familiar, responsável por grande parte da produção de alimentos no país, é uma das mais afetadas por essas fragilidades (IBGE, 2017, p. 102; MAPA, 2021, p. 40).

As consequências econômicas dos desastres ambientais estão diretamente relacionadas ao sofrimento psicológico dos produtores rurais. A perda de safra, o endividamento e a instabilidade financeira geram sentimentos de insegurança, ansiedade e frustração (Freitas; Silva, 2019, p. 115; OPAS, 2020, p. 48).

A incerteza quanto ao futuro, somada à pressão financeira, pode levar ao desgaste emocional e ao adoecimento mental. A atividade agrícola, que muitas vezes está associada à identidade e à história familiar, quando ameaçada, intensifica a sensação de perda e desamparo (Carvalho; Dimenstein, 2020, p. 95; OPAS, 2020, p. 52).

Dessa forma, os impactos econômicos não devem ser analisados isoladamente, mas em conjunto com seus efeitos sobre a saúde mental dos produtores, evidenciando a complexidade dos desastres ambientais no contexto rural (Freitas; Silva, 2019, p. 120; BRASIL, 2013, p. 42).

2.3 Impactos psicológicos

Os impactos dos desastres ambientais sobre a saúde mental têm se mostrado cada vez mais relevantes no contexto brasileiro, especialmente entre populações diretamente dependentes dos recursos naturais, como os produtores rurais. No Rio Grande do Sul, a recorrência de eventos extremos, como enchentes e períodos de estiagem, tem evidenciado não apenas prejuízos econômicos, mas também consequências significativas no bem-estar psicológico desses indivíduos. As inundações no Sul do Brasil geram repercussões significativas na saúde mental, segundo Duarte (2025, p. 3):

Durante uma situação de desastre, na maioria das vezes, o sujeito se depara de forma abrupta com a realidade. Nesse momento, o sistema nervoso se altera e pode afetar as respostas imunológicas, gerando sensações emocionais intensas que podem ir do medo paralisante à agitação desordenada, da dor extrema à ausência de dor.

Entre os principais impactos psicológicos observados estão a ansiedade e a depressão, consideradas respostas frequentes em contextos de desastre (Boff, 2024). De acordo com estudos nacionais, situações como deslocamento forçado, perdas econômicas e instabilidade social podem aumentar significativamente o risco de desenvolvimento desses transtornos (Almeida, 2025). No contexto gaúcho, pesquisas apontam um aumento expressivo nos níveis de ansiedade e depressão após as enchentes, especialmente entre indivíduos diretamente afetados, como agricultores e pequenos produtores, sentimentos presentes na reportagem da *Dialogue Earth*, escrita por Lisboa (2025): “os diques não chegam até o bairro onde ficam os sete assentamentos do MST, e agricultores relatam viver com medo sempre que o nível do rio sobe.” Esses grupos enfrentam uma sobrecarga emocional intensificada pela dependência da terra como fonte de renda e identidade, o que torna as perdas ainda mais impactantes.

Figura 17 – síntese dos fatores sociais e culturais



Fatores sociais e culturais

Os impactos psicológicos enfrentados por produtores rurais não podem ser compreendidos apenas a partir das perdas materiais ou ambientais. É fundamental considerar os fatores sociais e culturais que intensificam esse sofrimento, tornando-o mais complexo e, muitas vezes, invisível.

Um dos principais aspectos é o isolamento no meio rural. Diferente dos centros urbanos, muitos agricultores vivem em áreas afastadas, com pouco contato social e dificuldade de acesso a redes de apoio (ministério da saúde, 2013)

Há uma falta significativa de acesso a atendimento psicológico no campo. Serviços de saúde mental tendem a se concentrar em áreas urbanas, dificultando o acesso da população rural a esse tipo de cuidado. (Organização Pan-Americana da Saúde, 2018)

Fonte: elaboração própria

Além disso, o sentimento de impotência se destaca como uma das principais reações psicológicas frente aos desastres socioambientais. As vítimas frequentemente relatam uma sensação de desamparo e falta de controle diante das circunstâncias, o que pode comprometer sua capacidade de enfrentamento e recuperação. Uma reportagem do site G1 evidencia esse impacto:

As impressões coletadas até o momento apontam que 9 em cada 10 moradores do estado estão afetados, psicologicamente, pelas chuvas que atingiram o solo gaúcho ao longo do mês de maio. Foram analisadas 1 mil de 2,5 mil respostas a questionários aplicados ao longo de três semanas no RS (Boff, 2024).

No meio rural, essa sensação é agravada pela imprevisibilidade dos eventos climáticos e pela recorrência de desastres, fazendo com que a incapacidade de evitar ou mitigar os danos contribua para o desenvolvimento de um estado de desesperança, muitas vezes associado a quadros depressivos (Lisboa, 2025).

Outro aspecto relevante é o medo do futuro, diretamente relacionado à instabilidade econômica e ambiental. Produtores rurais, ao enfrentarem perdas recorrentes em suas lavouras ou rebanhos, passam a vivenciar uma constante insegurança quanto à continuidade de suas atividades. Esse cenário é agravado pela presença de dívidas, financiamentos agrícolas e pela ausência, em muitos casos, de suporte institucional adequado. Estudos realizados no Brasil demonstram que quanto maior a exposição dos agricultores aos desastres ambientais, maior o comprometimento do bem-estar psicológico, evidenciando uma relação direta entre eventos climáticos extremos e sofrimento mental (Faveiro, et al, 2014). Além disso, a repetição desses eventos em curto espaço de tempo e com deslocamentos prolongados de suas residências intensifica os efeitos psicológicos negativos, dificultando a recuperação emocional dos indivíduos (Almeida, 2025).

As perdas vivenciadas pelos produtores rurais não se limitam ao âmbito econômico, envolvendo também aspectos simbólicos e identitários. A destruição de lavouras, a perda de animais e a inviabilização da produção representam, muitas vezes, a ruptura com um modo de vida construído ao longo de gerações. Esse processo pode ser compreendido como um tipo de luto complexo, marcado por tristeza profunda, desmotivação e desesperança, dito com muita sensibilidade por Riva, em uma entrevista na revista *Dialogue Earth* (2024):

Para a agricultora Riva, mais do que as dívidas, é o trauma dos agricultores que demanda maior atenção: ‘Estamos ainda muito abalados. Ainda bem que somos um grupo unido, mas precisamos de toda ajuda possível’ (Lisboa, 2024).

Em contextos de isolamento geográfico, comuns nas áreas rurais, esses sentimentos tendem a se intensificar devido à dificuldade de acesso a serviços de saúde mental e redes de apoio.

Adicionalmente, fatores estruturais contribuem para a maior vulnerabilidade dos produtores rurais aos impactos psicológicos dos desastres ambientais. O isolamento geográfico, a limitação no acesso a políticas públicas, a pressão econômica decorrente de financiamentos e a exposição contínua a riscos climáticos configuram um cenário propício ao adoecimento psíquico, assim como a falta de pesquisas aprofundadas sobre o assunto em questão. Segundo Pezzini e Franca (2023):

A loucura é retirada do hospício e colocada na cidade, na vida urbana, onde o trabalhador rural não se encaixa. A maioria dessas pessoas não entra nas estatísticas, portanto seu sofrimento não existe, suas consequências são diluídas em órgãos e ações incompetentes a essa especificidade e até onde se sabe, o maior responsável em intervir nesse íterim é a previdência, ou seja, no momento em que o trabalhador já está ‘incapaz’.

Por fim, é importante destacar que os impactos dos desastres ambientais não se restringem ao nível individual, mas afetam também as dinâmicas sociais e comunitárias. A desestruturação das comunidades, a perda de vínculos sociais e a migração forçada contribuem para o agravamento do sofrimento coletivo:

É preciso ampliar os serviços de acolhimento psicológico, fortalecer as redes sociais de apoio e garantir estratégias de cuidado integradas às políticas educacionais, de assistência e saúde. A atenção psicossocial pós-desastre deve ser compreendida como um direito da população e como parte fundamental da reconstrução dos territórios afetados. A reconstrução de um território também passa pela reconstrução subjetiva das pessoas que nele habitam (Maria, 2025).

Diante desse cenário, torna-se fundamental ampliar a compreensão sobre os impactos dos desastres ambientais na saúde mental, especialmente entre produtores rurais. A promoção do cuidado psicológico em contextos de desastre mostra-se essencial para lidar com manifestações como ansiedade, depressão,

sentimento de impotência e medo do futuro, que marcam a experiência desses indivíduos. Assim, reconhecer e dar visibilidade a essas dimensões contribui para uma compreensão mais ampla das consequências dos desastres, que vão além das perdas materiais e atingem profundamente o bem-estar emocional das populações afetadas.

2.4 Fatores sociais e culturais

Os impactos psicológicos enfrentados por produtores rurais não podem ser compreendidos apenas a partir das perdas materiais ou ambientais. É fundamental considerar os fatores sociais e culturais que intensificam esse sofrimento, tornando-o mais complexo e, muitas vezes, invisível. Estudos indicam que a saúde mental no meio rural é influenciada por múltiplas dimensões, incluindo aspectos sociais, econômicos e culturais (OMS, 2017, p. 12).

Um dos principais aspectos é o isolamento no meio rural. Diferente dos centros urbanos, muitos agricultores vivem em áreas afastadas, com pouco contato social e dificuldade de acesso a redes de apoio. Esse isolamento pode aumentar sentimentos de solidão e sofrimento emocional, especialmente em contextos de crise. Segundo o Ministério da Saúde, “as populações do campo apresentam maiores dificuldades de acesso a serviços e redes de suporte, o que pode intensificar situações de vulnerabilidade” (Ministério da Saúde, 2013, p. 45).

Além disso, há uma falta significativa de acesso a atendimento psicológico no campo. Serviços de saúde mental tendem a se concentrar em áreas urbanas, dificultando o acesso da população rural a esse tipo de cuidado. Essa desigualdade contribui para o agravamento de transtornos mentais e para a baixa procura por ajuda profissional. De acordo com a Organização Pan-Americana da Saúde, “persistem desigualdades importantes no acesso aos serviços de saúde mental, especialmente em áreas rurais e remotas” (OPAS, 2018, p. 67).

Outro fator relevante é o estigma em relação à saúde mental, que se mostra ainda mais intenso no contexto rural. Em muitas comunidades do interior, questões psicológicas ainda são associadas à fraqueza, falta de fé ou incapacidade de lidar com os próprios problemas. Esse tipo de pensamento está diretamente ligado a construções culturais que valorizam a resistência, o silêncio e a autos-

suficiência, dificultando a expressão do sofrimento emocional. Como aponta a OMS, (2017, p. 21):

O estigma, a discriminação e as violações dos direitos humanos contra pessoas com transtornos mentais são generalizados em comunidades em todo o mundo. Muitas pessoas com problemas de saúde mental são submetidas a exclusão social, têm oportunidades limitadas de educação e trabalho e enfrentam barreiras significativas no acesso aos cuidados de saúde. Esse cenário contribui para o agravamento dos quadros e para a não procura por ajuda adequada, perpetuando ciclos de sofrimento e invisibilidade social.

Nesse sentido, no meio rural, esse estigma tende a ser ainda mais reforçado pelas relações sociais próximas e pela preocupação com a reputação dentro da comunidade. O medo de julgamentos, comentários ou exclusão social faz com que muitos indivíduos evitem falar sobre seus sentimentos ou buscar apoio profissional, mantendo o sofrimento em silêncio. Além disso, a ausência de informação adequada sobre saúde mental contribui para a perpetuação de preconceitos e dificulta o reconhecimento dos sintomas. Conforme destacam autores da área, “o silêncio em torno do sofrimento psíquico no campo está relacionado a normas culturais que valorizam a resistência e desencorajam a expressão emocional” (Duarte et al., 2018, p. 9).

Por fim, a pressão familiar e as tradições também exercem grande influência. A atividade agrícola frequentemente é transmitida entre gerações, trazendo consigo responsabilidades e expectativas. O medo de não corresponder a esse legado pode gerar sentimentos de culpa, ansiedade e sobrecarga emocional. Segundo a Embrapa (2020c): “a continuidade da atividade rural envolve não apenas aspectos econômicos, mas também valores culturais e familiares profundamente enraizados” (p. 34).

Dessa forma, esses fatores sociais e culturais não apenas contribuem para o surgimento do sofrimento psíquico, mas também dificultam sua identificação e tratamento, agravando ainda mais a situação dos produtores rurais.

2.5 Intensificação do problema e dados (gravidade da situação)

A intensificação dos desastres socioambientais nas últimas décadas tem ampliado significativamente seus efeitos sobre diferentes grupos sociais, especialmente os mais vulneráveis, como os produtores rurais. Esse cenário está asso-

ciado às mudanças climáticas, responsáveis por tornar mais frequentes, intensos e imprevisíveis fenômenos como inundações e estiagens prolongadas. De acordo com o IPCC (2023), esses eventos tendem a se tornar cada vez mais recorrentes, agravando riscos sociais, econômicos e psicológicos.

No contexto brasileiro, especialmente no estado do Rio Grande do Sul, os efeitos desses eventos têm se mostrado alarmantes. As inundações ocorridas em 2024 configuraram uma das maiores crises socioambientais da história do estado, atingindo milhares de famílias, destruindo lavouras, propriedades rurais e comprometendo significativamente a produção agrícola. Para além dos prejuízos materiais, observa-se também um impacto expressivo na saúde mental da população (Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, 2024, p. 5).

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (WHO, 2022) e OPAS (2023), a exposição a desastres socioambientais está diretamente associada ao aumento de sintomas de ansiedade, depressão e estresse pós-traumático. Além disso, como já citado anteriormente se baseamos no levantamento que aponta que cerca de 9 em cada 10 moradores do estado relataram sofrimento psicológico em decorrência das chuvas intensas (Boff, 2024), evidenciando a dimensão coletiva da crise.

Outro fator que agrava a situação é a recorrência desses eventos em intervalos cada vez menores, o que dificulta a recuperação emocional e econômica dos indivíduos afetados. A exposição contínua a perdas, instabilidade e insegurança contribui para um estado persistente de estresse, aumentando o risco de desenvolvimento de transtornos como ansiedade, depressão e estresse pós-traumático. Segundo Berry et al. (2010) e Cianconi et al. (2020), a exposição prolongada a eventos climáticos extremos está diretamente associada ao agravamento de problemas de saúde mental, especialmente em populações vulneráveis. No caso dos produtores rurais, essa condição é ainda mais crítica devido à dependência direta das condições ambientais para sua subsistência.

Além disso, o acesso limitado a serviços de saúde mental no meio rural intensifica esse cenário. De acordo com o Ministério da Saúde (2013), há uma concentração significativa de atendimentos especializados em áreas urbanas,

dificultando o suporte adequado às populações do campo. A OMS (2022) também aponta que populações rurais enfrentam maiores barreiras de acesso ao cuidado em saúde mental, o que contribui para a subnotificação e agravamento dos casos. Como resultado, muitos quadros de sofrimento psíquico permanecem invisibilizados e sem acompanhamento profissional.

Soma-se a isso a presença de fatores como endividamento, insegurança financeira e perdas na produção, que agravam ainda mais o sofrimento emocional. Esse conjunto de condições demonstra que os efeitos dos desastres socioambientais não se limitam ao momento imediato, mas se estendem ao longo do tempo, comprometendo significativamente a qualidade de vida e o bem-estar dos produtores rurais.

Diante desse cenário, evidencia-se a gravidade da situação e a urgência de ações integradas que contemplem tanto a reconstrução material quanto o cuidado com a saúde mental das populações afetadas. A implementação de políticas públicas voltadas ao apoio psicossocial no meio rural mostra-se fundamental para minimizar os impactos e promover processos de recuperação mais eficazes e sustentáveis.

2.6 Análise dos dados e perspectiva de intervenção

Os desastres ambientais, como secas, enchentes e perdas de safra, têm impactos significativos na saúde mental das populações atingidas, especialmente entre produtores rurais. A literatura aponta que essas situações estão associadas ao aumento de quadros de ansiedade, depressão, estresse e, em alguns casos, transtorno de estresse pós-traumático. Além disso, há sentimentos recorrentes de impotência, desesperança e luto, não apenas pela perda material, mas também pelo rompimento de vínculos simbólicos com a terra e o modo de vida. Esses efeitos tendem a ser prolongados quando os desastres resultam em instabilidade econômica e necessidade de reconstrução da atividade produtiva, evidenciando que o impacto psicológico não se limita ao evento em si, mas se estende às suas consequências sociais e financeiras (Freitas; Silva, 2019, p. 112-114; OPAS, 2020, p. 25).

No contexto dos produtores rurais, esses impactos tornam-se ainda mais intensos devido às especificidades desse grupo. A dependência direta das con-

dições climáticas, a instabilidade da renda e o forte vínculo identitário com o trabalho no campo contribuem para uma maior vulnerabilidade psicológica. Estudos indicam que eventos como a seca afetam diretamente o bem-estar emocional dos agricultores, sobretudo quando implicam endividamento, queda na produtividade e alterações na dinâmica familiar. Somam-se a isso fatores agravantes como o isolamento geográfico, a dificuldade de acesso a serviços de saúde mental e a exposição a substâncias químicas, como agrotóxicos, que também têm sido associados ao aumento de sintomas depressivos e ansiosos (Silva et al., 2018, p. 3-5; Carvalho; Dimenstein, 2020, p. 78).

Outro aspecto relevante é a existência de barreiras culturais que dificultam a busca por atendimento psicológico no meio rural. Predomina, em muitos contextos, uma valorização da autossuficiência e da resistência emocional, o que contribui para a baixa adesão a serviços de saúde mental. Dessa forma, o modelo tradicional de atendimento clínico individual mostra-se pouco eficaz para alcançar essa população, reforçando a necessidade de estratégias alternativas e contextualizadas (Dimenstein et al., 2017, p. 45; Brasil, 2013, p. 39).

Nesse sentido, a proposta de inserção de psicólogos em espaços já frequentados por produtores rurais, como cooperativas agrícolas, apresenta-se como uma estratégia pertinente e alinhada às recomendações da literatura. As cooperativas constituem ambientes de confiança e convivência coletiva, nos quais os agricultores já participam regularmente de reuniões e atividades formativas, como palestras sobre o desenvolvimento de culturas agrícolas. A inclusão de profissionais da psicologia nesses momentos pode favorecer o acesso à informação sobre saúde mental, reduzir estigmas associados ao cuidado psicológico e promover intervenções de caráter preventivo e coletivo (Carvalho; Dimenstein, 2020, p. 102; OPAS, 2020, p. 41).

A literatura sobre psicologia em contextos de desastres também destaca a importância de ações comunitárias e educativas, que priorizem a orientação, o fortalecimento de redes de apoio e o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento. Nesse contexto, palestras, rodas de conversa e grupos de apoio podem contribuir para que os produtores reconheçam e expressem suas dificuldades emocionais, além de favorecer a construção de alternativas coletivas para lidar com situações adversas. Assim, iniciativas mediadas por cooperativas não apenas ampliam o alcance das intervenções psicológicas, mas também se mostram mais

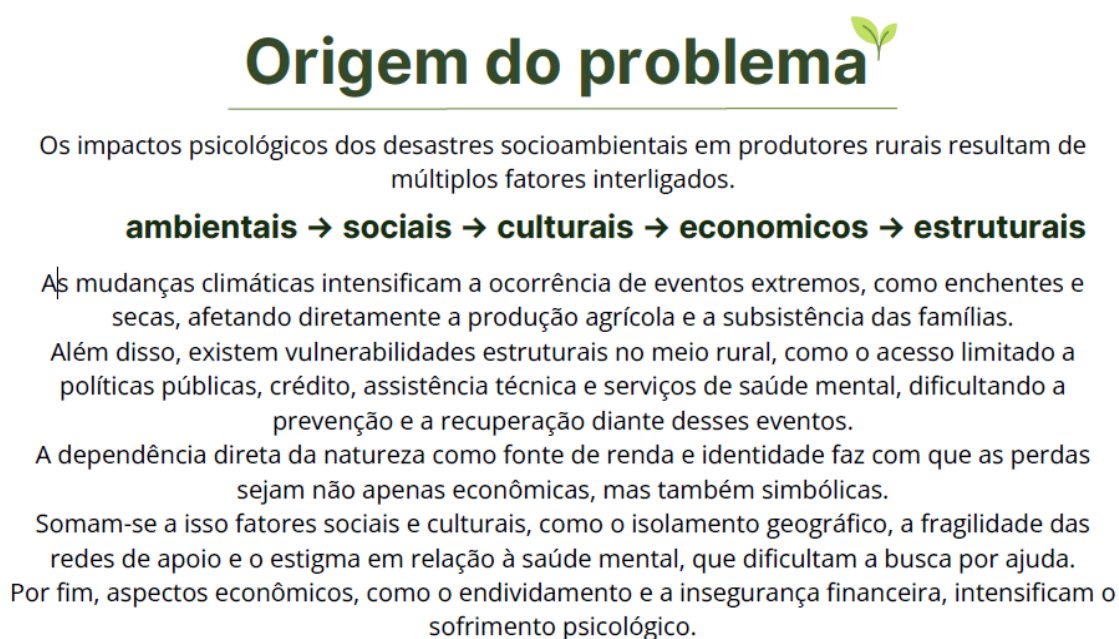
adequadas às especificidades culturais e sociais do meio rural (Freitas; Silva, 2019, p. 118; Dimenstein et al., 2017, p. 52).

Dessa forma, compreende-se que os impactos psicológicos dos desastres ambientais sobre produtores rurais exigem abordagens que considerem tanto os fatores individuais quanto os contextos sociais em que esses sujeitos estão inseridos. A articulação entre psicologia e instituições já consolidadas no meio rural, como as cooperativas, representa um caminho promissor para a promoção da saúde mental, contribuindo para a redução de vulnerabilidades e para o fortalecimento das capacidades de enfrentamento diante de eventos adversos (Brasil, 2013, p. 41; OPAS, 2020, p. 55).

3. ORIGEM DO PROBLEMA

A origem dos impactos psicológicos dos desastres ambientais em produtores rurais está associada a múltiplos fatores interligados. Entre eles, destacam-se as mudanças climáticas, responsáveis por intensificar a ocorrência de eventos extremos, como inundações e estiagens, afetando diretamente a produção agrícola e a subsistência das famílias (Nobre et al., 2014; Marengo et al., 2020).

Figura 18 – síntese da causalidade do problema



Fonte: elaboração própria

Além disso, há vulnerabilidades estruturais no meio rural, como o acesso limitado a políticas públicas, crédito, assistência técnica e serviços de saúde mental, o que dificulta tanto a prevenção quanto a recuperação diante desses eventos. Estudos apontam que populações rurais enfrentam maiores barreiras no acesso a serviços especializados, o que contribui para o agravamento de quadros de sofrimento psíquico, segundo o Ministério da Saúde (2013) e a OPAS (2018).

A dependência direta da natureza como fonte de renda e identidade também intensifica os impactos, fazendo com que as perdas decorrentes dos desastres sejam não apenas econômicas, mas também simbólicas. Nesse sentido, pesquisas indicam que os desastres ambientais afetam profundamente o modo de vida e o sentimento de pertencimento das populações rurais, ampliando os riscos à saúde mental (Freitas et al., 2014).

Somam-se a isso fatores sociais e culturais, como o isolamento geográfico, a fragilidade das redes de apoio e o estigma em relação à saúde mental, que dificultam a busca por ajuda. De acordo com a OMS (2017), o estigma ainda representa um dos principais obstáculos ao acesso ao cuidado em saúde mental, especialmente em contextos mais vulneráveis.

Por fim, aspectos econômicos, como o endividamento, a insegurança financeira e as perdas recorrentes na produção, contribuem para o agravamento do sofrimento psicológico. A literatura aponta que a exposição contínua a essas condições aumenta significativamente o risco de desenvolvimento de transtornos como ansiedade e depressão (Cianconi et al., 2020).

Dessa forma, o problema resulta da interação entre fatores ambientais, sociais, culturais e econômicos, que, de maneira articulada, aumentam a vulnerabilidade dos produtores rurais frente aos desastres ambientais e seus impactos na saúde mental.

4. OBJETIVO

O presente projeto tem como objetivo promover a saúde mental de produtores rurais do Vale do Rio Pardo por meio da implementação de ações coletivas de acolhimento, escuta e orientação psicológica realizadas em parceria com cooperativas agrícolas da região. A proposta busca ampliar o acesso a informa-

ções sobre saúde mental, considerando que essa população enfrenta dificuldades relacionadas ao acesso aos serviços especializados, ao isolamento geográfico e ao estigma ainda presente em relação ao sofrimento psíquico (BRASIL, 2013; OPAS, 2020).

Além disso, pretende-se criar espaços de diálogo e compartilhamento de experiências que favoreçam a expressão de sentimentos, a identificação de demandas emocionais e o fortalecimento das redes de apoio comunitário. A proposta também visa contribuir para a redução dos impactos psicológicos associados aos desastres socioambientais, como ansiedade, depressão, medo do futuro, insegurança e sentimento de impotência, frequentemente observados entre produtores rurais expostos a eventos climáticos extremos (Duarte et al., 2025; Boff, 2024).

Busca-se ainda estimular estratégias coletivas de enfrentamento, fortalecer os vínculos sociais existentes nas comunidades rurais e ampliar a conscientização sobre a importância do cuidado com a saúde mental. Por meio dessas ações, espera-se contribuir para minimizar o sofrimento psíquico, para a promoção do bem-estar emocional e para o desenvolvimento da resiliência individual e comunitária diante dos desafios impostos pelas mudanças climáticas e pelos desastres cada vez mais recorrentes no estado do Rio Grande do Sul (Carvalho; Dimenstein, 2020; OPAS, 2020).

Dessa forma, o projeto pretende aproximar a Psicologia da realidade dos produtores rurais, promovendo uma abordagem preventiva, acessível e integrada às especificidades sociais, culturais e econômicas do meio rural, contribuindo para uma melhor qualidade de vida e para o fortalecimento das comunidades afetadas pelos desastres socioambientais.

5. REGISTRO DE IDEIAS

Durante o desenvolvimento do projeto, o grupo realizou reuniões de discussão e sessões de brainstorming com o objetivo de identificar estratégias viáveis para promover a saúde mental de produtores rurais afetados pelos impactos dos desastres socioambientais. A partir das informações levantadas na revisão bibliográfica, diferentes possibilidades de intervenção foram analisadas, considerando critérios como acessibilidade, adesão do público-alvo, viabilidade de execução e potencial de alcance.

Inicialmente, foi considerada a realização de ações em igrejas localizadas nas comunidades rurais. Essa proposta surgiu em razão do papel que esses espaços desempenham como locais de convivência, acolhimento e fortalecimento de vínculos sociais, reunindo frequentemente agricultores e suas famílias. A intenção era utilizar esses ambientes para promover palestras, rodas de conversa e atividades voltadas à conscientização sobre saúde mental. Entretanto, após análise do grupo, observou-se que a proposta poderia apresentar limitações relacionadas à diversidade de crenças religiosas existentes nas comunidades, além da possibilidade de restringir a participação de pessoas que não frequentam esses espaços.

Outra alternativa discutida foi a realização de atividades em Unidades Básicas de Saúde (UBS) e postos de saúde da região. Essa proposta apresentava como principal vantagem a proximidade com os serviços de saúde já existentes, possibilitando encaminhamentos mais ágeis para atendimento psicológico quando necessário. No entanto, verificou-se que muitos produtores rurais enfrentam dificuldades de acesso aos serviços de saúde em razão das distâncias geográficas, da disponibilidade de transporte e dos horários de funcionamento das unidades. Além disso, fatores culturais e o estigma ainda associado à busca por atendimento psicológico poderiam limitar a adesão dos participantes.

Também foi considerada a criação de grupos independentes de apoio psicológico em comunidades rurais, com encontros periódicos voltados exclusivamente para questões relacionadas à saúde mental. Embora essa proposta possibilitasse um espaço específico para acolhimento e compartilhamento de experiências, o grupo avaliou que a participação inicial poderia ser reduzida. Isso ocorre porque muitos produtores rurais ainda demonstram resistência em participar de atividades diretamente associadas à saúde mental, em razão de preconceitos e concepções culturais que dificultam o reconhecimento e a expressão do sofrimento psíquico.

Após a análise das diferentes possibilidades, o grupo concluiu que a realização de ações em cooperativas agrícolas apresentava maior potencial de alcance e adesão. As cooperativas constituem espaços já integrados à rotina dos produtores rurais, sendo frequentemente utilizadas para reuniões, capacitações e troca de experiências relacionadas à atividade agrícola. Além disso, são ambientes reconhecidos pela comunidade como locais de confiança e participação

coletiva, favorecendo o desenvolvimento de ações voltadas à promoção da saúde mental.

Dessa forma, definiu-se como proposta principal a inserção de profissionais da Psicologia em atividades promovidas pelas cooperativas agrícolas da região. Inicialmente, as ações ocorreriam por meio de rodas de conversa e momentos de orientação realizados após reuniões já programadas, facilitando a participação dos produtores. Posteriormente, conforme o interesse e a adesão dos participantes, poderiam ser desenvolvidos grupos de apoio, palestras temáticas e outras estratégias coletivas voltadas ao fortalecimento das redes de apoio social e ao enfrentamento dos impactos psicológicos decorrentes dos desastres socioambientais.

6. DEFINIÇÃO DA IDEIA E DESENVOLVIMENTO DA PROPOSTA

A proposta foi elaborada a partir da análise dos dados levantados na revisão bibliográfica e documental, os quais evidenciaram que os produtores rurais constituem um grupo particularmente vulnerável aos impactos psicológicos decorrentes dos desastres socioambientais. Fatores como perdas econômicas, instabilidade produtiva, exposição recorrente a eventos climáticos extremos, dificuldades de acesso aos serviços de saúde mental e a distância dos centros urbanos e dos serviços especializados contribuem para o aumento de sintomas de ansiedade, depressão, insegurança e sofrimento emocional.

Considerando as especificidades do contexto rural e as barreiras existentes para o acesso ao cuidado psicológico, buscou-se desenvolver uma intervenção que fosse acessível, de baixo custo e integrada aos espaços já frequentados pelos produtores rurais. Após a análise das alternativas discutidas pelo grupo, definiu-se como proposta a realização de ações de promoção da saúde mental em cooperativas agrícolas do Vale do Rio Pardo.

A escolha das cooperativas agrícolas fundamenta-se no fato de que esses espaços já fazem parte da rotina dos produtores, constituindo ambientes de convivência, troca de conhecimentos e fortalecimento de vínculos comunitários. Dessa forma, a utilização dessas instituições como local de intervenção possibilita ampliar o alcance das ações e reduzir possíveis resistências relacionadas à busca por atendimento psicológico.

O público-alvo da proposta é composto por produtores rurais vinculados às cooperativas da região, especialmente aqueles que vivenciam ou vivenciaram situações de perdas decorrentes de eventos climáticos extremos, como enchentes, estiagens e demais desastres socioambientais. A participação será voluntária e aberta aos interessados.

A intervenção será desenvolvida por meio de encontros coletivos conduzidos por profissionais da Psicologia, realizados preferencialmente após reuniões já programadas pelas cooperativas. Inicialmente, sugere-se a realização de encontros mensais com duração aproximada de 40 a 60 minutos, abordando temas relacionados à saúde mental, estratégias de enfrentamento, manejo da ansiedade e do estresse, fortalecimento das relações familiares e construção de redes de apoio comunitário.

As atividades serão organizadas principalmente na forma de rodas de conversa, palestras educativas e grupos de reflexão, priorizando metodologias participativas que valorizem a troca de experiências e o protagonismo dos participantes. Essa perspectiva está alinhada aos pressupostos dos grupos operativos de Enrique Pichon-Rivière, que compreendem o grupo como um espaço de aprendizagem, elaboração coletiva e enfrentamento das dificuldades vivenciadas pelos sujeitos (Pereira, 2013). Além disso, a proposta dialoga com as contribuições de Paulo Freire, ao reconhecer o diálogo, a escuta e a participação ativa como elementos fundamentais nos processos de promoção da saúde e construção do conhecimento (Luft; Mota; Silva, 2022).

Espera-se que a intervenção contribua para a ampliação do conhecimento sobre saúde mental, para a redução dos estigmas relacionados ao sofrimento psíquico e para o fortalecimento das redes de apoio existentes nas comunidades rurais. Como forma de avaliação da proposta, sugere-se a observação da participação dos produtores nas atividades, bem como a aplicação de instrumentos simples de feedback ao final dos encontros, permitindo identificar percepções dos participantes sobre a relevância e os benefícios das ações desenvolvidas.

Dessa forma, a proposta busca aproximar o cuidado psicológico da realidade dos produtores rurais, promovendo ações preventivas e comunitárias que considerem as particularidades sociais, culturais e econômicas do meio rural, contribuindo para o fortalecimento da saúde mental e da capacidade de enfrentamento diante das adversidades decorrentes dos desastres socioambientais.

7. PROPOSTA FINAL

A partir das informações levantadas ao longo deste estudo, observa-se que os impactos dos desastres socioambientais sobre produtores rurais não se limitam às perdas materiais e econômicas, mas atingem também dimensões psicológicas, sociais e culturais. Conforme apontam a OMS (2017, p. 51) e a OPAS (2020, p. 125), situações de crise, perdas significativas e eventos extremos estão associadas ao aumento de quadros de ansiedade, estresse, depressão e sofrimento emocional. No contexto rural, esses efeitos tendem a ser potencializados por fatores como isolamento geográfico, dificuldade de acesso aos serviços especializados e estigma relacionado ao cuidado em saúde mental (Brasil, 2013; Carvalho; Dimenstein, 2020).

Diante desse cenário, propõe-se a implementação de um programa de promoção da saúde mental voltado aos produtores rurais do Vale do Rio Pardo, desenvolvido em parceria com cooperativas agrícolas da região. A escolha das cooperativas fundamenta-se no fato de que essas instituições já constituem espaços consolidados de encontro, formação e troca de experiências entre agricultores, favorecendo a participação da comunidade e reduzindo barreiras de acesso às ações propostas (Dimenstein et al., 2017).

A proposta prevê a realização de encontros mensais conduzidos por profissionais da Psicologia, preferencialmente após reuniões técnicas, administrativas ou eventos promovidos pelas cooperativas. Essa estratégia busca aproveitar espaços já frequentados pelos produtores rurais, evitando deslocamentos adicionais e aumentando a adesão dos participantes. Segundo Carvalho e Dimenstein (2020), intervenções realizadas em ambientes próximos à realidade dos sujeitos tendem a apresentar maior efetividade, especialmente em contextos marcados por vulnerabilidades sociais e dificuldades de acesso aos serviços especializados.

Os encontros teriam duração aproximada de 40 a 60 minutos e seriam estruturados em diferentes modalidades, contemplando palestras educativas, rodas de conversa, grupos de apoio e momentos de escuta coletiva. A literatura sobre saúde mental em situações de desastre destaca que intervenções comunitárias possuem papel fundamental na redução dos impactos emocionais e no fortaleci-

mento das estratégias de enfrentamento, uma vez que promovem acolhimento, compartilhamento de experiências e fortalecimento dos vínculos sociais (Freitas; Silva, 2019; OPAS, 2020).

Além disso, os primeiros encontros seriam realizados após alguma reunião com os associados, para evitar a resistência e a cooperativa demonstrar apoio a essa atividade. Após houver sinais de aderência por parte da população os encontros seriam marcados mensalmente. Sabemos a partir dos estudos realizados durante o trabalho que o estigma sobre saúde mental na psicologia é muito presente, outra estratégia que adotariamos para passar por cima disso, e colocar um nome fantasia nos grupos, por exemplo: “Você cuida da terra, nós cuidamos de você!”, evitando incluir o tema saúde mental, favorecendo a aderência e participação nos encontros.

Entre os temas trabalhados ao longo do programa estariam os impactos emocionais dos desastres ambientais, o reconhecimento de sinais de ansiedade e estresse, estratégias de enfrentamento psicológico, fortalecimento das relações familiares, construção de redes de apoio comunitário, prevenção do sofrimento psíquico e orientação sobre os serviços de saúde disponíveis na região. Tais temáticas são consideradas relevantes pela literatura por contribuírem para a ampliação do conhecimento sobre saúde mental e para a redução dos estigmas associados à busca por ajuda profissional (OMS, 2017; Brasil, 2013).

Além das atividades coletivas, recomenda-se que os profissionais envolvidos possam identificar situações de maior vulnerabilidade emocional e realizar encaminhamentos para a rede de atenção psicossocial se necessário. De acordo com a OPAS (2020), ações de promoção da saúde mental tornam-se mais eficazes quando articuladas aos serviços já existentes no território, permitindo continuidade do cuidado e acompanhamento adequado dos indivíduos que necessitam de suporte especializado. Como indicadores de avaliação da proposta, poderão ser considerados o número de participantes presentes nos encontros, a frequência de participação ao longo das atividades, os relatos de satisfação dos participantes, o aumento do conhecimento sobre saúde mental e o número de encaminhamentos realizados para a rede de atenção psicossocial quando necessário.

Outro aspecto relevante da proposta refere-se ao fortalecimento das redes de apoio existentes nas comunidades rurais. Estudos indicam que relações comunitárias sólidas contribuem para o enfrentamento de situações adversas e para a recuperação emocional após eventos traumáticos (Dimenstein et al., 2017). Nesse sentido, as cooperativas podem atuar não apenas como espaços de produção e desenvolvimento econômico, mas também como ambientes de acolhimento e promoção da saúde.

A proposta apresentada também está alinhada aos princípios da Política Nacional de Promoção da Saúde e Bem-Estar no Campo (PNPSB), que orienta a promoção da saúde, a prevenção de agravos e a melhoria da qualidade de vida das populações rurais por meio de ações intersetoriais, participativas e territorializadas. Ao desenvolver rodas de conversa e grupos de apoio em cooperativas agrícolas, a intervenção amplia o acesso dos produtores rurais às ações de saúde mental, fortalece as redes comunitárias de apoio e promove estratégias de cuidado compatíveis com a realidade do campo. Dessa forma, a proposta contribui para a efetivação dos princípios da política ao incentivar o cuidado integral, a participação comunitária e a valorização das especificidades da população rural.

Outro aspecto relevante para a execução da proposta é a possibilidade de articulação com o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop), instituição responsável por apoiar o desenvolvimento das cooperativas brasileiras por meio de ações de educação, formação profissional e desenvolvimento da gestão. A parceria com o Sescop pode fortalecer a implementação de programas voltados à saúde mental, oferecendo suporte técnico, capacitações e ações educativas que contribuam para a promoção do bem-estar dos agricultores, colaboradores e gestores.

Além dos benefícios voltados aos produtores rurais, a inserção do psicólogo nas cooperativas também pode contribuir para o fortalecimento da própria organização. O profissional pode atuar na promoção da saúde mental, na prevenção do adoecimento psíquico, na mediação de conflitos, no fortalecimento das relações interpessoais e no apoio à gestão de pessoas, favorecendo um ambiente de trabalho mais saudável e colaborativo. Nas cooperativas, esse trabalho também auxilia na melhoria da comunicação entre colaboradores, cooperados e gestores, fortalecendo o sentimento de pertencimento e o compromisso com os princípios

cooperativistas. De acordo com a Coonecta (2026), investir na saúde mental dos trabalhadores deve ser compreendido como uma estratégia organizacional, capaz de promover maior engajamento, qualidade de vida e desenvolvimento institucional. Em complemento, o MundoCoop (2026) destaca que a atuação da Psicologia nas cooperativas ultrapassa o atendimento individual, envolvendo também ações voltadas ao desenvolvimento das equipes, à gestão de pessoas e ao fortalecimento da cultura cooperativista, contribuindo para organizações mais saudáveis e sustentáveis.

Segundo o levantamento Expressão do Cooperativismo Gaúcho 2025, elaborado pelo Sistema Ocergs com dados referentes a 2024, o Vale do Rio Pardo conta com aproximadamente 15 a 20 cooperativas agrícolas e agropecuárias, abrangendo desde cooperativas da agricultura familiar até cooperativas de maior porte que desempenham papel essencial no fortalecimento da economia regional e no apoio aos produtores rurais. Entretanto, considerando a viabilidade da proposta e a necessidade de acompanhar de forma mais próxima sua execução e seus resultados, optou-se por sugerir inicialmente a implementação em apenas uma cooperativa, caracterizando um projeto-piloto. A cooperativa escolhida foi a Cotriel – Unidade Capão do Valo está localizada na RS-403, interior, Distrito de Capão do Valo, município de Rio Pardo, Rio Grande do Sul, CEP 96640-000, atuando no recebimento, armazenamento e comercialização de produtos agrícolas, essa unidade foi escolhida, devido à proximidade do grupo com a instituição e ao contato e entrevista realizada com uma funcionária da cooperativa, o que possibilitou compreender melhor sua realidade e identificar abertura para discutir ações voltadas à promoção da saúde e do bem-estar.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os desastres socioambientais têm provocado impactos significativos na vida dos produtores rurais, afetando não apenas a produção agrícola e a estabilidade econômica, mas também a saúde mental e a qualidade de vida dessa população. Ao longo deste trabalho, foi possível compreender que eventos como enchentes e estiagens estão associados ao aumento de sintomas de ansiedade, depressão, insegurança e sofrimento emocional, especialmente entre indivíduos

que dependem diretamente da terra para sua subsistência (Duarte et al., 2025; Boff, 2024).

Diante desse cenário, a proposta apresentada busca aproximar o cuidado psicológico das comunidades rurais por meio das cooperativas agrícolas, utilizando espaços já inseridos na rotina dos produtores para promover acolhimento, diálogo e fortalecimento das redes de apoio. Espera-se que essa iniciativa contribua para a redução do estigma relacionado à saúde mental, amplie o acesso à informação e favoreça a identificação precoce de situações de sofrimento psíquico (Carvalho; Dimenstein, 2020).

Cabe destacar que, durante a elaboração deste trabalho, observou-se uma quantidade limitada de estudos voltados especificamente aos impactos psicológicos dos desastres socioambientais em produtores rurais do Vale do Rio Pardo. Essa constatação evidencia a necessidade de novas pesquisas que investiguem a realidade local, contribuindo para a produção de conhecimentos mais aprofundados e para o desenvolvimento de intervenções cada vez mais adequadas às demandas da população rural da região.

Por fim, acredita-se que a implementação de ações preventivas e comunitárias possa fortalecer a resiliência individual e coletiva dos produtores rurais, contribuindo para processos de recuperação mais eficazes diante dos desafios impostos pelos desastres ambientais e pelas mudanças climáticas, além de promover maior visibilidade às demandas de saúde mental existentes no meio rural (OPAS, 2020; BRASIL, 2013).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Arthur. Desastres naturais e saúde mental: deslocamentos elevam risco de ansiedade. **CNN Brasil**, 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/desastres-naturais-e-saude-mental-deslocamentos-elevam-risco-de-ansiedade/>. Acesso em: 14 abr. 2026.

ANA - AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. **Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil**. Brasília: ANA, 2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de economia bancária**. Brasília: BCB, 2020.

BERRY, H. L. et al. Climate change and mental health: a causal pathways framework. **International Journal of Public Health**, 2010.

BOFF, Leonardo. A conta chegou: a tragédia climática no Rio Grande do Sul. **Instituto Humanitas Unisinos**, 2024. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/639230-a-conta-chegou-a-tragedia-climatica-no-rio-grande-do-sul-artigo-de-leonardo-boff>. Acesso em: 29 abr. 2026.

BOFF, Tiago. Ansiedade, depressão, burnout e estresse: atingidos por enchentes no RS apresentam sintomas de transtornos, diz pesquisa. **G1**, 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/06/11/ansiedade-depressao-burnout-e-estresse-atingidos-por-enchentes-no-rs-apresentam-sintomas-de-transtornos-diz-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 20 abr. 2026.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Políticas públicas para o desenvolvimento da agropecuária brasileira**. Brasília: MAPA, 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde mental no campo: diretrizes e estratégias de cuidado**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde mental no SUS: cuidado em liberdade**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. **Política Nacional de Promoção da Saúde e Bem-Estar no Campo**. Brasília, DF: MDA, 2025.

CARVALHO, M. C.; DIMENSTEIN, M. **Saúde mental e atenção psicossocial no campo: desafios e perspectivas**. Natal: EDUFRN, 2020.

CIANCONI, P. et al. O impacto das mudanças climáticas na saúde mental: uma revisão descritiva sistemática. **Frontiers in Psychiatry**, v. 11, 2020.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). **Acompanhamento da safra brasileira**. Brasília: CONAB, 2021.

COONECTA. Cooperativas de saúde mental. São Paulo: **Coonecta**, 2025. Disponível em: <https://coonecta.me/blog/cooperativas-de-saude-mental/>. Acesso em: 18 jun. 2026.

DIMENSTEIN, M. et al. Atenção psicossocial em contextos rurais: desafios para a saúde pública. **Psicologia & Sociedade**, 2017.

DUARTE, Maria de Lourdes Custódio et al. Reflexões acerca da saúde mental a partir da enchente de 2024 no Sul do Brasil. **Revista de Enfermagem da UFSM**, v. 15, 2025.

DUARTE, Maria de Lourdes Custódio et al. **Reflexões acerca da saúde mental no contexto contemporâneo**. 2018.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Impactos sociais e psicológicos no meio rural e agricultura familiar**. Brasília: Embrapa, 2020a.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Mudanças climáticas e agricultura no Brasil: impactos, vulnerabilidades e adaptação**. Brasília: Embrapa, 2020b.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Qualidade de vida no meio rural**. Brasília: Embrapa, 2020c.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Mudanças climáticas e agricultura no Brasil: impactos e estratégias de adaptação**. Brasília: Embrapa, 2018.

FAVEIRO, G. B. et al. **A exposição a eventos climáticos extremos e a fragilidade no campo**. 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, Carlos Machado de et al. Desastres naturais e saúde: uma análise no contexto brasileiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, 2014.

FREITAS, C. M.; SILVA, D. R. X. Desastres naturais e saúde mental: uma análise no contexto brasileiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Dados de apoio ao Rio Grande do Sul: impacto das enchentes**. 2024. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/singedlab/dados-apoio-rs_impacto-enchentes.php. Acesso em: 29 abr. 2026.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2017: resultados definitivos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IPCC - INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. **Climate Change 2023: Synthesis Report**. 2023.

LISBOA, João. Um ano após enchentes: agricultores gaúchos enfrentam dívidas e medo. **Dialogue Earth**, 2025. Disponível em: <https://dialogue.earth/pt-br/alimentos/um-ano-enchentes-agricultores-gauchos-rs-dividas-medo/>. Acesso em: 2 abr. 2026.

LUFT, C.; MOTA, A.; SILVA, R. Educação Popular, diálogo e promoção da saúde: contribuições de Paulo Freire para práticas comunitárias. **Revista Brasileira de Educação em Saúde**, v. 12, n. 2, p 45-58, 2022.

LUPETTI, Marcélia. **Gestão estratégica da comunicação mercadológica**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

MAPA – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Relatório de risco agropecuário**. Brasília: MAPA, 2021.

MARENGO, J. A. et al. **Mudanças climáticas e impactos na agricultura brasileira**. Revista Brasileira de Climatologia, 2020.

MARINA, Anna. **Estigmas em relação a transtornos mentais dificultam a busca por tratamento**. Estado de Minas, 2023.

MARTINS, Joana D’Arc Dias. Riscos, vulnerabilidades e desastres ambientais. **Revista do CNMP**, 2025.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (MIDR). **Relatório sobre desastres naturais no Brasil: impactos e respostas**. Brasília: MIDR, 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Saúde mental no campo: diretrizes e estratégias de cuidado**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

NET-DR. **Impacto dos desastres ambientais na saúde mental**. Disponível em: <https://www.net-dr.org>. Acesso em: 14 abr. 2026.

NOBRE, C. A. et al. Mudanças climáticas e possíveis impactos na agricultura brasileira. **Revista USP**, 2014.

OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Depressão e outros transtornos mentais comuns: estimativas globais de saúde**. Genebra: OMS, 2017.

OPAS – ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Saúde mental nas Américas**. Washington, D.C., 2018.

OPAS – ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Saúde mental e apoio psicossocial em emergências**. Brasília: OPAS, 2020.

OPAS – ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Relatório sobre desastres socioambientais e saúde mental**. 2023.

PEREIRA, Maria Elisabete. Grupos operativos: teoria e prática na saúde coletiva. **Revista da SPAGESP**, Ribeirão Preto, v. 14, n.1, p. 77/88, 2013. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5446919>. Acesso em: 31 maio 2026.

PEZZINI, Cláudia Farias; FRANCA, Raimundo Nonato Cunha de. **A loucura e o trabalhador rural: desafios da saúde mental**. UFSC, 2023.

PICHON-RIVIÈRE, Enrique. **O processo grupal**. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

SILVA, A. S. et al. Impactos da seca na saúde mental de agricultores familiares. **Revista de Saúde Pública**, 2018.

SOARES, Sônia Maria; FERRAZ, Aidê Ferreira. Grupos operativos de aprendizagem nos serviços de saúde: sistematização de fundamentos e metodologias. **Revista de Enfermagem**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 52-57, 2007.

SOUZA, Caroline. Falência global da água. **Correio do Povo**, 2026.

TERRA. **RS: estudo sobre impactos das enchentes na saúde mental**. 2024. Disponível em: <https://www.terra.com.br>. Acesso em: 14 abr. 2026

4 LETRAMENTO CLIMÁTICO

Estes são outros ebooks didáticos publicados para o “Observatório de Inovação em Água e Clima no RS” que podem ser acessados gratuitamente no site da editora:

(2026) Adaptação e resiliência climática: a experiência do município Vera Cruz/RS. Alegrete: Editora TerriED.

<https://www.terried.com/ebooks-colecao>

(2025) Vozes da mudança climática: relatos das inundações na bacia do rio Pardinho - Abril 2024. Alegrete: Editora TerriED.

<https://www.terried.com/ebooks-colecao>

(2025) Inovações para mitigação e resiliência a inundações: propostas para escolas e prefeituras na bacia do rio Pardo. Alegrete: Editora TerriED.

<https://www.terried.com/ebooks-colecao>

(2021) Mudanças climáticas no Rio Grande do Sul: uma década de riscos e inovações. Santa Cruz do Sul: Edunisc.

<https://www.unisc.br/pt/home/editora/e-books>

(2017) Atlas de desastres naturais do município de Santa Cruz do Sul (1991-2016). Santa Cruz do Sul: Edunisc.

<https://www.unisc.br/pt/home/editora/e-books>

ATENÇÃO À SAÚDE MENTAL NA ERA DOS DESASTRES:



PROPOSTAS PARA INOVAÇÕES NA
BACIA DO RIO PARDO/RS

Markus Erwin Brose (org.)

